



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO – IETU
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

**Projeto Pedagógico do Curso
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**Xinguara – Pará
2019**

Equipe de elaboração do projeto:

Prof. Dr. Andrey Minin Martin

Profa. Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho

Prof. Me. Bernard Arthur Silva da Silva

Prof. Dr. Bruno da Silva

Prof. Dr. Daniel Brasil Justi

Prof. Dr. Eduardo de Melo Salgueiro

Prof. Me. Heraldo Márcio Galvão Júnior

Prof. Me. Laécio Rocha de Sena

Profa. Ma. Lucilvana Ferreira Barros

Prof. Me. Rafael Rogério Nascimento dos Santos

Prof. Me. Roberg Januário dos Santos

Equipe de edição do projeto 2019:

Prof. Dr. Andrey Minin Martin

Profa. Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho

Prof. Me. Bernard Arthur Silva da Silva

Prof. Dr. Bruno da Silva

Prof. Dr. Daniel Brasil Justi

Prof. Dr. Eduardo de Melo Salgueiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA	7
2.1 O contexto institucional: a Universidade e a Formação Docente	7
2.2 O contexto da Área do Conhecimento.....	9
2.3 O contexto regional: a(s) Amazônia(s) e a história	10
3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO	18
4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO	19
4.1 Fundamentos Epistemológicos, Éticos e Didático-Pedagógicos.....	19
4.2 Objetivos do curso	20
4.3 Perfil do egresso.....	20
4.4 Competências e habilidades	21
4.5 Procedimentos metodológicos.....	22
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	23
5.1 Estrutura do Curso	23
5.1.1 - Prática Pedagógica como componente curricular.....	27
5.2 Trabalho de Conclusão de Curso	28
5.3 Estágio Curricular Supervisionado.....	29
5.4 Atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares).....	31
5.5 Política de Pesquisa.....	33
5.5.1 Política de Extensão.....	34
5.6 Política de Inclusão Social	35
6. PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE	37
7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	38
7.1 Concepção e Princípios da Avaliação da Aprendizagem.....	38
7.2 Avaliação do Ensino	39
7.3 Avaliação do Projeto Pedagógico	39
8. INFRAESTRUTURA	42
8.1 Docentes.....	42
8.2 Técnicos.....	43
8.3 Instalações	43
9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXOS	49
ANEXO I – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO DA FACULDADE	50
ANEXO II - DESENHO CURRICULAR DO CURSO	52
ANEXO III - CONTABILIDADE ACADÊMICA	54
ANEXO IV - ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO	60
ANEXO V – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	62
ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR HABILIDADES E POR COMPETÊNCIAS	63
ANEXO VII- COMPONENTES CURRICULARES COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR	65

ANEXO VIII- DOCUMENTOS LEGAIS QUE SUBSIDIARAM A ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	105
ANEXO IX - QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS	130
ANEXO X - DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE OFERTAS (OU POSSIBILIDADES) DA (S) ATIVIDADES (S) CURRICULAR (ES) PELA UNIDADE RESPONSÁVEL	1301
ANEXO XI - DECLARAÇÃO DA (S) UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES REFERENTES A INFRAESTRUTURA FÍSICA E HUMANA	136
ANEXO XII - MINUTA DE RESOLUÇÃO DO PPC-HISTÓRIA 2019	137

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa foi criada por desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA), através da Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013. Conforme Art. 2º da referida lei a instituição “terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi”.

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da Unifesspa baseia-se no Projeto Pedagógico dos Cursos de História, ofertados pela Unifesspa, em Marabá e Xinguara, nos quais as primeiras turmas ingressaram em 2014. Atualmente, o curso encontra-se com quatro turmas e cinco anos de atividades e com a chegada de novos docentes, consolidação do Núcleo Docente Estruturante do Curso, realização das atividades curriculares e as primeiras avaliações sobre o PPC (versão 2014) iniciou-se o processo de reformulação do projeto com fins de adequação à legislação vigente a partir da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”.

Assim, no ano de 2016 foi aprovado um novo PPC, reformulado de acordo com a legislação vigente. Além das adequações de carga horária exigidas pelas diretrizes, como de Estágio Docente, ocorreram readequações no quadro de disciplinas, sendo retiradas, alteradas e adicionadas. Dentre as mudanças ocorreu a divisão de História Contemporânea em I e II, História da Amazônia I, II e III e Teoria da História III. As disciplinas de Prática e Pesquisa Pedagógica foram transformadas em Estratégias de Ensino, sendo realizado adequações em todas a ementas destas disciplinas.

O curso de Licenciatura em História em Xinguara foi criado no ano de 2014 para atender a Região Sul do Pará, possui como missão a perspectiva de melhorar os índices educacionais na Região, especialmente no que diz respeito à formação docente na área de História, compreendendo a relação universidade e formação de professores de história, tem como pressuposto a articulação com a educação básica e com a sociodiversidade regional, deverá orientar-se pelos princípios: (i) da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; (ii) da diversidade epistemológica do mundo; (iii) da pluralidade de tempos-espacos-relações formativas, e assim corroborando com a missão da Unifesspa que é de “produzir, sistematizar e difundir conhecimentos filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, ampliando a formação e as competências do ser humano na

perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e no avanço da qualidade da vida”. (PDI, 2014-2016).

Almeja-se contribuir com o fortalecimento dos princípios institucionais: A universalização do conhecimento; O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; O pluralismo de ideias e de pensamento; O ensino público e gratuito; A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; A excelência acadêmica e a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente, por meio da realização de ações que possibilitem a formação do docente de História.

O curso é desenvolvido na modalidade presencial, regime seriado, excepcionalmente modular, com duração mínima de quatro anos (oito semestres). A implantação do Curso foi fruto da expansão da educação superior federal no interior do Brasil, sendo o primeiro curso do Instituto de Estudos do Trópico Úmido - IETU, localizado em Xinguara, Sul do Pará. Atualmente a forma de ingresso por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 O contexto institucional: a Universidade e a Formação Docente

Com a criação da Unifesspa, o Campus de Marabá da UFPA passou a integrá-la, bem como foram instalados os campi de Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara. Sediada na cidade de Marabá, a Unifesspa desenvolverá atividades envolvendo os 39 municípios da mesorregião Sudeste Paraense, constituindo-se na segunda Universidade pública criada no interior do Pará.

A academia na Amazônia necessita afirmar compromissos com o desenvolvimento sustentável, com a preservação ambiental, como o respeito à diversidade étnica, cultural e biológica, com a prestação de serviços à sociedade (particularmente às populações e categorias mais marginalizadas) e, finalmente, com a afirmação da cidadania do homem amazônico.

Ao lado de objetivos consagrados, como a indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, excelência acadêmica e autonomia universitária, a academia na Amazônia deve também visualizar objetivos de natureza mais regional: a relevância social de suas ações e uma atuação multicâmpica (UFPA, 2011, p. 11-12).

O Campus Universitário de Marabá foi implantado em 1987 através do Programa de Interiorização da UFPA (Resolução nº 1.355, de 3 de fevereiro de 1986).

O objetivo era melhorar a formação dos professores e do ensino das redes públicas no Pará. A UFPA só tinha cursos na capital e não oferecia vagas suficientes para formar um grande número de professores. [...]

Os cursos foram planejados para serem ministrados no período intercalar das aulas da UFPA e das redes de ensino, de forma concentrada, com docentes da capital que se deslocariam para os polos do projeto, onde a UFPA criaria *campi* (FONTES, 2012, p. 98-99; 100).

Assim, a Política de Interiorização respondia a uma demanda histórica de formação de professores da educação básica. No Polo de Marabá foram ofertados os cursos de Licenciatura Plena em Letras, Pedagogia, Matemática, História, Geografia (1987) e Licenciatura Plena em Ciências (1988). Os alunos ingressantes eram provenientes da mesorregião Sudeste Paraense, sendo profissionais da educação e militantes dos movimentos sociais. Numa região marcada pela presença e ações educativas dos movimentos sociais, os cursos de licenciatura no regime intercalar foram assinalados, simultaneamente, pela realidade dos saberes da formação dos sujeitos em diálogo com a universidade e pelos processos formativos a partir do centro (UFPA/Belém) e focados no ensino. A característica mais forte desse momento é a atividade de

ensino nos períodos intervalares (janeiro/março e julho/agosto), praticamente sem ações de extensão e pesquisa.

Em 1992 a UFPA avançou no Programa de Interiorização e implantou os primeiros cursos regulares nos *Campi* do Interior, bem como iniciativas para a constituição de quadro docente efetivo. No ano de 1995, havia 16 docentes atuando no Campus. Em Marabá foram criados os cursos de Letras e Matemática (1992) e os cursos de Pedagogia e Direito (1994). Os cursos de História e Geografia tiveram turmas ofertadas em 1995/1996, ainda no regime intervalar, e o curso de Ciências Sociais foi ofertado em período regular e intervalar. Entre 1995 e 2004 o Campus continuou investindo fortemente na formação de professores da rede pública (através dos cursos de licenciatura e dos projetos específicos de formação, pesquisa e extensão) e na formação de agentes na área das ciências agrárias, com uma licenciatura específica. Na segunda metade da última década, novos cursos foram criados nas licenciaturas (Química, Ciências Naturais, Física, Geografia, Educação do Campo) e nas engenharias e outras áreas de formação técnico-acadêmica (Agronomia, Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Sistemas de Informação, Engenharia de Materiais, Geologia). Num período de quinze anos, o Campus de Marabá evoluiu de 16 para 133 docentes efetivos.

Neste campo da formação inicial e da qualificação docente, a Universidade tem desempenhado historicamente um papel social relevante na região, incluindo a oferta de cursos (turmas) de pós-graduação *latu sensu* em História Social da Amazônia (UFPA/Belém), Educação Ambiental, Educação do Campo, dentre outros. Contudo, o curso de História nunca foi implantado no Campus de Marabá, restringindo-se a oferta de duas turmas intervalares em Marabá (1987 e 1996) e três outras turmas em municípios da região (Parauapebas, Conceição do Araguaia e Tucumã) através de contratos com as Prefeituras e/ou o Governo do Estado, todas realizadas pela UFPA/Belém. A realização de cursos por contratos por si revela a demanda dos sistemas de ensino da educação básica, bem como a insuficiência dessa ação.

Neste sentido, a oferta do curso de Licenciatura em História insere-se na perspectiva da construção e consolidação de uma política de formação docente na Unifesspa, considerando o acúmulo do Campus de Marabá nos seus 25 anos de experiência com os cursos de licenciatura na região nas suas relações com os sistemas de ensino e com os movimentos sociais.

A formação docente para a universalização e a qualidade social da educação na região permanece como uma tarefa social relevante da Universidade. Segundo dados do MEC/INEP, referentes a 2005 (UFPA, 2011, p. 30), no Pará, havia 50.083 professores das redes de ensino estadual e municipal sem formação superior. No Sudeste do Pará, 56,38% dos professores possuíam apenas o ensino médio. Some-se a isso, a necessidade de ampliação de oferta de vagas

no ensino médio, apontando para a demanda, dentre outras, de formação de professores visando o cumprimento da meta de universalização do ensino médio no Brasil. Por exemplo, no ano de 2005, na mesorregião Sudeste Paraense, apenas 11.586 alunos eram concluintes do ensino médio. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE 2011), organizados e publicados no Anuário Brasileiro da Educação Básica (CRUZ; MONTEIRO, 2013, p. 34) revelam que o Pará possui o pior índice entre os estados da região Norte referente à taxa líquida de matrícula no Ensino Médio, com uma taxa de apenas 39,55% (faixa etária de 15 a 17 anos). Os estados do Norte registram em média taxa líquida de matrícula de 43% para esta etapa de ensino. Acrescente-se ainda o dado de que, na região Norte, os jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio, em 2011, eram de apenas 35,1%.

A Unifesspa considerará a relação universidade e formação de professores, tendo como pressuposto a articulação com a educação básica e com a sociodiversidade regional, incidindo sobre questões político-institucionais, epistemológicas e pedagógicas. Nesta perspectiva, alguns princípios devem ser sobrelevados: (i) da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; (ii) da diversidade epistemológica do mundo; (iii) da diversidade de tempos-espacos-relações formativas.

O Curso de História da Unifesspa estabelece o compromisso com o desenvolvimento da compreensão da região como um espaço historicamente construído como o seu principal objetivo, bem como da estreita relação com a Educação Básica. O contexto sócio histórico da Amazônia Oriental brasileira e, particularmente, da mesorregião sudeste do Pará constitui a base material e imaterial de enraizamento do curso de História. Dentre suas funções, ele deverá cumprir o papel da formação histórica para a ampliação das perspectivas da (s) consciência (s) histórica (s) que oriente o agir dos grupos sociais no contexto dos conflitos e da diversidade social, cultural e ecológica que caracteriza a região, tendo como horizonte a sustentabilidade, os direitos humanos e a cidadania plena.

2.2 O contexto da Área do Conhecimento

As diferentes sociedades elaboram diferentes consciências históricas (RUSEN, 2001). No mundo Ocidental, a partir do último terço do século XVIII, a história (*historie*) - relato de algo acontecido, pressuposta a constâncias das reações humanas, escrita para o proveito das gerações futuras e como instrução para a vida (*plena exemplorum est historia*) - deu lugar a um novo conceito de história (*Geschichte*), passando a agregar histórias tidas particulares, *res gestae* [coisas realizadas], a *pragmata* [os fatos] e a *vitae* [as vidas], à medida que foi considerada aquela capaz de conferir a essa reunião de história dispersas e particulares uma coerência e uma totalidade enquanto discurso de verdade (KOSELLECK, 2006). Ou seja, a história tornou-se uma disciplina

especializada, responsável pela reflexão teórica e pesquisa metódica do passado. Ao longo do século XIX, contudo, a História articulou aqueles procedimentos em uma área de investigação acadêmica, com um profundo investimento em pressupostos teóricos e metodologias de análise de documentos. No século XX, os desdobramentos conduzidos pela Escola dos *Annales*, pela História Social Inglesa e pela Nova História e a História Cultural ampliaram o escopo da disciplina e a sua área de atuação, bem como a reflexão dos princípios e procedimentos da Ciência da História. Destaque para a reflexão sobre o lugar da narrativa no fazer historiográfico, para metodologias como a história oral e para a reflexão sobre a consciência histórica como produção cultural o que potencializa o reconhecimento da diversidade das relações das diversas sociedades e grupos com a sua experiência no tempo.

O conhecimento histórico não se encontra mais comprometido exclusivamente com a conformação da memória pátria, como esteve, até algumas décadas atrás. A experiência social, em todas as suas manifestações, a memória e as representações sobre a experiência, compreende, hoje, o objeto do conhecimento histórico. As diversas consciências históricas, os modos que sociedades diferentes articulam a sua relação com o passado e a produção da memória do mesmo modo se tornaram parte das preocupações da disciplina. A ampliação das noções de agente histórico e de documento histórico contribuiu para que a produção historiográfica tratasse de temas e problemas desconhecidos para a historiografia do século XIX e expandisse seu olhar sobre sociedades não ocidentais.

A produção de conhecimento tal como ela é entendida nos dias de hoje têm enorme impacto sobre as sociedades. Ela faculta, inicialmente, a crítica à tradição e, conseqüentemente, aos espaços de poder. A ampliação da noção de agente histórico e de consciência histórica viabiliza, da mesma forma, que contingentes cada vez maiores se percebam como construtores dos processos sociais vividos, permitindo a consolidação de valores democráticos. A crítica à memória, a formulação de análises sobre agentes históricos antes pouco ou nunca estudados, a investigação sobre dimensões intocadas do passado permite, por fim (e por ora) que a memória seja percebida como uma construção intencional e, portanto, política ligada às lutas de poder nos diversos espaços da reflexão histórica, como por exemplo, a pesquisa acadêmica e a reflexão didática colocada nas aulas de história na educação básica.

2.3 O contexto regional: a(s) Amazônia(s) e a história

A Amazônia não poucas vezes foi vista como paisagem homogênea, sem levar em consideração que é uma região eminentemente marcada pela sua pluralidade histórica e cultural que deve ser reconhecida e investigada historicamente. O conhecimento histórico é estratégico

para conhecê-la. Por meio dele, se pode criticar, problematizar e desconstruir uma imagem consolidada de que a Amazônia é livre da ação histórica. Ou seja, o conhecimento histórico apresenta-se como decisivo para que se reconheça a diversidade cultural e a formação histórica dos diversos grupos sociais que compõe a paisagem humana da região, bem como as experiências desses grupos, desdobradas em diferentes estratégias e táticas de enfrentamentos, disputas, combates, alianças e negociações. Assim, a análise que suscita, da experiência social no tempo, é fundamental para demarcar processos, conflitos, sociabilidades e heranças que constituem o que há de mais importante na região – os homens e as mulheres que a tornam um espaço produtor e difusor de cultura. Reconhecer que os contextos na Amazônia são variáveis e heterogêneos, revelando diversas Amazônias, com histórias diferentes para cada uma delas, sobretudo se refletirmos sobre as diversas experiências e temporalidades de diferentes grupos étnicos e culturas.

Neste sentido, a Amazônia Oriental brasileira destaca-se pela dinâmica dos conflitos em torno de interesses de ordenamento social e de domínio territorial envolvendo, notadamente, redes do grande capital (agronegócio, mineração, hidronegócio) e diferentes grupos sociais (camponeses, indígenas, extrativistas, quilombolas e segmentos diversos de trabalhadores rurais e urbanos etc.). Esses últimos, constituindo um cenário de sócio diversidade regional, são geralmente considerados empecilho ao desenvolvimento quando não aceitam passivamente submeter-se ao projeto de acumulação concentrada de capitais.

Detendo-se especificamente na mesorregião Sudeste, pode-se considerar que até meados da década de 1960, essa região, era habitada por diversos povos indígenas e por uma escassa população de migrantes que vivia às margens dos rios. Conceição do Araguaia e Marabá, por exemplo, cidades fundadas nos finais do século XIX às margens dos rios Araguaia e Tocantins, eram os principais núcleos da região. Além das atividades relacionadas à coleta das denominadas drogas do sertão, à pecuária, à pesca e à caça de animais silvestres, foram dinâmicas de exploração e o comércio do látex do caucho e, mais tarde, os negócios com a castanha-do-pará, responsáveis pela constituição de uma população regional não-indígena nesta parte do território paraense.

A migração que ocupou intensivamente o sudeste do Pará aconteceu a partir das décadas de 1970 e 1980 e foi constituída por diversos grupos regionais, especialmente por camponeses nordestinos e norte-goianiense, empresários, fazendeiros e comerciantes do Centro-Sul do Brasil, fazendo desta parte do território amazônico um espaço marcado pela diversidade cultural e pelos conflitos sociais. A implantação de infraestrutura rodoviária, a instalação de projetos agropecuários, a propaganda da colonização agrícola, a instalação de canteiros de obras, especialmente a construção da barragem de Tucuruí e a implantação do Projeto Carajás e a

descoberta da mina de ouro de Serra Pelada foram essenciais na dinamização das migrações para essa região, nesse período (PETIT, 2003).

Vale ressaltar que a construção de diversas rodovias, nessa época, como a Transamazônica (BR-230), a PA-70 (hoje BR-222), a PA-150 (hoje BR-155) e a BR-158, e a instalação de projetos agropecuários facilitaram a penetração da população não indígena no interior das florestas e influenciou, de forma decisiva, na constituição de diferentes cidades na região. Diversos povoados e vilas que surgiram nesse contexto, como Redenção, Rio Maria, Xinguara, Jacundá, NN HDX5Goianésia do Pará, Bom Jesus do Tocantins, entre outras, que são hoje cidades sedes de municípios.

Foi nesse período também que o Governo Federal passou a incentivar a vinda de empresas e pecuaristas do Centro-Sul do Brasil para investir na criação de gado bovino na Amazônia. Para tanto, não só concedeu terras, mas créditos subsidiados pela política de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Dos 1.199 projetos aprovados por este órgão, para serem implementados nos anos que transcorreram entre 1975 e 1989, no estado do Pará, por exemplo, 638 eram destinados à criação de gado bovino (IDESP, 1990).

Esses grupos econômicos, especialmente aqueles que investiram na implantação da pecuária extensiva passaram a expulsar, de forma violenta, os povos indígenas e diversos pequenos agricultores que há muito tempo ocupavam as terras devolutas e ali sobreviviam das lavouras de subsistência (arroz, feijão, fava, mandioca, milho etc.) combinadas com criações de animais, produção extrativista e o uso da pesca e da caça e não possuíam nenhum tipo de documento que os legitimasse como proprietários de suas terras.

O Governo Brasileiro, nesse momento, lançou uma campanha nacional incentivando a migração de amplos contingentes populacionais sem emprego ou submetidos à economia de subsistência em diversas partes do Brasil para a Amazônia. Para estes, o Governo Federal procurou reservar, por meio dos denominados Projetos Integrados de Colonização (PICs), 10 quilômetros de cada lado das rodovias federais, como aconteceu em alguns pontos às margens da Transamazônica, nos municípios de Itupiranga e São João do Araguaia. No âmbito do discurso governamental, essas medidas solucionariam os conflitos e as tensões sociais concernentes à questão agrária no Nordeste e no Centro-Sul do Brasil, à medida que redistribuiria grupos sociais do campo, pressionados pela pobreza e propiciaria o desenvolvimento dessa parte do território amazônico. Em pouco tempo milhares de trabalhadores rurais empobrecidos, sobretudo do Nordeste, chegaram ao sul e ao sudeste do Pará em busca de terra, superando as estimativas do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela política de colonização na Amazônia brasileira. Os municípios de Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga,

Tucuruí e Jacundá, cortados pela rodovia Transamazônica, saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, com crescimento de 225.75%. Já os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu, mais ao sul do estado, contavam com 40.370 habitantes, em 1970, passando para 130.029, em 1980, com crescimento de 222.09% (IBGE, 1973; 1983).¹

Uma vez sem terra, sem emprego e sem condições para sobreviverem nos novos núcleos urbanos que se formavam as famílias que não encontraram as terras “prometidas”, começaram a procurar alternativas de sobrevivência. Parte dessas famílias foi para os garimpos de ouro, como Serra Pelada, Cumaru, Mamão, etc. Outros trabalhadores foram submetidos aos trabalhos forçados e degradantes no interior das grandes fazendas. Mas uma parcela significativa deles optou pela ocupação de imóveis improdutivos como alternativa à situação em que estavam vivendo. Foi nesse contexto que as poucas áreas de terras devolutas que ainda existiam e diferentes imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, reservados à exploração da castanha-do-pará, ou com projetos agropecuários destinados à criação de gado bovino, passaram a ser ocupados por trabalhadores rurais, ocasionando intensos e prolongados conflitos violentos. Essa situação fez dessa parte do estado do Pará um dos espaços de maior tensão social e, conseqüentemente, de intervenção governamental na questão agrária.²

Nesta região, se, por um lado, é possível ver o crescimento econômico centrado na exploração das riquezas naturais, do outro, sobressaltam-se os contrastes sociais e ambientais. A mineração e a pecuária extensiva, por exemplo, têm sido os principais responsáveis pelo crescimento econômico dessa parte do território amazônico, mas também por diversos problemas relacionados à exploração predatória da natureza e da força de trabalho. Em decorrência, há um aumento da pobreza e da exclusão social agravado pela insuficiência das políticas públicas sociais, sobretudo nas cidades localizadas no raio de influência dos projetos de mineração (ferro, bauxita, manganês, cobre, etc.), como Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, entre outros.

Em face desta dinâmica, permanece ativo o avanço do desmatamento, que alcança elevadas taxas em diversos municípios, a exemplo de São Félix do Xingu, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Marabá,³ dentre outros, com a conseqüente destruição de matas

¹Esses municípios, a partir da segunda metade da década de 1980, foram divididos dando origem a outros municípios, abrigo, hoje, mais de um milhão de pessoas. Cf. IBGE. *Cidades*. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em 26/10/2012.

²Os municípios do sul e sudeste do Pará foram declarados pelo Governo Federal como área prioritária de intervenção governamental em razão dos conflitos de terra ali sucedidos. Cf. Decretos nº 67.557, de 12/11/1970; nº 85.075, de 27/08/1980; Decreto nº 87.095, de 16/04/1982; Decreto nº 92.623, de 02/05/1986.

³ Dos 16 municípios paraense incluídos na lista dos maiores desmatadores divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 29/03/2009, 11 se encontram na área geográfica do sul e sudeste do Pará. O campeão foi

ciliares e das nascentes. Mas foram nestes mesmos municípios que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mais flagrou a prática análoga a de escravidão.

As cidades de Xinguara (sul do Pará) e Marabá (sudeste do Pará), onde estão implantados os cursos de História, figuram entre as cidades mais dinâmicas desta parte do território paraense, mas também são aquelas onde são frágeis as garantias de direitos humanos, incluindo a precariedade de atendimento às necessidades básicas em setores fundamentais visando a melhoria das condições de vida, como saúde e educação. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2010, a população de Marabá é formada por 233.669 habitantes, sendo 186.270 na área urbana e 47.399 na zona rural. Entre 2000 e 2010, a população desse município teve um aumento de 37% (IBGE, 2010). Na segunda metade da última década, a migração provocou o surgimento de 09 ocupações urbanas envolvendo cerca de 11 mil famílias (PASTORAIS SOCIAIS, 2010). Na área rural também não foi diferente. Nos dois últimos anos ocorreram 28 novas ocupações envolvendo 5.600 famílias de trabalhadores rurais sem-terra (CPT, 2011; 2012).

Para acelerar a produção e a exportação de gado bovino, minérios e outros bens explorados ou produzidos na região, os governos Estadual e Federal estão investindo na implantação de grandes obras de infraestrutura, como a duplicação da Estrada de Ferro Carajás, a construção de duas hidrelétricas (Marabá e Santa Isabel), a construção da hidrovia Araguaia-Tocantins e do Porto Público no Rio Tocantins, em Marabá, além do asfaltamento da rodovia Transamazônica. A avaliação oficial é que cerca de 50 mil pessoas sejam deslocadas de suas terras para dar lugar a implantação desses projetos e que dezenas de migrantes cheguem atraídos por estas obras de infraestrutura. Estima-se que estes fatos aumentará a violência no campo e na cidade.⁴

Já a cidade de Xinguara surgiu em razão da instalação de grandes empreendimentos agropecuários e madeireiros e, sobretudo, da migração de famílias empobrecidas do Centro-Sul do País que chegaram atraídas pela possibilidade de se conseguir um lote de terra, especialmente com a abertura das rodovias PA-150 e PA-279. Em agosto de 1976, cerca de 50 trabalhadores rurais residiam na confluência dessas duas estradas que acabavam de ser construídas. Em outubro de 1978, já povoado denominado “Entroncamento do Xingu”, mais de 8.000 moradores ali residiam. Em 1979, distrito de Conceição do Araguaia, recebeu o nome de *Xinguara* (PEREIRA, 2013). Em

Marabá, que segundo o MMA, perdeu 338 km² de seu bioma Cf. LEÃO, Lucia. *Mais sete municípios na lista dos maiores desmatadores*. <http://www.mma.gov.br/informma/item/5344-mais-sete-municipios-na-lista-dos-maiores-desmatadores>. Acessado em 15/07/13; Folha de São Paulo. *Desmatamento da Amazônia cresce 157% em um ano*. São Paulo, 01/09/2009. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u617806.shtml>. Acessado em 15/07/2013.

⁴ Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2009 ocorreram 854 conflitos de terra no País envolvendo 415.290 famílias, sendo que 160 desse total aconteceram no Pará envolvendo 10.797 famílias. Desses 160 conflitos ocorridos no estado do Pará, 92 foram no sul e no sudeste paraense, envolvendo 10.797 famílias. (Cf. CPT. *Conflitos no Campo*, Brasil, 2009).

maio de 1982, foi emancipado pela Lei 5.028, de 14 de maio de 1982. Nesta data, foram criados os municípios de Rio Maria e Redenção, também desmembrados de Conceição do Araguaia.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Brasil, com dados do ano 2017, observa-se que o Estado do Pará, mormente a região onde a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará tem sua área de abrangência, revela dados preocupantes no que diz respeito à avaliação das escolas do Ciclo Básico, cidades como Xinguara, Pau d'Arco, Redenção e Conceição do Araguaia, apresentam respectivamente 55%, 100%, 56%, 50% de estabelecimentos de ensino que se encontram em estágio de alerta em relação a qualidade das disciplinas ministradas o que redundou, conseqüentemente, nos índices de reprovação. Portanto, os números revelam a importância não só do aumento dos docentes em cursos de graduação como a necessidade de uma formação continuada dentro das suas áreas de atuação visando a melhora dos índices apresentados. Ou seja, essa interação entre as Licenciaturas do Instituto de Estudos do Trópico Úmido e os docentes do Ensino Básico tem como objetivo a melhoria do Ensino, sobretudo através das experiências trocadas entre os dois seguimentos da educação, mas também por intermédio de uma pós-graduação que ofereça possibilidade aos professores da Rede Básica de atualizarem seus conhecimentos com novas abordagens e novas pesquisas.

A região em tela possui uma quantidade considerável de escolas públicas do Ensino Básico e também algumas escolas de Ensino Básico privadas, o que aponta a existência de um público alvo sobretudo professores de História que, egressos de cursos de graduação há algum tempo, podem compor o quadro de discentes da pós-graduação existente no campus. Há acordos firmados entre o Instituto de Estudos do Trópico Úmido e a Secretaria de Educação do município que demonstram a existência de um quadro professoral no município de Xinguara que atende às proposições que por ora se aponta neste documento.

Assim, a experiência histórica recente dessa parte do território da Amazônia Oriental brasileira é marcada pelas contradições inerentes às políticas oficiais de ocupação da região, desde a segunda metade do século XX. Elas visaram controle geopolítico e exploração econômica do território, possibilitando, por um lado, a apropriação concentrada dos recursos naturais, incluindo a terra, por outro, a estruturação de mercado de trabalho (BECKER; MACHADO, 1982). A representação da região como espaço *vazio* combinava com a sua descrição como espaço da *esperança* e da *possibilidade*, o que possibilitou, de um lado, condições ideológicas para a ocupação da região, de outro, garantiu o deslocamento de contingentes populacionais para áreas estratégicas ao capital, especialmente reservas de recursos minerais (MORBACH, 1997).

Neste contexto, a memória é objeto de intervenção social para servir a propósitos legitimadores sobre o passado e os projetos de futuro. Na mesorregião sudeste do Pará, tem sido

erguido, desde o último quartel do século XX, uma narrativa do colonizador. Um primeiro monumento é o do “pioneiro” que foi construído contra os indígenas (o *outro*), instituindo, simultânea e violentamente, alteridade cultural e expropriação territorial (SILVA, 2010). Esse foi o contexto da economia da castanha-do-pará e que institucionalizou uma estrutura de poder e prestígio tendo como figuras centrais o fazendeiro e o comerciante da castanha (EMMI, 1987).

O segundo marco, que se amálgama ao monumento anterior, é a narrativa do “bandeirante” (predominantemente originário do Centro-Sul do País) como aquele que funda ou deve fundar o “novo” território do sudeste paraense. É uma narrativa de colonização da região que “traduz políticas de dominação, nas quais a principal questão é a disputa pela terra e nas quais se estabelece o direito de quem nela pode fixar-se, trabalhar e projetar o seu futuro” (GUIMARÃES NETO, 2005).

Aquí, a relação contratual do discurso de “pioneiros” (oligarquias), “bandeirantes” e empresas do grande capital pratica uma política contrastante de identidade. De um lado, a migração é convertida no critério cultural de identidade regional, em alteridade com o *norte amazônida* (do qual deseja separação). De outro, a migração, internamente, é construída como problema social quando integrada por pobres, sobretudo maranhenses. É o discurso de uma elite político-econômica que visa naturalizar uma *divisão* da realidade marcada pelas desigualdades na ocupação do território, pela exploração predatória dos recursos naturais e pelo “rebaixamento” da maioria da população migrante como mão-de-obra disponível e barata, podendo, inclusive, ser submetida a regime de trabalho escravo. Trata-se de uma construção retórica e ideológica visando classificações hierárquicas da realidade orientadas para a produção de efeitos sociais (SILVA, 2010).

Esse contexto sócio-histórico da mesorregião sudeste do Pará constitui a base material e imaterial de enraizamento do curso de História. Nas suas linhas gerais, como vimos, destacam-se a migração (interestadual e inter-regional), a luta pela terra, os grandes projetos econômicos, a intervenção estatal autoritária (modernização conservadora, área de segurança nacional, Guerrilha do Araguaia), a sociodiversidade, os conflitos sociais (agrários, étnicos) e a formação de cidades no contexto da fronteira amazônica no recente século XX.

Em suma, os problemas e desafios decorrentes do crescimento demográfico e do modelo econômico e social, requer a construção de capacidade técnica, política e social para a compreensão e atuação nessa realidade regional. Nesse sentido, a prática historiográfica como crítica da memória deve tomar como objeto as lutas de hegemonia e usos da memória com propósitos legitimadores. A formação histórica deve cumprir seu papel na ampliação das perspectivas da (s) consciência (s) histórica (s) que oriente o agir dos grupos sociais no contexto

dos conflitos e da diversidade social, cultural e ecológica que caracteriza a região, tendo como horizonte a sustentabilidade, os direitos humanos e a cidadania plena.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do curso	Licenciatura em História.
Local de oferta	Xinguara. Instituto de Estudos do Trópico Úmido- IETU
Endereço de oferta	Campus Universitário de Xinguara
Número de vagas	40 vagas anuais
Turno de funcionamento	Noturno e Diurno
Modalidade de oferta	Presencial
Título conferido	Licenciado em História
Duração mínima	4 anos
Duração máxima	6 anos
Carga horária total	3.272 horas
Período letivo	Extensivo
Regime acadêmico	Seriado.
Forma de oferta de atividades	Paralela, excepcionalmente em caráter Modular*.
Forma de Ingresso	Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, ofertando anualmente 40 vagas.
Endereço do Instituto de Estudos do Trópico Úmido	Rua Alberto Santos Dumont S/n. Bairro Jardim Universitário. Xinguara – Pará. CEP 68557-335.
Ato de Criação e reconhecimento	Conforme o sistema E-MEC: Ato Regulatório – criação de curso presencial, por meio da Portaria 116 de 28/11/2013. Reconhecimento - Portaria N 798, de 27 de Julho de 2017, com o Conceito 4.

Para os casos nos quais necessite de docente externo ao campus.

4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 Fundamentos Epistemológicos, Éticos e Didático-Pedagógicos

A relação universidade e formação de professores de história, tendo como pressuposto a articulação com a educação básica e com a sociodiversidade regional, deverá orientar-se pelos princípios: (i) da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; (ii) da diversidade epistemológica do mundo; (iii) da diversidade de tempos-espacos-relações formativas.

A práxis constitui-se num dos fatores determinantes da ciência da história (RÜSEN, 2007). Isto quer dizer que ela visa produzir efeitos sobre a vida prática, especificamente na função de orientação do agir humano e que, portanto, o conhecimento histórico visa produzir efeitos nos processos de aprendizados. Nesta perspectiva, a formação histórica é uma categoria da didática da história, entendida como o conjunto de competências simultaneamente relacionadas ao saber, à práxis e à subjetividade. A didática da história refere-se à ciência do aprendizado histórico, isto é, trata-se da “contribuição da ciência da história para o desenvolvimento daquelas competências da consciência histórica que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico” (RÜSEN, 2007, p. 94). Assim, a formação histórica como processo complementar e dinâmico – contrário ao ensino de história como “didática da cópia” – inclui a reflexão sobre as regras e os princípios com que as ciências organizam categorialmente sua relação à experiência (à totalidade), à práxis (ao agir) e a subjetividade (aos seus sujeitos).

O debate sobre a educação histórica no Brasil é recente, mas apresenta-se como uma contribuição para se enfrentar o risco da dissociação entre especialização (formação teórico/intelectual) e profissionalização (competência técnica). Essa perspectiva exige uma formação integral do profissional de História, isto é, a não externalização e subordinação de fatores determinantes do processo cognitivo da história. A competência para realizar a reflexão sobre as regras e os princípios da cientificidade do saber histórico, inclui a formação sobre os diversos fatores dos procedimentos adotados pela pesquisa e com os tipos de saber por ela produzido: (i) a geração de problemas históricos a partir das carências de orientação da vida prática; (ii) a relação da formatação historiográfica ao público; (iii) as funções de orientação prática do saber histórico (RÜSEN, 2007, p. 90).

A formação em licenciatura pressupõe que os saberes relacionados à produção de conhecimento histórico e à conseqüente conformação da historiografia constituem a formação de todos aqueles que operam a memória a partir da História. Desta forma, o percurso curricular do curso deverá orientar-se pelos princípios da pesquisa como estratégia educativa e da formação

para o entendimento das questões amazônicas, de modo a formar profissionais engajados em seus processos de auto (trans) formação, da produção acadêmica para a transformação da realidade e da constituição e reforço das identidades e capacidades propositiva, investigativa e criativa (UFPA, 2005). Desta forma, considera-se que essa formação teórica, técnica e político-social deverá pautar-se pela ampliação das formas de atuação do egresso, especialmente nas capacidades de intervir e promover processos de aprendizados históricos e de formação de consciência histórica que oriente o agir dos grupos sociais no contexto dos conflitos e da diversidade social, cultural e ecológica que caracteriza a região e outras espacialidades.

4.2 Objetivos do curso

A partir das Diretrizes Curriculares dos Cursos de História (2001), os objetivos do Curso desdobram-se em:

Objetivo Geral

Capacitar para o domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio, estabelecendo o compromisso em compreender a região e outras espacialidades historicamente construídas;

Objetivos Específicos

- Capacitar para o domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.
- Ofertar a formação em História, voltada para a compreensão dos processos históricos da região e outros espaços;
- Ofertar a formação em História tendo a experiência amazônica e brasileira como suportes estruturantes dos percursos curriculares;
- Ofertar a formação para a Licenciatura em estreita relação com a Educação Básica, por meio do vínculo imediato com a prática profissional.

4.3 Perfil do egresso

O egresso deverá estar capacitado ao exercício do trabalho docente, como professor de História, habilitado a operar os instrumentos da produção do conhecimento histórico, conhecedor

das principais correntes teóricas e historiográficas. O graduado também deverá estar capacitado para o exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Profissionais aptos de estarem em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos).

4.4 Competências e habilidades

De acordo com os objetivos do Curso, e com o perfil do profissional a ser formado, espera-se que o Licenciado em História possa:

- a) Conhecer as principais correntes teóricas e historiográficas;
- b) Conhecer as variações dos processos históricos, bem como suas diferentes modalidades de combinações no tempo e no espaço;
- c) Saber transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de diferenciá-las e, sobretudo, de qualificar o que é específico do conhecimento histórico;
- d) Compreender e explicar os diferentes conceitos que formam as estruturas e relações sócio-históricas de uma dada realidade;
- e) Operar o conhecimento historiográfico de modo a transformá-lo em Saber Histórico Escolar;
- f) Compreender a complexidade da atividade docente, não a dissociando de seus fundamentos político-pedagógicos e da pesquisa, tanto no âmbito formal como em práticas não-formais de ensino;
- g) Refletir sobre as questões educacionais e pedagógicas referentes ao ensino da História nos níveis Fundamental, Médio e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de forma a propor projetos de intervenção na realidade escolar, capazes de permitir a educação histórica do cidadão;
- h) Transitar pelos saberes históricos e pedagógicos com competência de forma a elaborar material didático em diversas linguagens, amparados em referências teórico-metodológicas trabalhadas no curso;
- i) Promover a educação de crianças, adolescentes e adultos no sentido amplo, incluindo, além do ensino de disciplinas escolares e o desenvolvimento cognitivo, o cuidado com aspectos afetivos, físicos, socioculturais, ambientais e éticos, sobretudo atuando na formação plena da cidadania;
- j) Selecionar e organizar conteúdos de História de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos, a partir da realidade discente, bem como das culturas locais;

- k) Selecionar e usar recursos didáticos adequados e estratégias metodológicas do ensino da História de acordo com o grau de maturidade pedagógica e psicológica dos alunos;
- l) Propor e desenvolver trabalho em equipe.

Assim, serão desenvolvidos conteúdos que atendam às políticas públicas voltadas para a educação básica (PCNs/1998, LDBN/96, Diretrizes Curriculares para a Formação do Educador, Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OCN/2006) e que sinalizam a direção que os estudos históricos devem tomar na formação do cidadão.

4.5 Procedimentos metodológicos

O curso de Licenciatura em História assume como princípios pedagógico-metodológicos: (i) a vinculação teoria e prática, conhecimento historiográfico e saber histórico escolar; (ii) a pluralidade de tempos-espacos-relações formativas, chamando a atenção para o conjunto dos tempos e espaços, vivências e práticas sociais em que se constituem os sujeitos educativos; (iii) a pesquisa como estratégia educativa e sua articulação com a prática curricular continuada; (iv) a flexibilidade curricular, considerando a participação dos próprios educandos no currículo; (v) a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; (vi) o aprendizado e uso de múltiplas linguagens articuladas a produção educacional.

A metodologia de ensino privilegiará a formação do intelectual autônomo, criativo e empreendedor. Nesse sentido, trabalhar-se-á com o objetivo de desenvolver o gosto pelo debate acadêmico, o respeito à crítica e a compreensão de que esta última é parte do fazer científico. Para tanto, os docentes encaminharão, além das aulas expositivas, necessárias ao desenvolvimento do tempo de explicação, estratégias que exijam de si mesmos e dos discentes o exercício da crítica historiográfica, o confronto de perspectivas e a crítica às bases teóricas e metodológicas que as informam. No que concerne às disciplinas de natureza prática, a metodologia de ensino privilegiará o exercício de competências e habilidades necessárias à vivência profissional, proporcionando aos discentes as situações necessárias para o seu desenvolvimento.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 Estrutura do Curso

O Curso de História está amparado na legislação vigente: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394, de 20/12/1996); Resolução CNE/CES nº 13, de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História; Resolução CNE/CP 2/2002 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura e que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica; Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura; Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 1/2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Decreto Presidencial nº 5.626/2005 que regulamenta a de Libras como disciplina curricular; Lei nº 9.795 de 27/04/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, mediante seu Conselho Pleno, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”.

A organização curricular formulada para a Licenciatura busca conformar o perfil do egresso em acordo com duas ordens de fatores: em primeiro lugar, evidentemente, as diretrizes curriculares para a formação de professores; em segundo lugar, a compreensão compartilhada pelo corpo docente do curso, segundo a qual a formação do professor não exclui a pesquisa e a perspectiva de construção do conhecimento. Da mesma forma, a organização projetada propõe uma ampla discussão sobre o ofício do professor, tanto por meio da discussão teórica e científica sobre o fazer docente quanto pela prática pedagógica e pela vivência no ambiente escolar.

O curso é desenvolvido na modalidade presencial, regime seriado, com duração de quatro anos (oito semestres). O percurso curricular fundamenta-se na formação para o entendimento das questões amazônicas, bem como àquelas relacionadas a outros espaços, investigando a história e a historiografia, bem como os modos e agentes de ensino que se encontram implicados na historicidade dos processos que envolvem a ação humana. O total da carga horária do Curso de Licenciatura em História, incluídas as atividades Teórico-Práticas de interesse dos discentes, é de 3.272 horas, subdivididas em oito semestres. A matriz curricular está composta por dois núcleos: o

Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica e o Núcleo de Formação Docente.

O Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica tem uma carga horária total de **1904** horas. O Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica é formado por cinco nucleações: 1) Teoria e Metodologia da História, 2) História Geral, 3) História Americana, 4) História do Brasil e 5) História da Amazônia, 6) Optativas. As nucleações distribuem-se ao longo do percurso curricular ao par e ao passo das disciplinas do Núcleo de Formação Docente.

1) Teoria e Metodologia da História – quatro disciplinas: Introdução aos Estudos Históricos, Teoria da História I, Teoria da História II, Teoria da História III.

2) História Geral – sete disciplinas: História Antiga, História Medieval, História da África I, História da África II, História Moderna, História Contemporânea I, História Contemporânea II.

3) História Americana – quatro disciplinas: Sociedades Autóctones das Américas; História da América Colonial; História da América Independente I, História da América Independente II.

4) História do Brasil – seis disciplinas: História da América Portuguesa; História do Brasil Império, História do Brasil Republicano (1889-1945), História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente), Historiografia brasileira, História Indígena e do Indigenismo.

5) História da Amazônia – quatro disciplinas: História do Sul e Sudeste do Pará; História da Amazônia I, História da Amazônia II, História da Amazônia III.

6) Disciplinas Optativas – Ofertadas no último semestre do curso a partir das disciplinas indicadas no PPC.

O Núcleo de Formação Docente tem uma carga horária total de 1.088 horas. O Núcleo de Formação Docente está organizado em três nucleações: 1) Formação Básica da Licenciatura; 2) Estágio Curricular Supervisionado; 3) Metodologia e Pesquisa em História e em Ensino de História.

A primeira tratará da formação teórica do professor, com disciplinas que abordem os princípios filosóficos, éticos e técnicos do fazer docente. A segunda viabilizará a experiência controlada dos futuros professores com o ambiente escolar e suas particularidades, de forma a garantir a experiência mínima necessária ao exercício da docência. As atividades dessa última nucleação serão desenvolvidas, conforme determina a legislação correspondente, desde o início do curso. A terceira nucleação consistirá nas atividades que culminarão no trabalho de conclusão de curso, o qual deverá dar conta de temáticas voltadas para as questões do Ensino e da história e historiografia. As nucleações distribuem-se ao longo do percurso curricular ao par e ao passo das disciplinas do Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica.

1. Formação Básica da Licenciatura – seis disciplinas: História da Educação no Brasil, Libras, Fundamentos da Educação Especial, Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo;

Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias; Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades.

2. Estágio Curricular Supervisionado – quatro disciplinas: Estágio Curricular Supervisionado I; Estágio Curricular Supervisionado II; Estágio Curricular Supervisionado III e Estágio Curricular Supervisionado IV

3. Metodologia e Pesquisa em História e em Ensino de História – quatro disciplinas: Metodologia do trabalho científico, Projeto de Pesquisa em História, Monografia I, Monografia II.

Destaca-se que a Educação Ambiental será contemplada no percurso curricular a partir de orientação deste documento (PPC) que recomenda o trato deste assunto à medida que for possível e viável aos componentes curriculares ou ainda na prática da pesquisa e extensão. A Educação Ambiental é discussão recomendada, principalmente nas seguintes nucleações: História Geral; História Americana; História do Brasil; História da Amazônia; Formação Básica da Licenciatura. Por Educação Ambiental seguimos o que a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º., prevê:

"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade."

A Educação das Relações Étnico-Raciais será contemplada ao longo do itinerário do Curso, especialmente por meio das nucleações: História Geral; História Americana; História do Brasil; História da Amazônia; Formação Básica da Licenciatura. Este PPC acompanha a compreensão para a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, e buscará na formação de seus egressos prepará-los para o trato da questão no âmbito do ensino básico, entendendo o que estabelece o Art. 26 da citada Lei:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

No que diz respeito à Educação em Direitos Humanos, este PPC, conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2008), incorpora a missão de “[...] formação de cidadãos(ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras”. Esta missão baseia-se na construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento,

especificamente delineado no âmbito da Universidade como instituição promotora da democracia e da cidadania, até porque os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias. No itinerário do Curso, a temática em tela estará presente com mais ênfase nas seguintes nucleações: História Geral; História Americana; História do Brasil História da Amazônia e Formação Básica da Licenciatura.

Quadro do Desenho Curricular do Curso

NÚCLEO	ÁREA (NUCLEAÇÕES)	ATIVIDADES CURRICULARES	Carga Horária	
Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica	Teoria e Metodologia da História	Introdução aos Estudos Históricos	68	
		Teoria da História I	68	
		Teoria da História II	68	
		Teoria da História III	68	
	História Geral	História Antiga	68	
		História Medieval	68	
		História da África I	68	
		História da África II	68	
		História Moderna	68	
		História Contemporânea I	68	
		História Contemporânea II	68	
	História Americana	Sociedades Autóctones das Américas	68	
		História da América Colonial	68	
		História da América Independente I	68	
		História da América Independente II	68	
	História do Brasil	História da América Portuguesa	68	
		História do Brasil Império	68	
		História do Brasil Republicano (1889-1945)	68	
		História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)	68	
		História indígena e do indigenismo	68	
		Historiografia brasileira	68	
	História da Amazônia	História do Sul e Sudeste do Pará	68	
		História da Amazônia I	68	
		História da Amazônia II	68	
		História da Amazônia III	68	
		Optativa I	68	
		Optativa II	68	
		Optativa III	68	
	Subtotal			1.904 horas
		Formação Básica da Licenciatura	História da Educação no Brasil	34
Libras			68	
Fundamentos da Educação Especial			68	
Estratégias de Ensino I –Legislação, Didática, Currículo			68	

Núcleo de Formação Docente		Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidade e mídias	68	
		Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades	68	
	Estágio Curricular Supervisionado		Estágio Curricular Supervisionado I	102
			Estágio Curricular Supervisionado II	102
			Estágio Curricular Supervisionado III	102
			Estágio Curricular Supervisionado IV	102
	Metodologia e Pesquisa em História e Ensino de História		Metodologia do Trabalho Científico	34
			Projeto de Pesquisa em História	68
			Monografia I	102
			Monografia II	102
	Núcleo de Formação Docente			1.088 horas
SUBTOTAL POR NÚCLEOS			2.992	
		Atividades Complementares	280	
TOTAL GERAL			3.272	

5.1.1 - Prática Pedagógica como componente curricular

A formação Pedagógica do Curso de Licenciatura em História ocorrerá desde o primeiro ano do curso e será finalizada no quarto ano do percurso curricular, viabilizando a formação e experiência dos futuros professores acerca do ambiente escolar e suas particularidades, de forma a garantir a reflexão e experiência mínima necessária ao exercício da docência. Assim, a formação pedagógica necessária desenvolver-se-á nas disciplinas a seguir, conforme distribuição apresentada na Contabilidade Acadêmica: **Estratégias de Ensino I** – Legislação, Didática e Currículo; **Estratégias de Ensino II** – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias; **Estratégias de Ensino III** – Gênero, Etnia e Identidades; **História da Educação no Brasil; Libras, Fundamentos da Educação Especial.**

Os saberes necessários à formação dos futuros docentes não se restringem ao Estágio Curricular Supervisionado. Eles perpassam pelas disciplinas específicas e de formação geral. As atividades de ensino serão desenvolvidas no interior das disciplinas de conteúdos histórico/historiográficos permitindo uma articulação prática e teórica e uma reflexão sobre como esses conteúdos seriam trabalhados no ensino, garantindo que a perspectiva da docência esteja presente durante todo o curso. Da mesma forma, a prática de pesquisa também será trabalhada no interior das disciplinas de conteúdos histórico/historiográficos e nas disciplinas específicas de pesquisa, permitindo a efetivação do processo de formação profissional da História. Todavia, é no Estágio Curricular Supervisionado que os alunos confrontarão os conteúdos, técnicos, abordagens

e metodologias apreendidas durante o curso com os saberes produzidos no espaço próprio do exercício da sua profissão.

As atividades curriculares conjugam a formação teórica e prática para a pesquisa. Essa conjugação, comum a grande parte das atividades curriculares, garante a articulação ensino, pesquisa e extensão, uma vez que os procedimentos realizados no âmbito das atividades compreendem a formação dos egressos para a produção e para a divulgação de conhecimento. As atividades curriculares articulam ambas as dimensões da atuação universitária, pois consideram que produção e divulgação são duas faces do fazer da ciência, instâncias necessárias da produção de conhecimento.

5.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consistirá na aplicação prática das competências e habilidades adquiridas ao longo do curso revertidas para a produção de conhecimento de caráter histórico. O TCC é uma atividade curricular obrigatória e será executado sob a forma de Monografia de Iniciação Científica, desenvolvido no âmbito das disciplinas Monografia I e Monografia II, ofertadas, respectivamente, no sétimo e oitavo semestre, integralizando uma carga horária de 204 horas. O trabalho TCC será realizado individualmente e será assistido por um professor orientador.

O TCC se materializará em um texto escrito, por parte do discente, com estrita observância das normatizações acadêmicas de produção textual. Será observado também as conexões do TCC com a prática da pesquisa em História e com o instrumental historiográfico pertinente ao campo da História, sobretudo, considerando a pertinência do tema tratado. As questões do historiador e seus respectivos produtos textuais são embasados em indícios e testemunhos, de modo que a avaliação final do TCC levará em consideração o trabalho com as chamadas fontes históricas, entendidas aqui na sua mais ampla percepção, não só documentos escritos e canônicos, mas fontes orais, imagéticas, sonoras, lugares de memória e patrimônio.

O Trabalho de Conclusão de Curso será defendido em sessão pública, perante Banca Examinadora constituída de, no mínimo, dois membros titulares, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão, conforme o Regulamento de Ensino e Graduação da Unifesspa.

Ainda conforme o Regulamento de Ensino e Graduação da Unifesspa:

- A composição da Banca Examinadora deverá ser proposta pelo orientador, de acordo com a temática do TCC, em acordo com o discente;
- O Conselho da Faculdade ou Escola poderá credenciar membros externos à Subunidade

Acadêmica, ou mesmo à Instituição, caso necessário, para fins de composição de Banca;

- A versão final do TCC deverá ser entregue ao Conselho da Faculdade ou Escola em mídia digital, a fim de compor o banco de TCC.

Os casos omissos neste item serão tratados em resolução específica sobre o Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito do Curso de História de Xinguara, bem como pelo Colegiado deste curso.

5.3 Estágio Curricular Supervisionado

De acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, Cap. V, Art. 13º, a carga horária mínima para as atividades de estágio são 400 horas, conforme o disposto no § 1º, “II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição”. O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História de Xinguara, de acordo com a Matriz Curricular, que consta do Projeto Pedagógico de Curso, possui uma carga horária de 408 (quatrocentas e oito) horas, terá início no quinto período do curso e será realizado em escolas de Educação Básica, sendo dividido em 4 (quatro) etapas sendo: Estágio Curricular Supervisionado I (102 horas); Estágio Curricular Supervisionado – II (102 horas); Estágio Curricular Supervisionado – III (102 horas); Estágio Curricular Supervisionado – IV (102 horas), com carga horária de 272 horas práticas e 136 horas teóricas (aulas e orientações) na universidade.

O estágio supervisionado de formação profissional será desenvolvido a partir do 5º semestre, de acordo com as ementas e a legislação em vigor. O objetivo geral do estágio supervisionado é garantir a aprendizagem significativa dos conteúdos da formação educativa (docente e profissionais da educação), vinculada à prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções do estagiário. Os objetivos específicos são:

- promover situações de observação ao licenciado e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas.
- criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa.
- possibilitar ao licenciado sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos.
- habilitar o aluno a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e teorizando-a para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

Para efeito do cômputo de carga horária, será respeitada a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, Cap. V, Art. 15º § 7º, que expressa: “Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas”. Para ter direito a redução da carga horária do que trata o § 1º do Art. 9º, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, Cap. IV, o aluno terá de protocolar e aguardar o deferimento do pedido oficial na secretaria do curso de História antes do início de cada período do curso em que o Estágio será iniciado e deseja redução, apresentando comprovação de que está atuando na Educação Básica, na disciplina de História, nas seguintes turmas: do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; Etapas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e 1ª a 3ª séries do Ensino Médio. Serão responsáveis por analisar o pedido de redução de carga horária de estágio solicitado pelo aluno, os seguintes profissionais: Coordenador de Estágio; os professores da disciplina e os membros do colegiado do curso de História.

O Estágio Curricular Supervisionado do curso de História de Xinguara visa proporcionar ao futuro professor de História observação, análise, intervenção e prática na realidade de sua profissão. Assim, o mesmo está dividido em:

a) Estágio I – A ser realizado no 5º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, onde o aluno fará atividades de observação do cotidiano e da administração escolar. Análise dos aspectos escolares: estrutura, organização, funcionamento e perfil da comunidade escolar. Análise dos documentos escolares e da interação entre a escola e comunidade. O mesmo poderá ser realizado em escolas públicas e privadas, de 5ª a 8ª séries (6º ao 9º) ano do Ensino Fundamental, bem como 1º ao 3º ano do Ensino Médio da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, seguido pela elaboração de relatório final constando das atividades desenvolvidas durante o estágio.

b) Estágio II – A ser realizado no 6º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, onde o aluno observará a construção e aplicação do Projeto Político-Pedagógico da escola, a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de História e os temas transversais do Ensino Fundamental e Médio na instituição de ensino analisada, bem como demais documentos de área indicados pelo MEC. Analisará o perfil da História ensinada no campo de estágio: abordagens teóricas e metodológicas, uso dos materiais didáticos e práticas avaliativas. Fará análise da relação professor-aluno na sala de aula. O estagiário também deverá elaborar um projeto de intervenção no ensino-aprendizagem a partir da investigação do cenário escolar e de observação de uma problemática evidenciada no

ensino de História nesta instituição. O estágio poderá ser realizado em escolas públicas e privadas, de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, bem como 1º ao 3º ano do Ensino Médio da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, seguido pela elaboração de relatório final constando das atividades desenvolvidas durante o estágio.

c) Estágio III – A ser realizado no 7º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, o aluno deverá desenvolver atividade de estágio supervisionado por meio de Regência e execução de projeto de intervenção no ensino-aprendizagem em escolas de nível Fundamental, Médio ou na modalidade de Educação para jovens e adultos/EJA. Assim, o mesmo refletirá e executará os procedimentos voltados para a didática e prática de ensino no campo de estágio, por meio da seleção de conteúdos, planejamento, plano de curso, plano de aula, procedimentos de avaliação, uso de documentação histórica e diferentes linguagens no ensino de História, diálogo com metodologias atuais, a interdisciplinaridade, o diálogo com os temas transversais, o trabalho com os equipamentos das escolas, bem como atuará em todas as atividades da escola e da sala de aula. Por fim entregará o relatório final das atividades desenvolvidas durante o estágio.

d) Estágio IV – A ser realizado no 8º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, o aluno deverá desenvolver atividade de estágio supervisionado por meio de Regência em escolas de nível Fundamental, Médio ou na modalidade de Educação para jovens e adultos/EJA. Assim, o mesmo refletirá e executará os procedimentos voltados para a didática e prática de ensino no campo de estágio, por meio da seleção de conteúdos, planejamento, plano de curso, plano de aula, procedimentos de avaliação, uso de fontes e diferentes linguagens no ensino de História, diálogo com metodologias atuais, a interdisciplinaridade, o diálogo com os temas transversais, o trabalho com os equipamentos das escolas, bem como atuará em todas as atividades da escola e da sala de aula. Por fim entregará o relatório final das atividades desenvolvidas durante o estágio.

Os casos omissos neste item serão tratados pela Resolução N° 001 de 10 de junho de 2016 no âmbito do Curso de História de Xinguara, bem como pelo Colegiado deste curso.

5.4 Atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares)

Conforme o Regulamento das Atividades Teórico-Práticas (horas complementares) do curso de História do IETU – Unifesspa, compreende-se por atividades teórico-práticas (horas complementares), as quais perfarão o total de 280 horas (duzentas e oitenta horas), todas aquelas

de natureza acadêmica, científicas e culturais que buscam a integração entre ensino, pesquisa e extensão e que não estão compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas obrigatórias ou optativas do Projeto Pedagógico Curricular do Curso. As atividades poderão ser desenvolvidas na própria Unifesspa ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, desde que contemplem as atividades previstas no Regulamento acima citado.

Sobre as Atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares), ainda se considera:

- A escolha das atividades é de responsabilidade do discente;
- O cumprimento das Atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) não confere crédito nem grau ao discente, mas constitui componente curricular obrigatório;
- Para efeito de comprovação das atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) serão considerados os documentos originais apresentados à Coordenação do Curso e a uma comissão formada por professores do Curso, formalmente constituída, caso seja necessário.

Ainda conforme o **Art. 6º** do Regulamento das Atividades Teórico-Práticas (horas complementares) do curso de História do IETU – Unifesspa:

A atribuição de carga horária (VER ANEXO VII) referente à Atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) seguirá os seguintes procedimentos:

- a) Preenchimento pelo discente de formulário/requerimento encaminhado à Coordenação do Curso de História, acompanhado dos documentos comprobatórios necessários ao cumprimento da referida carga horária;
- b) Processo de análise pela Coordenação de curso ou Comissão responsável pela avaliação da documentação recebida e atribuição de carga horária.
- c) Finalizada a contabilidade de horas complementares, a Coordenação do Curso e Comissão responsável enviará à PROEG e ao CRCA a carga horária alcançada pelo discente.

Cabe ainda ressaltar que o prazo para prestação de contas das atividades e entrega dos documentos comprobatórios deve ser pelo menos um período antes da conclusão do curso. O aluno que não tiver alcançado o número necessário de horas deverá complementá-las ao longo do 8º período do curso, entregando o restante da documentação até um mês antes do final deste

período citado. A natureza e pontuação das atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) devem encontrar-se em consonância com o Regulamento das Atividades Teórico-Práticas (horas complementares) do curso de História do IETU – Unifesspa, aprovado pelo Colegiado do Curso, na data de 02 de março de 2016.

Os casos omissos neste item serão tratados mediante o Regulamento das Atividades Teórico-Práticas (horas complementares) do curso de História do IETU – Unifesspa, bem como pelo Colegiado deste curso.

5.5 Política de Pesquisa

A pesquisa no âmbito do curso de História tem se fortalecido a partir da ação conjunta dos docentes e estudantes do Curso mediante a elaboração e participação em projetos, criação e desenvolvimento de grupos de pesquisa e participação em Editais vinculados à PROPIT, como o Programa de Apoio ao Recém-Doutor – PARD; Programa Institucional de Apoio à Produção Acadêmica – PIAPA; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC; Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência; Programa de Monitoria Geral e Monitoria de Disciplina com práticas de laboratório.

O curso também conta com a existência do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), programa de pós-graduação stricto sensu oferecido em rede nacional, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC). Liderado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele tem como objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, com o objetivo de dar qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. O PROFHISTÓRIA busca a formação continuada de professores de História voltados para a inovação na sala de aula, ao mesmo tempo que, de forma crítica e responsável, possam refletir acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da informação de natureza histórica presentes contemporaneamente na sociedade. Esse professor precisará responder aos desafios educacionais do Brasil contemporâneo, considerando princípios fundamentais da construção da educação histórica.

Vários projetos de pesquisa em andamento no Curso de História se voltam para contribuir com a história da região do Sul e Sudeste do Pará, alguns destes contam bolsistas e se vinculam aos grupos de pesquisa existentes⁵.

⁵ Para verificar os grupos de pesquisa existentes no Curso de História, do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, ver: propit.unifesspa.edu.br ou na plataforma: Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq.

São quatro as linhas de Pesquisa do Curso de História, a saber:

- Relações de poder, Conflitos e Movimentos Sociais
- Trabalho, Migração, Natureza e Meio Ambiente
- Cultura, Historiografia e Linguagens: artes, saberes e narrativas.
- Educação Histórica e Ensino de História: cultura, memória e identidades.

5.5.1 Política de Extensão

A política de extensão procura articular os interesses e demandas da sociedade com a produção de pesquisa e ensino da Faculdade de História, concretizando-se em ações que caracterizem um processo educativo, cultural e científico que viabilize a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Neste sentido, são destinadas **342** horas a realização de atividades extensionistas que acontecerão associadas as disciplinas do Núcleo de Formação Docente, especialmente da Formação Básica da Licenciatura, nas disciplinas de Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo; Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias; Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades.

No Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica, as principais disciplinas condutoras das atividades de extensão são: História do Sul e Sudeste do Pará, História da África, História Indígena e do Indigenismo. Tais atividades permitirão a discussão e produção de material didático voltados para a comunidade, por exemplo: para as escolas da rede pública de ensino; desenvolvimento de materiais e pesquisas em espaços/lugares de memória, a promoção de eventos dirigidos à comunidade, com o propósito de aproximar e sensibilizar a sociedade da importância da história na prática e no saber cotidiano.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO	CARGA HORÁRIA
Disciplinas <ul style="list-style-type: none"> • Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo; Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias; Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e 	138h

<p>Identities; Estágio supervisionado II.</p> <ul style="list-style-type: none"> • História do Sul e Sudeste do Pará, História da África I e II, História Indígena e do Indigenismo. 	
<p>Horas complementares</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ouvinte de Curso de extensão com carga horária mínima de 8 horas; • Organização de eventos de caráter extensionista; • Participação em cursos <i>on-line</i> na área de História ou áreas afins ofertados por IES reconhecidas pelo MEC ou em caso de instituições internacionais devidamente reconhecidas; • Membro de grupos vinculados à extensão universitário, desde que reconhecido pela Unifesspa; • Participação em atividades sócio esportivas, educativas e culturais na condição de representante da Unifesspa; • Preparação e Produção de material didático para ensino de História ou área afim, com orientação de professor do Curso de História; • Prestação de serviços à comunidade que permitam a participação em atividades que denotem a transferência à sociedade dos saberes e práticas gestados no âmbito do Curso de História. 	100h
<p>Projetos de extensão institucionalizados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corresponde à participação em projetos de extensão como bolsista, voluntário/colaborador. 	60h
<p>Eventos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Semana Acadêmica de Ciências Humanas • Fórum de Licenciatura do IETU 	44h
TOTAL	342h

5.6 Política de Inclusão Social

Conforme informações existentes no Regulamento de Graduação da Unifesspa, é

preconizado à Administração Superior prover as Unidades Acadêmicas de recursos orçamentários e financeiros que garantam as condições indispensáveis das orientações inclusivas (Regulamento de Graduação, Art. 112 §1º). Portanto, haverá total empenho em construir meios que garantam o acesso do deficiente ao ensino superior.

O Curso de História se beneficiária da infraestrutura e dos recursos disponíveis para atendimento de pessoas com deficiência em diálogo com o “Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA”, que está estabelecido no Campus de Marabá. Além disso, existe um projeto de criação de subnúcleos em todos os campi da Unifesspa. Este espaço será criado com intuito de fazer um atendimento especializado aos discentes.

Neste sentido, tal ação se insere na busca por uma política de acessibilidade que contemple às demandas pertinentes à inclusão e isso inclui serviços em educação especial, tais como: acessibilização de materiais adaptados, recursos, tecnologias e atendimento específico aos discentes com deficiência.

É importante ressaltar que o curso de História, juntamente com o Campus de Xinguara e o NAIA, promoverá eventos que pretendam contribuir com a formação de docentes, técnico-administrativos e discentes e que suscite discussões a respeito da educação inclusiva para o melhoramento constantemente no atendimento àqueles que dele necessitarem: tais como, discentes com deficiência, transtorno espectro autista e altas habilidades/superdotação regularmente matriculados na Unifesspa.⁶

Há, ainda, uma política de inclusão social por meio da adoção do sistema de cotas em conformidade com a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, Portaria Normativa Nº 21/MEC, Edital nº 7, de 02 de dezembro de 2015. Ademais, a Unifesspa oferece um processo de seleção específico para indígenas, quilombolas.

⁶A respeito das políticas do NAIA, ver: <https://naia.unifesspa.edu.br>

6. PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O planejamento docente deverá assumir o princípio do diálogo, da ética e do trabalho cooperativo, visando assegurar os princípios pedagógico-metodológicos do curso e a reflexão sobre a própria prática docente universitária. O planejamento das atividades curriculares ocorrerá com a antecedência necessária à maturação das discussões e debates acadêmicos em curso. O planejamento será semestral, ocorrendo sempre no início do semestre anterior a sua execução. O Conselho da Subunidade de História deliberará sobre o planejamento semestral, que consistirá na definição dos objetivos das atividades curriculares previstas pelo atual Projeto Pedagógico do Curso, na indicação das formas de avaliação do desempenho dos alunos e no estabelecimento de critérios de avaliação do semestre. A seguir, os programas das atividades serão elaborados pelos professores responsáveis para que, depois, retornem ao colegiado para discussão, ajustes e deliberações. Os Programas de cada componente curricular a ser ministrado deverão ser entregues no primeiro dia aula de cada período letivo.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1 Concepção e Princípios da Avaliação da Aprendizagem

A avaliação no curso possui a seguinte **concepção**: processual, investigativa, sistemática e contínua, visando possibilitar aos sujeitos participantes a retomada de objetivos propostos e o redimensionamento das estratégias de ensino-aprendizagem. Os **objetivos** maiores da avaliação são os seguintes: avaliar os aspectos quantitativos e qualitativos dos discentes na produção acadêmica; auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal; aferir o desempenho semestral dos discentes no conjunto de cada turma; possibilitar a elaboração de diagnósticos que ofereçam para o planejamento didático subsídios visando a montagem de estratégias para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Estes objetivos alicerçam os **princípios** da avaliação neste PPC: diagnóstica, formativa e somativa. De um modo geral, diagnóstica porque anseia verificar as aptidões, bem como as dificuldades de aprendizagem dos graduandos; a formativa propõem examinar a correspondência entre os objetivos buscados pelo Professor (a) e os resultados efetivamente adquiridos durante o desenvolvimento das atividades indicadas; somativa, diz respeito à fase da análise dos resultados da avaliação, de modo a ser elaborado quadros de percepção do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do desempenho dos alunos se dará de modo a se verificar a aquisição das competências e habilidades a serem desenvolvidas, mediante as disciplinas a ela relacionadas. Os professores farão a proposição dos instrumentos de avaliação em reunião específica para esse fim, em conformidade com as competências e habilidades associadas à disciplina, segundo o que determina o presente Projeto Pedagógico do Curso. Em consonância com o Capítulo XI do Regulamento do Ensino e da Graduação da Unifesspa, Art. 97, para fins de avaliação da aprendizagem, caberá ao docente:

- I** - apresentar à sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino;
- II** - discutir com a turma os resultados de cada avaliação parcial, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem;
- III** - fazer o registro eletrônico do conceito final, de acordo com as orientações do CRCA, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do encerramento do período letivo.

Para a verificação qualitativa e quantitativa da aprendizagem do discente serão utilizados os instrumentos/mecanismos definidos no Projeto Pedagógico do Curso, bem como os critérios apresentados na definição a seguir:

EXC – Excelente - nove a dez (9-10)

BOM – Bom – sete a oito virgula nove (7,0 – 8,9)

REG – Regular – cinco a seis virgula nove (5,0 – 6,9)

INS – Insuficiente – zero a quatro virgula nove (0 – 4,9)

S - Sem Nota

Considerar-se-á aprovado o discente que, na disciplina ou atividade correspondente, obtiver o conceito REG, BOM ou EXC e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.

O conceito SA (Sem Avaliação) será atribuído ao discente que não cumprir as atividades programadas.

Registrar-se-á SF (Sem Frequência) no histórico escolar quando o discente não obtiver a frequência mínima exigida.

Ressalta-se que a avaliação da aprendizagem dos discentes construídas durante o curso deverá considerar a articulações das atividades curriculares de ensino, pesquisa e extensão, e poderá ser constituída de instrumentos diversos, tais como diário de classe, produção individual e coletiva, ficha de autoavaliação dos discentes, ficha de parecer individual, plenária de autoavaliação, etc.

7.2 Avaliação do Ensino

A avaliação do ensino tem como objetivo principal a melhoria das atividades didático-pedagógicas e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Para tanto, foi criado o Sistema de Avaliação, coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, via SIGAA, que tem como maior objetivo disponibilizar informações que sirvam como instrumentos avaliativos do desempenho dos docentes e discentes. Este procedimento será feito ao final de cada período letivo e permitirá a reflexão em relação aos objetivos, conteúdos, carga horária, infraestrutura e todos os aspectos que envolvem as atividades curriculares.

7.3 Avaliação do Projeto Pedagógico

Caberá ao Conselho da Faculdade instituir uma comissão interna para avaliação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso, em observância a Resolução Nº 01 de 17/06/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A avaliação do Projeto Político Pedagógico deverá proporcionar a participação da comunidade universitária do curso (docentes, discentes e técnico-administrativos) e poderá ser realizada através de instrumentos de Programa próprio criado pela Universidade para Avaliação e Acompanhamento do Ensino de Graduação.

Ressalta-se a importância da avaliação coletiva e da reflexão contínua sobre o projeto pedagógico e o processo em desenvolvimento, para que, tomando a proposta inicial como referência, o currículo possa ser pensado e repensado no sentido do constante planejamento do percurso formativo de modo a garantir a melhoria das condições de ensino-aprendizagem. São propostos os seguintes meios-instrumentos de avaliação:

Plenárias de Avaliação, em que os discentes, docentes e técnicos do curso possam manifestar a avaliação sobre o processo educativo e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;

Reuniões do NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso, em que os educadores coletivamente possam avaliar o processo, considerando a avaliação geral e organizando as propostas para o processo de planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário. O Núcleo Docente Estruturante (NDE), de que trata o Regimento do Núcleo Docente Estruturante do Curso de História de Xinguara, e em conformidade com a resolução Nº 034 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão CONSEPE, de 26 de março de 2015, constitui-se de um grupo de docentes com caráter consultivo, responsável pela percepção, concretização e consecutiva atualização do Curso de História – IETU, com especial atenção ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Ainda conforme o Regimento do Núcleo Docente Estruturante do Curso de História de Xinguara, em seu **Art. 3º**:

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de História do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA:

I - Reger os trabalhos de reestruturação curricular e submetê-los para apreciação e aprovação pelo respectivo Colegiado do Curso;

II - Qualificar a concepção, a consolidação e a atualização do Projeto Pedagógico do Curso, com isso, evita-se que o PPC seja mera peça documental;

III - Contribuir para a progressiva consolidação do perfil profissional do egresso do Curso;

IV - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

V - Indicar formas de fomento das linhas de pesquisa e extensão mediante demanda da graduação, do mercado de trabalho, ações estas afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso;

VI - Encaminhar propostas de melhoria e qualificação do Curso de graduação visando demonstrar o comprometimento da Instituição com o apropriado padrão acadêmico;

VII - Cuidar do cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em História.

Os casos omissos neste item serão tratados pelo Regimento do Núcleo Docente Estruturante do Curso de História de Xinguara, bem como pelo Colegiado deste curso.

8. INFRAESTRUTURA

8.1 Docentes

O curso de História conta, atualmente, com onze professores efetivos. Todos têm, no mínimo, a titulação de mestre e estão em regime de dedicação exclusiva. Para que as atividades acadêmicas funcionem em sua plenitude, há a necessidade de pelo menos doze professores efetivos. No quadro abaixo, há indicação dos docentes que atuam nas disciplinas distribuídas no desenho curricular e, ao lado, o número de vagas que são necessárias para preencher as demandas das atividades curriculares.

ÁREA (NUCLEAÇÕES)	ATIVIDADES CURRICULARES	DOCENTE RESPONSÁVEL
Teoria e Metodologia da História	Introdução aos Estudos Históricos	Todos os professores
	Teoria da História I	
	Teoria da História II	
	Teoria da História III	
História Geral	História Antiga	Prof. Dr. Andrey Minin Martin Prof. Dr. Daniel Brasil Justi Prof. Me. Roberg Januário dos Santos. Prof. Me Bernard Arthur Silva da Silva
	História Medieval	
	História da África I	
	História da África II	
	História Moderna	
	História Contemporânea I	
História Americana	Sociedades Autóctones das Américas	Prof. Dr. Bruno Silva Prof. Me. Heraldo Marcio Galvão
	História da América Colonial	
	História da América Independente I	
	História da América Independente II	
História do Brasil	História da América Portuguesa	Prof. Dr. Eduardo de Melo Salgueiro Prof. Me. Laécio Rocha de Sena Prof. Me Rafael Rogério Nascimento dos Santos Prof. Me Bernard Arthur Silva da Silva
	História do Brasil Império	
	História do Brasil Republicano (1889-1945)	
	História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)	
	História indígena e do indigenismo	
	Historiografia brasileira	
História da Amazônia	História do Sul e Sudeste do Pará	Profa. Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho
	História da Amazônia I	
	História da Amazônia II	
	História da Amazônia III	
Formação Básica	História da Educação no Brasil	Prof. Dr. Daniel Brasil Justi Profa. Ma. Lucilvana Ferreira
	Estratégias de Ensino I – Legislação,	

da Licenciatura	Didática, Currículo	Barros
	Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias	
	Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades	
	Libras	Sem docente responsável
	Fundamentos da Educação Especial	Sem docente responsável
Estágio Curricular Supervisionado	Estágio Curricular Supervisionado I	Prof. Dr. Daniel Brasil Justi Profa. Ma. Lucilvana Ferreira Barros
	Estágio Curricular Supervisionado II	
	Estágio Curricular Supervisionado III	
	Estágio Curricular Supervisionado IV	
	Metodologia do trabalho científico	Todos os professores
	Projeto de Pesquisa em História	
	Monografia I	
	Monografia II	
	Total 11	

8.2 Técnicos

Técnico-administrativo	Instituição/Campus	Cargo
André Cascalho Andrade	Unifesspa/IETU	Assistente em Administração
Claudio Henrique Fernandes	Unifesspa/IETU	Pedagogo
Eliane Miranda Machado	Unifesspa/IETU	Secretária executiva
Jair Ribeiro de Sousa	Unifesspa/IETU	Assistente em Administração
José Claumick Maia Araújo	Unifesspa/IETU	Assistente em Administração
José Eurivan Rodrigues dos Santos Junior	Unifesspa/IETU	Técnico em Assuntos Educacionais
Maria José Pereira da Silva	Unifesspa/IETU	Bibliotecária
Marcos Alexandre Gonçalves	Unifesspa/IETU	Técnico de Tecnologia da Informação

8.3 Instalações

Dependência	Quantidade
Biblioteca	01
Sala administrativa	03
Sala de direção geral	02
Sala de coordenação	01
Sala centro acadêmico	01
Sala de professores	01
Sala de suporte de TI	01
Sala multimídia	01
Salas de aulas para o curso de História	02
Sanitários	08
Sanitários adaptados para PNE	08
Mini Auditório	01

8.3.1. Recursos Materiais

O Curso de História, vinculado ao Instituto de Estudos do Trópico Úmido, atualmente, possui a sua disposição o seguinte mobiliário e equipamentos:

Material	Quantidade
Caixa de som	02
Microfone	02
Notebook	02
Computadores acesso alunos	18
Projektor Digital	09
Impressora	03
Lousa Digital	01

8.3.2. Laboratórios

Além do laboratório de História no prédio do IETU, destaca-se na Unidade I o Centro de Documentação Histórica, que tem como principal objetivo constituir um acervo que acolha material para consulta de pesquisadores e que possa ser útil para o desenvolvimento da pesquisa histórica da região sul e sudeste do Pará. Este espaço deverá ser equipado com materiais permanentes e equipamentos tecnológicos adequados a seu funcionamento. Atualmente, o Centro de Documentação Histórica conta com um Scanner Planetário que servirá como um suporte de alta tecnologia para a digitalização da documentação histórica. É importante ressaltar que tal espaço foi pensado a partir de um acordo de cooperação estabelecido entre a Unifesspa e a Comissão Pastoral da Terra e que tem como principal objetivo, digitalizar e disponibilizar via *web* parte significativa do acervo desta instituição.

Dependência	Quantidade
Informática	01
História	01

8.3.3. Biblioteca

A Biblioteca do Instituto dos Estudos do Trópico Úmido da Unifesspa funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, de segunda a sexta-feira, nos seguintes horários: 8h às 12h, 14h às 20hs. O setor dispõe de uma bibliotecária com auxílio de dois bolsistas.

O acervo da Biblioteca se compõe de: folhetos, livros, multimídias (CD-ROM, DVD, etc.), obras de referência (dicionário, glossário, bibliografia, enciclopédia, atlas, etc.), periódicos e trabalhos acadêmicos (tese, dissertação, monografia de especialização e trabalho de conclusão de curso).

Atualmente a biblioteca do IETU conta com 2.042 exemplares divididos em 901 títulos. A recente oferta de três novos cursos de graduação no Instituto está possibilitando a ampliação quantitativa e qualitativa do acervo em futuro breve.

A consulta do acervo é franqueada ao público em geral. O empréstimo domiciliar é permitido, exclusivamente, aos discentes, docentes e técnicos administrativos da Unifesspa mediante comprovação de vínculo institucional e cadastramento. A Elaboração de Ficha Catalográfica é um serviço oferecido aos discentes concluintes e demais usuários mediante solicitação via e-mail conforme a Biblioteca do Instituto de origem do Curso.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha e MACHADO, Lia. Uma nova fronteira para o século XXI. **Ciência Hoje**. SBPC, ano 1, n. 3, p. 45-50, nov./dez., 1982.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2ª edição. Imperatriz: Ética, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Conflitos no Campo**, Brasil. Goiânia, 2009, 2011 e 2012.

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013**. São Paulo: Editora Moderna; Todos pela Educação, 2013.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFGA, 1987.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Memória e história da interiorização da UFGA: quando a memória constrói uma história coletiva. **Fronteiras - Revista Catarinense de História** [on-line], Florianópolis, n.20, p.93-114, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHAULHOUB, S., NEVES, M. de S. e PEREIRA, A. de M. (Orgs.). **Histórias de cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 519-546.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ - IDESP. **Estatísticas Especiais**: Produto Interno Bruto do Estado do Pará: 1975-1987. Belém: IDESP, 1990.

LEÃO, Lucia. Mais sete municípios na lista dos maiores desmatadores. Disponível em <http://www.mma.gov.br/informma/item/5344-mais-sete-municipios-na-lista-dos-maiores-desmatadores>. Acessado em 15/07/13.

MARTINS, José de Souza [entrevista]. Frentes de expansão: os novos espaços dos velhos problemas. **Travessia**. São Paulo, CEM, p. 5-8, jan./abr., 2004.

MORBACH, Marize. **Amazônia in concert**. 1997. 72f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

PASTORAIS SOCIAIS DA DIOCESE DE MARABÁ. **Breve diagnóstico das ocupações urbanas de Marabá**. Marabá, 15 de janeiro de 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SILVA, Idelma Santiago da. **Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)**. 230f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

SILVA, Idelma Santiago da. Fronteiras culturais: alteridades de migrantes nordestinos e sulistas na região de Marabá. **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon, nº 15, p. 21-24, 2º Semestre de 2006.

UFPA – Universidade Federal do Pará/ Faculdade de História. **Projeto Pedagógico do Curso de História**. Belém, 2011.

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. **Projeto Pedagógico do Curso de História**. Marabá, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 67.557**, de 12/11/1970. *DOU*, Seção 1, 13/11/1970, p. 9.662.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 85.075**, de 27/08/1980. *DOU*, Seção 1, 28/08/1980, p. 17.014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 87.095**, de 16/04/1982. *DOU*, Seção 1, 19/04/1982, p. 6.753.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 92.623**, de 02/05/1986. *DOU*, Seção 1, 05/05/1986, p. 6.415.

DESMATAMENTO da Amazônia cresce 157% em um ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01/09/2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u617806.shtml>. Acessado em 15/07/2013.

DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE HISTÓRIA. Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico Pará**. VIII Recenseamento Geral 1970, Vol. 1, Tomo IV. Rio de Janeiro, maio de 1973; **Censo Demográfico**: dados distritais (Pará). IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, Vol. 1, Tomo 3, n. 4. Rio de Janeiro, 1983.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Lei 9.795/99 Decreto 4.281/2002. Disponível em: file:///C:/Users/Windows/Downloads/Politica_Nacional_EA.pdf

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010. 99 p.

Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução CNE/CP 2/2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

UFPA – Universidade Federal do Pará. **Caderno PROEG 7:** Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da UFPA. Belém, 2005.

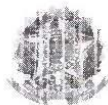
UFPA – Universidade Federal do Pará. **Projeto de Criação e Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).** Belém, 2011.

UFPA – Universidade Federal do Pará/ Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 4.399, de 14 de maio de 103.** Belém, 2013.

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. **Regulamento de Ensino e Graduação.** Resolução nº 002 de 08 de janeiro de 2014. Aprova o Regulamento de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

ANEXOS

ANEXO I – ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO DA FACULDADE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
Instituto de Estudos do Trópico Úmido
Faculdade Ciências Humanas

Rua Alberto Santos Dumont, s/n, Residencial Jardim Universitário, Xinguara – Pará, CEP: 68557-335
Telefone (94) 2101-5934 | E-mail: ietu@unifesspa.edu.br

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DO INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO, REALIZADA AOS TREZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

1 Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e dez minutos,
2 reuniu-se o Conselho da Faculdade de Ciências Humanas, do Instituto de Estudos do
3 Trópico Úmido, em Xinguara, onde foi realizada uma reunião, sob a presidência da **Prof.^a**
4 **Anna Carolina de Abreu Coelho**, Diretora da Faculdade de Ciências Humanas, e que
5 contou com a presença dos senhores membros: Representantes docentes, **Andréa Regina de**
6 **Britto Costa Lopes**, **Andrey Minin Martin**, **Bernard Artur Silva Da Silva**, **Bruno da**
7 **Silva**, **Daniel Brasil Justi**, **Eudes André Leopoldo de Souza**, **Rafael Benevides de Sousa**,
8 **Raphaela de Toledo Desiderio**. Representante discente, **Kivia Pires Rosa**. Representantes
9 técnico-administrativo, **Jair Ribeiro de Sousa**, **Marcos Alexandre Gonçalves**. Ouvintes,
10 **Ana Paula dos Santos Silva**, **José Eurivan Rodrigues dos Santos Júnior**. Não
11 compareceu os docentes, **Eduardo de Melo Salgueiro**, justificou sua ausência por estar em
12 atividades acadêmicas, **Flavio Gatti**, justificou sua ausência por estar ministrando palestra
13 na FAX. **Luciana Riça Mourão Borges**, justificou sua ausência por estar participando de
14 evento científico, **Thiara Vichiato Breda**, participando das atividades da Unifesspa na
15 FAX, **Victor da Silva Oliveira**, justificou sua ausência por estar participando de evento
16 científico. Não compareceu os representantes discente **Nayara Cristina Barros da Costa**,
17 participando das atividades da Unifesspa na FAX, **Rafael Sousa Nogueira**, que foi
18 representado por sua suplente. A coordenadora declarou aberta a reunião com a apresentação
19 da seguinte pauta: 1) **APROVAÇÃO DO PPC DE HISTÓRIA NOTURNO**. Em seguida,
20 a professora Anna Carolina passou a palavra ao professor Andrey, que registrou a
21 necessidade de aprovação do novo PPC de História para a turma do período noturno que
22 ingressará no próximo período letivo. O professor informou que o documento foi construído
23 pelo NDE do curso de História e sofreu pequenas alterações em relação ao documento atual
24 e que as alterações foram pontuais na questão de carga horária e reorganização de
25 disciplinas. Após deliberações, o documento foi aprovado por unanimidade. Nada mais
26 havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, às dezessete horas e trinta minutos, da qual
27 para constar, foi lavrada a presente ata, por mim, secretário acadêmico, **Jair Ribeiro de**
28 **Sousa**, que após aprovada, será assinada por todos os presentes.

Anna Carolina de Abreu Coelho *Anna Carolina de Abreu Coelho*
Diretora da Faculdade
Andréa Regina de Britto Costa Lopes *Andréa Regina de Britto Costa Lopes*
Docente
Andrey Minin Martin *Andrey Minin Martin*
Docente

Bernard Artur Silva Da Silva

Docente

Bruno da Silva

Docente

Daniel Brasil Justi

Docente

Eudes André Leopoldo de Souza

Docente

Jair Ribeiro de Sousa

Representante Técnico Administrativo

Kivia Pires Rosa

Representante Discente

Marcos Alexandre Gonçalves

Representante Técnico Administrativo

Rafael Benevides de Sousa

Docente

Raphaela de Toledo Desiderio

Docente

ANEXO II - DESENHO CURRICULAR DO CURSO

NÚCLEO	ÁREA (NUCLEAÇÕES)	ATIVIDADES CURRICULARES	Carga Horária	
Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica	Teoria e Metodologia da História	Introdução aos Estudos Históricos	68	
		Teoria da História I	68	
		Teoria da História II	68	
		Teoria da História III	68	
	História Geral	História Antiga	68	
		História Medieval	68	
		História da África I	68	
		História da África II	68	
		História Moderna	68	
		História Contemporânea I	68	
		História Contemporânea II	68	
	História Americana	Sociedades Autóctones das Américas	68	
		História da América Colonial	68	
		História da América Independente I	68	
		História da América Independente II	68	
	História do Brasil	História da América Portuguesa	68	
		História do Brasil Império	68	
		História do Brasil Republicano (1889-1945)	68	
		História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)	68	
		História indígena e do indigenismo	68	
		Historiografia brasileira	68	
	História da Amazônia	História do Sul e Sudeste do Pará	68	
		História da Amazônia I	68	
		História da Amazônia II	68	
		História da Amazônia III	68	
	Optativas	Optativa I	68	
		Optativa II	68	
		Optativa III	68	
	Subtotal			1.904 horas
	Núcleo de Formação Docente	Formação Básica da Licenciatura	História da Educação no Brasil	34
Libras			68	
Fundamentos da Educação Especial			68	
Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo			68	
Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias			68	
Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades			68	
Estágio Curricular Supervisionado		Estágio Curricular Supervisionado I	102	
		Estágio Curricular Supervisionado II	102	
		Estágio Curricular Supervisionado III	102	
		Estágio Curricular Supervisionado IV	102	
Metodologia e	Metodologia do Trabalho Científico	34		

	Pesquisa em História e em Ensino de História	Projeto de Pesquisa em História	68
		Monografia I	102
		Monografia II	102
Núcleo de Formação Docente			1.088 horas
SUBTOTAL POR NÚCLEOS			2.992
		Atividades Complementares	280
TOTAL GERAL			3.272

QUADRO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplinas	Carga Horária
Tópicos em História	68
História da Civilização Ibérica	68
Tópicos sobre relações étnico-raciais na formação do mundo Atlântico	68
História do Poder e das Ideias Políticas na Américas	68
Música, Cultura Brasileira e Identidade Nacional	68
Histórias em Quadrinhos e Ensino de História	68
História da Música Negra	68
Ensino de História e Música	68
História e Arqueologia	68
História das Experiências Religiosas	68
História e outras linguagens: audiovisual, mídias digitais, artes, HQ's, fotografia, documentários	68
Sociedades e regimes autoritários	68
Tópico especial em memória e patrimônio	68
Tópico especial em relações de gênero e História	68
Tópico especial em História: democracia e direitos humanos	68
História Ambiental: Técnicas, tecnologias e a natureza do espaço	68
História da Ciência: história e historiografia	68
Projetos de desenvolvimento no Brasil: ideia de progresso e o planejamento regional	68
História e Historiografia da Amazônia	68
Tópico Temático em: inclusão, deficiência e diversidade	68
Geografia Histórica: Espaço, Tempo e Sociedade	68
Teoria e Método em Geografia Histórica	68

*Novas disciplinas optativas poderão ser incluídas após a aprovação nos conselhos do instituto, desde que avaliadas pela Proeg.

ANEXO III - CONTABILIDADE ACADÊMICA

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA OFERTA	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				TOTAL
		TOTAL DO PERÍODO LETIVO	SEMANAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	
	Introdução aos Estudos Históricos	68	4	-	-	4
	Teoria da História I	68	4	-	-	4
	Teoria da História II	68	4	-	-	4
	Teoria da História III	68	4	-	-	4
	Historiografia brasileira	68	4	-	-	4
	História Antiga	68	3	1	-	4
	História Medieval	68	3	1	-	4
	História da África I	68	3	-	1	4
	História da África II	68	3	-	1	4
	História Moderna	68	3	1	-	4
	História Contemporânea I	68	3	1	-	4
	História Contemporânea II	68	3	1	-	4
	Sociedades Autóctones das Américas	68	3	1	-	4
	História da América Colonial	68	3	1	-	4
	História da América Independente I	68	3	1	-	4
	História da América Independente II	68	3	1	-	4
	História da América Portuguesa	68	3	1	-	4
	História do Brasil Império	68	3	1	-	4
	História do Brasil Republicano (1889-1945)	68	3	1	-	4
	História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)	68	3	1	-	4
	História indígena e do indigenismo	68	3	-	1	4
	História do Sul e Sudeste do Pará	68	3		1	4
	História da Amazônia I	68	3	1	-	4
	História da Amazônia II	68	3	1	-	4
	História da Amazônia III	68	3	1	-	4
	História da Educação no Brasil	34	2	-	-	2
	Libras	68	4	-	-	4
	Fundamentos da Educação Especial	68	4	-	-	4

Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo	68	3	-	1	4
Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias	68	3	-	1	4
Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades	68	3	-	1	4
Estágio Curricular Supervisionado I	102	1	5	-	6
Estágio Curricular Supervisionado II	102	1	5	-	6
Estágio Curricular Supervisionado III	102	1	4	1	6
Estágio Curricular Supervisionado IV	102	1	5	-	6
Metodologia do trabalho científico	34	2	-	-	2
Projeto de Pesquisa em História	68	3	1	-	4
Monografia I	102	-	6	-	6
Monografia II	102	-	6	-	6
Optativa I	68	4	-	-	4
Optativa II	68	4	-	-	4
Optativa III	68	4	-	-	4

ANEXO IV – ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO

Semestre	Atividade Curricular	Total
1º	Introdução aos Estudos Históricos	68
	História Antiga	68
	História da Educação no Brasil	34
	Metodologia do Trabalho Científico	34
	História do Sul e Sudeste do Pará	68
	Sociedades autóctones das Américas	68
2º	História Medieval	68
	Historiografia Brasileira	68
	Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo	68
	Teoria da História I	68
	História da África I	68
3º	História da América Colonial	68
	História Moderna	68
	História da Amazônia I	68
	História da América Portuguesa	68
	Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias	68
	Fundamentos da Educação Especial **	68
4º	História da Amazônia II	68
	Libras **	68
	História do Brasil Império	68
	Teoria da História II	68
	História da América Independente I	68
5º	Projeto de Pesquisa em História	68
	História do Brasil Republicano (1889-1945)	68
	Teoria da História III	68
	Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades	68
	Estágio Curricular Supervisionado I	102
6º	História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)	68
	História da América Independente II	68
	História da Amazônia III	68
	História Contemporânea I	68
	Estágio Curricular Supervisionado II	102
7º	História Contemporânea II	68

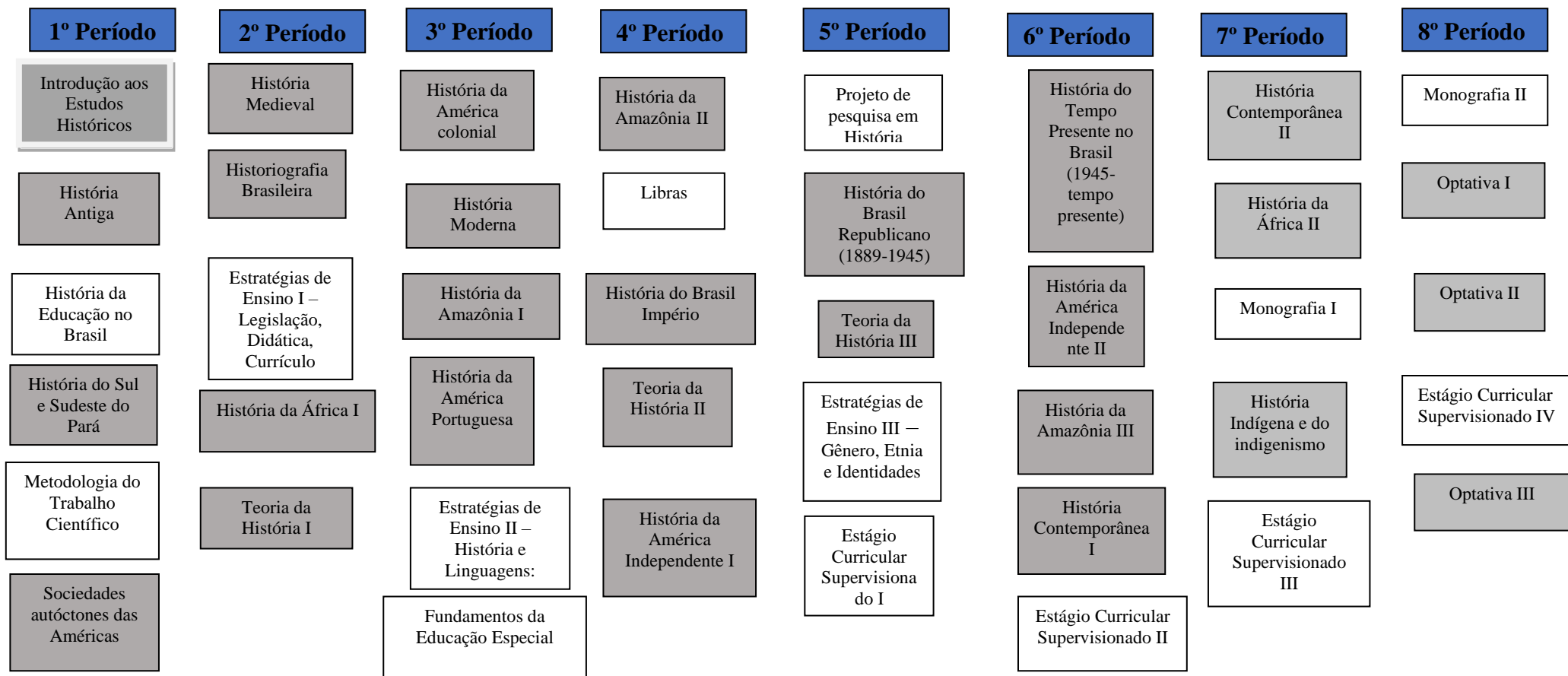
	História da África II	68
	Monografia I	102
	História Indígena e do indigenismo	68
	Estágio Curricular Supervisionado III	102
8°	Monografia II	102
	Optativa I	68
	Optativa II	68
	Estágio Curricular Supervisionado IV	102
	Optativa III	68

* Ao longo do percurso acadêmico o discente deverá cumprir 280 horas de Atividades Complementares.

**Serão ofertadas no período intervalar, de acordo com a demanda do NAIA.

ANEXO V – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Representação Gráfica do perfil de formação



 NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA

 NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE

ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR HABILIDADES E POR COMPETÊNCIAS

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Competências/Habilidades	Atividades Curriculares
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a diversidade epistemológica do mundo. - Conhecer e diferenciar as interpretações históricas propostas pelas principais escolas historiográficas, visando com isso dominar o conhecimento sobre procedimentos teórico-metodológicos e as modalidades de narrativas histórica. - Saber transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de diferenciá-las e, sobretudo, de qualificar o que é específico do conhecimento histórico. 	Introdução aos Estudos Históricos
	Teoria da História I
	Teoria da História II
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as principais correntes teóricas e historiográficas da Historiografia Brasileira. - Compreender e explicar os diferentes conceitos que formam as estruturas e relações sócio-históricas de uma dada realidade. - Operar o conhecimento historiográfico de modo a transformá-lo em Saber Histórico Escolar. - Saber transitar pelas fronteiras entre História e outras áreas do conhecimento. - Compreender a formação histórica brasileira numa perspectiva relacional América-África-Europa. - Compreender a formação histórica da Amazônia no contexto dos conflitos e da diversidade social, cultural e ecológica. 	Teoria da História III
	História da América Portuguesa
	História do Brasil Império
	História do Brasil Republicano (1889-1945)
	História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)
	Historiografia brasileira
	História indígena e do indigenismo
	História do Sul e Sudeste do Pará
	História da Amazônia I
	História da Amazônia II
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as variações dos processos históricos, bem como suas diferentes modalidades de combinações no tempo e no espaço. - Compreender a formação histórica brasileira numa perspectiva relacional América-África-Europa. - Compreender e explicar os diferentes conceitos que formam as estruturas e relações sócio-históricas de uma dada realidade. 	História da Amazônia III
	Sociedades Autóctones das Américas
	História da América Colonial
	História da América Independente I
	História da América Independente II
	História Antiga
História Medieval	

	História da África I
	História da África II
	História Moderna
	História Contemporânea I
	História Contemporânea II
<ul style="list-style-type: none"> - Operar os instrumentos da produção do conhecimento histórico. - Conhecer os princípios elementares de manipulação de documentos, de modo a aplicar-lhes os procedimentos analíticos adequados. - Saber praticar a inter-trans-disciplinaridade. - Operar o conhecimento historiográfico de modo a transformá-lo em Saber Histórico Escolar. - Compreender a complexidade da atividade docente, não a dissociando de seus fundamentos político-pedagógicos e da pesquisa, tanto no âmbito formal como em práticas não-formais de ensino. - Refletir sobre as questões educacionais e pedagógicas referentes ao ensino da História nos níveis Fundamental, Médio e Educação para jovens e adultos/EJA, de forma a propor projetos de intervenção na realidade escolar, capazes de permitir a educação histórica. - Transitar pelos saberes históricos e pedagógicos com competência de forma a elaborar material didático em diversas linguagens, amparados em referências teórico-metodológicas trabalhadas no curso. - Operar o conhecimento para reconhecer e promover as relações para a sociodiversidade. - Operar com a pesquisa como estratégia educativa e de realização do diálogo de saberes. - Propor e desenvolver trabalho coletivo e cooperativo. - Instrumentalização para leitura, análise e interpretação de textos acadêmicos, estudo das diretrizes para a pesquisa científica, bem como a normatização de trabalhos acadêmicos. 	Projeto de Pesquisa em História
	Monografia I
	Monografia II
	Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo
	Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias
	Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades
	Metodologia do trabalho científico
	História da Educação no Brasil
	Libras
	Fundamentos da Educação Especial
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer-se com sujeito histórico e de conhecimento. - Compreender a complexidade da atividade docente, não a dissociando de seus fundamentos político-pedagógicos e da pesquisa. - Operar o conhecimento histórico na realização da educação histórica. - Operar o conhecimento para promover a educação para as relações no contexto da sociobiodiversidade. - Refletir sobre as questões educacionais e pedagógicas referentes ao ensino da História nos níveis Fundamental, Médio, e Educação para jovens e adultos/EJA de forma a propor projetos de intervenção na realidade escolar, capazes de permitir a educação histórica. - Selecionar, organizar e ministrar conteúdos de História de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos, a partir da realidade discente, bem como da cultura local. - Selecionar e usar recursos didáticos adequados e estratégias metodológicas do ensino da História de acordo com o grau de maturidade pedagógica e psicológica dos alunos. -Propor e desenvolver trabalho coletivo e cooperativo. 	Estágio Curricular Supervisionado I
	Estágio Curricular Supervisionado II
	Estágio Curricular Supervisionado III
	Estágio Curricular Supervisionado IV
	Atividades Complementares

ANEXO VII- COMPONENTES CURRICULARES COM BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS

EMENTA: História: o ofício do historiador e a natureza da ciência histórica; conceitos e noções estruturadoras deste campo disciplinar, tais como, tempo, fontes, objetos, métodos, história, memória, problema, campos históricos, escolas históricas, produção do conhecimento e processo histórico. Da historiografia clássica da antiguidade à ciência nova de Vico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência. Introdução ao Jogo e suas Regras. São Paulo: Loyola, 2008.

ANDERY, Maria Amália; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria Pires; RUBANO, Denize Rosana; MOROZ, Melania; PEREIRA, Maria Eliza; GIOIA, Silvia Catarina; GIANFALDONI, Mônica; SAVIOLI, Márcia Regina; ZANOTTO, Maria de Lourdes. Para Compreender a Ciência. Uma Perspectiva Histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício de Historiador. Zahar Editora, 2002.

BURKE, Peter. Uma História Social do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Volume 1.

CARDOSO, Ciro F. Uma introdução à história. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, José d'Assunção. Teoria da História. Petrópolis: Vozes, 2011. Volumes 1 ao 4.

BARROS, José d'Assunção. Teoria da História. Petrópolis: Vozes, 2012. Volume 5.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS; Ronaldo. Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DOSSE, François. **A história**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HEINSFELD, Adelar. **Sob a inspiração de Clio**: uma introdução ao estudo da história. – 2ª ed. revisada – São Paulo: DPP Editora; Passo Fundo: PPGH-UPF, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, J.C. A legitimidade intelectual e social da História. In: **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

ARTIGOS

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, (17), nov. 1998, p. 63-201. revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh>

HISTÓRIA ANTIGA

EMENTA: História Antiga: mito, memória e historiografia na tessitura do passado. Introdução às práticas políticas, sociais e culturais nas civilizações do Oriente Próximo (Mesopotâmia e Egito). Mito, religião, memória e história nas civilizações mediterrâneas (Grécia e Roma). Trabalho e escravidão na antiguidade. Civilizações greco-romanas e suas experiências na vida pública e na vida privada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GUARINELLO, Norberto L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2016.
 GRIMAL, P. **História do Egito Antigo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
 VERNANT, J.P. **As Origens do Pensamento Grego**. São Paulo: Difel, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada-V.I. Do Império Romano ao Ano Mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
 BOTTERO, Jean. **Mesopotâmia – La escritura, La razón y los dioses**. Espanha: Cátedra, 2004.
 DETIENNE, Marcel; Vernant, J.P. **Metis- As astúcias da inteligência**. São Paulo: Odisseus, 2008.
 EYLER, Flávia Maria Schlee. **História Antiga Grécia e Roma**. vol.I. Petrópolis: Vozes, 2014.
 VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ARTIGOS

- BARROS, José de Assunção. Os tempos da história: do tempo mítico às representações historiográficas do século XIX. **Revista Crítica Histórica**. Ano I, Nº 2, Dezembro/2010
 LIMA, Marinalva Vilar de; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. História e historiografia antigas: a construção de um gênero discursivo. **Mnemosine Revista**. Vol.1, n2, jul-dez,2010.

HISTÓRIA DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

EMENTA: Povos indígenas no vale do Araguaia, Tocantins, Itacaiúnas e Xingu. Povoamentos não indígenas. Relações e conflitos interétnicos. Migrações. Ciclos Econômicos. A Guerrilha do Araguaia. Colonização da Transamazônica. Grandes Projetos. Conflitos Agrários e Violência no Campo. Trabalho Escravo Contemporâneo. Questões Socioambientais. Formação das Cidades. Movimentos Sociais do Campo e da Cidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- PEREIRA, Airton dos Reis. **Luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Belém: Ed. UEPA, 2016.
 PETIT, Pere. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.
 SCHMINK, Marianne; Wood, Charles. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARTER, Miguel (org). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. 1 reimp. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
DINIZ, Marcelo Bentes. Desafios e Potencialidades para a Amazônia do Século XXI. **Belém: Paka-tatu, 2011**.
FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Pisando fora da própria sobra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004**.
 MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: contexto, 2009
 MENDES, Armando. (org). **Amazônia, terra e civilização uma trajetória de 60 anos**. V.II. 2ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

ARTIGOS

PEIXOTO, Rodrigo. Memória social da guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

SILVA, Idelma Santiago da. Fronteiras culturais alteridades de migrantes nordestinos e sulistas na região de Marabá. **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon, Ano VII, N.º 15 2º Semestre 2006.

HISTÓRIA MEDIEVAL

EMENTA: História e historiografia medieval: nomenclatura, conceitos e periodizações convencionais; da Antiguidade Tardia à construção da mentalidade medieval: migrações de povos, cultura romana e cultura cristã; O império romano-germânico; Relações feudo-vassálicas; A sociedade medieval do Ocidente e sua tripartição: clérigos, guerreiros e trabalhadores; Simbolismo religioso e representações sociais: céu, inferno e o nascimento do purgatório, a mulher, o pecado e a sexualidade; arte e cultura na Idade Média; Cristandade, Império Bizantino, Sociedade Islâmica e as relações entre Oriente e o Ocidente. O “outono” da Idade Média ou “primavera” dos tempos modernos: a peste negra, guerras, o campo e as cidades, as universidades e o estado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LE GOFF, Jacques. **A História Deve Ser Dividida Em Pedacos?** São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1987.

DUBY, Georges. **As três ordens: ou o imaginário do feudalismo**. 2ª. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

COMPLEMENTAR

ARIÉS, Philippe & DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Volume 1. Do Império romano ao ano 1000. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLFF, Phillipe. **Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BARROS, José D’Assunção Barros. **Papas, imperadores e hereges na Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**, Bauru, SP: Edusc, 2005.

LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. trad.: Hilário Franco Jr., Bauru-SP: EDUSC; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2002.

ARTIGOS

BARROS, José D’Assunção. Passagens de Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe. **HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (1): 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/19.pdf>

ALMEIDA, Néri de Barros. A História Medieval no Brasil. **Revista Signum**, 2013, vol. 14, n. 1. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignumn11/article/view/93/87>

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

EMENTA: Historiografia brasileira: Caminhos da historiografia brasileira e como interpretar o Brasil. Primeiros autores. IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e seu projeto nacional. Leituras de nação e tradição historiográfica em Francisco A. Varnhagen, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FREITAS, Marcos Cezar de (org). **Historiografia brasileira em perspectivas**. São Paulo: Contexto, 1988.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: brasiliense, 1981.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 9ª. Ed., 2008.
- ROIZ, Diogo; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos Annales no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ARTIGOS

- RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.
- VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009

SOCIEDADES AUTÓCTONES DAS AMÉRICAS

EMENTA: A diversidade cultural dos povos autóctones e sua organização política, econômica, religiosa e cultural nos Andes, Meso-américa e América do Norte e suas respectivas tradições históricas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BETHELL, Leslie (Org) **História da América Latina**. Volume 1. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, Eduardo Natalino dos. **Cidades pré-hispânicas do México e da América Central**. São Paulo: Atual Editora, 2004.
- WASSERMAN, Claudia (org). **História da América Latina: cinco séculos**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FAVRE, Henri. **A civilização Inca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- GENDROP, Paul. **A civilização Maia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Atual, 2013.
- SCHWARTZ, Stuart e LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.
- SOUSTELLE, Jacques. **A civilização Asteca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ARTIGOS

- BITTENCOUR, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades**. Revista Eletrônica da Anphlac - número 4.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. **Da importância de pesquisarmos a história dos povos indígenas nas universidades públicas e de ensinarmos no Ensino Médio e Fundamental.** Revista Eletrônica da ANPHLAC, São Paulo, v. 4, 2005.

TEORIA DA HISTÓRIA I

EMENTA: A constituição da história como disciplina científica: discussão do estatuto do conhecimento histórico. Compreender, explicar, narrar: argumento e explicação histórica. A emergência da história/historiografia contemporânea na Europa do século XIX: o concerto político das nacionalidades. Romantismo, cultura e histórias nacionais. O historicismo como filosofia da história e suas relações com as correntes de pensamento do século XIX. Escola metódica. História, ciência e filosofia nos quadros da historiografia europeia oitocentista: o Positivismo, Marxismo e o materialismo histórico, a teoria da história de Max Weber.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História:** os primeiros paradigmas – positivismo e historicismo. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2011.
 COLLINGWOOD, R.G. **A ideia de história.** 9ª ed. Lisboa: Presença, 2001.
 MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada:** teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História** – Paradigmas revolucionários. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2011.
 BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio(orgs.). **A constituição da História como Ciência – de Ranke a Braudel.** Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
 BOURDE, Guy; MARTIN, Herve. **As escolas históricas. Portugal:** Europa América editora, 2012.
 MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História:** O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
 REIS, José Carlos. **História da “Consciência Histórica” ocidental contemporânea:** Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ARTIGOS

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria da História.** Ano 3, Número 6, dez/2011.
 PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da historiografia,** Ouro Preto, número 6, março, 2011, 103-122.

HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL

EMENTA: O contexto ibérico na Primeira Modernidade: aspectos econômicos e sociais do mundo europeu; a expansão marítima e a mundialização dos séculos XVI e XVII. A “invenção” da América. A conquista da América como uma História emaranhada; “conquistas” no plural. A construção do sistema colonial ibérico no Novo Mundo. Aspectos gerais da colonização espanhola, inglesa e francesa na América, considerando temáticas como: descoberta, invenção, poder, ocidentalização, aculturação, evangelização, escravidão, sociedade e cultura em âmbitos coloniais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BETHELL, Leslie (Org) **História da América Latina**. Volume 1 e 2. São Paulo: Edusp, 2007.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam; MARTINS, Maria Cristina Bohn. In: **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. **História do Novo Mundo (2): as mestiçagens**, São Paulo: EDUSP, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BALLESTEROS, A. **História da América**. Espanha: s/ed., 1954. tomo XVII
- PINSKY, Jaime (org.). **História da América através de textos**. São Paulo: Contexto, 1990.
- ROMANO, Rugiero. **Mecanismos da Conquista Colonial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012
- SEED, Patrícia. **Cerimônias de Posse na Conquista Européia do Novo Mundo (1492-1640)**. Trad. Lenita R.. Esteves, São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
- TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ARTIGOS

- HOOKER, Juliet. “Inclusão indígena e exclusão dos afrodescendentes na América latina.” **Tempo Social – Revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, pp. 89-111.
- KLEIN, Herbert S. NOVAS INTERPRETAÇÕES DO TRÁFICO DE ESCRAVOS DO ATLÂNTICO. R. **História**, São Paulo. 120. p..3-25, jan/jul. 1989.

HISTÓRIA MODERNA

EMENTA: A Época Moderna: cronologias e conceitos. Formação dos Estados Modernos; Absolutismos. As Reformas Religiosas. O Barroco. Revolução Científica. Renascimento. Autores, impressos e leituras na Idade Moderna. A Sociedade de Corte. Impérios coloniais - ideologia dos impérios, a comunicação política, autonomia e centralização política no ultramar espanhol, português e britânico. Revoluções, Iluminismo e a crise do Antigo Regime em fins do século XVIII.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- DELLUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. 1 E 2 vols., tradução Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- ELLIOTT, John H. **A Europa Dividida 1559-1598 (1968)**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. SP: Companhia das Letras, 1996.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII**, São Paulo: Martins Fontes, 2005. v. 1- 3.
- CHAUNU, Pierre, **A civilização da Europa das Luzes**, 2 vols., 2a edição, Lisboa, Estampa, 1995.
- GRUZINSKI, Serge. **Que Horas são lá, no outro lado?** Minas Gerais: Autêntica, 2012.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARTIGOS

D'ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. Morte, memória e piedade barroca. **Revista de História das Ideias**, n.11, Coimbra, 1989.

FLORENZANO, Modesto. Sobre as Origens e o Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente”, **Lua Nova**, São Paulo, no 71, 2007, p. 11-39.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA I

EMENTA: Sociedades indígenas antes da colonização. Conquista e projetos de colonização do vale amazônico. Fronteira. Relações de trabalho e conflitos interétnicos: escravidão e liberdade. Religião e religiosidades amazônicas: pajelança cabocla, afro-amazônia caribenha e saberes populares. História e Natureza na Amazônia Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Acaí/PPHIST/CMA, 2010.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)**. Manaus: Editora Valer, 2009.

SOUZA JUNIOR, José Alves. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: Ed.UFPA, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAMBOULEYRON, Rafael; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis. (orgs). In: **Trópicos de História – Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**, Belém: Açai, 2010.p.163-181.

_____; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **Novos olhares sobre a Amazônia colonial**. Paka-tatu, 2016.

COELHO, Geraldo Mártires. O espelho da natureza - poder, escrita e imaginação na revelação do Brasil. **Belém: Paka-tatu**

QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. **Amazônia Modernização e Conflito (séculos XVIII e XIX)**. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, CristianePires. (orgs). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. – Belém : GKNORONHA, 2010.

ARTIGOS

COELHO, Mauro Cezar; NASCIMENTO, Rafael Rogério dos Santos. “Monstruoso systema (...)intrusa e abusiva jurisdição”: O Diretório dos Índios no discurso dos agentes administrativos coloniais (1777-1798). **Revista de História**, São Paulo, Nº 168, p. 100-130, janeiro / junho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rh/n168/0034-8309-rh-168-00100.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

ROCHA, Rafael Ale. “Domínio” e “posse”: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII). **Revista Tempo**, v.23, n.3, set/dez, 2017.

HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

EMENTA: Sociedades indígenas antes dos europeus e em tempos de conquista. A formação do mundo colonial brasileiro. A colonização na Época Moderna e a América portuguesa no contexto do Império Ultramarino Português. Dinâmica econômico-social na colonização portuguesa do Brasil. Terra e Trabalho na América Portuguesa. Mobilidade e migração no mundo colonial. Vida material e religiosidade popular. A experiência da colonização: estruturas de poder, conflitos, negociações e participações na história da colonização por grupos sociais. A formação de identidades coloniais. Negros e Índios na sociedade escravista colonial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (1443-1580)**. Vol. 1. Civilização Brasileira, 2015.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (1580-1720)**. Vol. 2. Civilização Brasileira, 2015.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (1720-1821)**. Vol. 3. Civilização Brasileira, 2015.

ARTIGOS

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História** (São Paulo) v.31, n.2, p. 106-145, jul/dez 2012 <http://www.scielo.br/pdf/his/v31n2/07.pdf>

FLORENTINO, Manolo. TRÁFICO ATLÂNTICO, MERCADO COLONIAL E FAMÍLIAS ESCRAVAS NO RIO DE JANEIRO, BRASIL, c. 1790-c.1830. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 69-119, jul./dez. 2009. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/19985/13171>

TEORIA DA HISTÓRIA II

EMENTA: Combates pela história a alteração do estatuto da História do início a meados do século XX. Regimes de historicidade. Movimento dos *Annales*, primeira e segunda gerações: outras fontes, tempos, narrativas, objetos e as questões da objetividade na história. História e interdisciplinaridade. História quantitativa, serial e os tempos históricos de Braudel. Marxismo e seus desdobramentos. Escola de Frankfurt e seus teóricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História: Ensaio**. SP, Cia das Letras, 1998.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZZAN JÚNIOR, Celso. **Antropologia e interpretação: explicação e compreensão nas antropologias de Geertz e Lévi-Strauss**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Unesp, 2010.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Vários tradutores. 1ed, 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARTIGOS

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais: a longa duração**. In: Revista de História, vol. 30, no. 62. Abril-junho, 1965, pp. 261-294.

<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/062/A001N062.pdf>

SIMIAND, François. Método histórico y ciencia social. *Empiria*. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. N.º 6, 2003, pp. 163-202.

http://www.pucsp.br/cehal/downloads/relatorios/revista_empiria_artigos_biblioteca_uned/eserv_empiria_metodos_historico_c_sociais.pdf

HISTÓRIA DA ÁFRICA I

Ementa: A África Imaginada, História e Ensino de História. Abordagens historiográficas sobre a África. Estados e Sociedades No Continente Africano entre os Séculos VII e XV. Diversidade da presença humana no continente africano. Compreensão histórica das civilizações africanas, com destaque para a África do Norte: o Egito Antigo e os povos berberes. Conquista Islâmica e o Tráfico de Escravos pelo Saara. O Tráfico Atlântico de Escravos e Reorganização Econômica da África Ocidental. Oralidade e Escrita Nas Sociedades Africanas.

Bibliografia básica:

KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África**. Sete volumes. Brasília: MEC/UNESCO, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SILVA, Alberto da Costa. **A manilha e o libambo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

Bibliografia complementar:

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origin of Civilization: Myth Or Reality: Mith Or Reality?** New York: Lawrence Hill Books, 1974.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África: uma história e suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OBENGA, Théophile. **Ancient Egypt and Black Africa: A Student's Handbook for the Study of Ancient Egypt in Philosophy, Linguistics and Gender Relations**, edited by Amon Saba Saakana, London: Karnak House, 1992.

SILVERIO, Valter R (Coord). **África Antiga: Egito**. In: Síntese da História da África. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2004.

HISTÓRIA DA ÁFRICA II

Ementa: A África e os africanos no pensamento imperial. A Conferência de Berlim e a “partilha” da África. Das resistências à colonização às Independências nacionais. Nação e identidade nacional na África pós-colonial. Poder, direitos humanos e conflitos étnicos na África pós-colonial.

Bibliografia básica:

- BRAUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
 HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
 M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e civilizações**. vol. 02. São Paulo/Salvador: EdUFBA, Casa das Áfricas, 2011.

Bibliografia complementar:

- AJAYI, J. F. Ade. **Yoruba Warfare In The Nineteenth Century**. Cambridge University Press, Cambridge, England 1964.
 LINHARES, Maria Yeda Leite. Descolonização e Lutas De Libertação Nacional. In: _____.
 REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O Século XX**. Vol. 2 (O Tempo Das Crises: Revoluções, Fascismos e Guerras). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 35-64.
 MAZRUI, Ali. A. O Horizonte 2000. In: _____. MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Orgs.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Vol. VIII. Brasília: Unesco, 2010. pp. 1095-1133.
 VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Artigos

- MANNING, Patrick (1988). “Escravidão e mudança social na África”. **Novos Estudos Cebrap**, nº 21, julho, pp. 8-29.
 PESAVENTO, Sandra Jatahy (1995). “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. **Revista Brasileira de História**, vol. 15, nº 29, pp. 9-27.

HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO

EMENTA: A corte joanina. O processo de Independência do Brasil, suas contradições e a construção do Estado Nacional. Escravidão: tráfico negreiro e abolicionismo. Período Regencial. A Guerra da Tríplice Aliança e seus desdobramentos. Modernidade, Ciência e viajantes no século XIX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
 COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo, Ed. Unesp: 1999.
 COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2012.
 KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: A etnografia do IHGB entre as Décadas de 1840 e 1860**. São Paulo: Fiocruz/Edusp, 2009.
 DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**. 3 Vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
 MALERBA, Jurandir (org). **A Independência Brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
 MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: interpretação do Brasil joanino (1808-1821)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ARTIGO

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. **Manguinhos** - História, Ciências, Saúde. V.8, 2001.

MARSON, Izabel Andrade. Do Império das “revoluções” ao Império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do império (1822-1950). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 125-173, jan./jun. 2009.

HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE I

EMENTA: O Iluminismo, as Reformas Bourbônicas e a rearticulação do sistema colonial no século XVIII. A crise do sistema colonial, os processos de emancipação política e a formação dos Estados nacionais nos Estados Unidos e na América Latina. Consolidação dos Estados Nacionais e a problemática da modernização (cidade) no final do século XIX. A expansão estadunidense e a discussão sobre a identidade latino americana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYERBE, Luiz Fernando. **Estados Unidos e América Latina: A Construção da Hegemonia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcelos. **História da América Latina: cinco séculos**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996.

PRADO, Maria Lígia C. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARPINI, A. M. **Independencia, Estados Nacionales e Integracion continental**. Vol. 1, Buenos Aires: Biblos, 2010.

MELANDRI, Pierre. **História dos Estados Unidos desde 1865**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MORSE, R. **O espelho de próspero**. Cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1988.

MÚNERA, Alfonso. **Fronteras Imaginadas**. Bogotá: Planeta, 2005.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (org.). **Nacionalismo no Novo Mundo: a Formação dos Estados-Nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ARTIGOS

FARRET, Rafael Leporace e PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi (Rio J.)** [online]. 2011, vol.12, n.23, pp.30-42.

PRADO, Maria Lígia Coelho. A pena e a espada: a RevuedesDeux Mondes e a intervenção francesa no México. **Varia hist.** [online]. 2014, vol.30, n.54, pp.613-630.

HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE II

EMENTA: Identidades e Nacionalismos. Populismos e Desenvolvimento Econômico. Imperialismo e Revoluções na América Latina. Ditaduras e democratização. Movimentos Sociais. Dependência, Globalização e Neoliberalismo. Literatura: entre a Tradição e a Vanguarda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYERBE, Luiz Fernando. **Estados Unidos e América Latina: A Construção da Hegemonia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

BETHEL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). **América Latina: entre a Segunda Guerra**

Mundial e a Guerra Fria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
 CERVO, Amado L.; RAPOPORT, Mário (org.). **História do Cone Sul**. Brasília/DF: UnB; Rio de Janeiro: Revan, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.
 FERREIRA, Jorge (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.
 GEBRAN, Philomena; LEMOS, Maria T. T. B. (org.). **América Latina: Cultura, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994.
 DE FAZIO, Andréa Helena Puydinger. *Viva Zapata!* Cultura, política e representações do México no cinema norte-americano. São José dos Pinhais, PR: Editora Estronho, 2016.
 GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARTIGOS

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2006, n.27, pp.107-123.
 OLIVEIRA, Luciano. Ditadura militar, tortura e história: a "vitória simbólica" dos vencidos. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2011, vol.26, n.75, pp.07-25.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA II

EMENTA: O processo de formação nacional e a Amazônia: Independência e Cabanagem. Natureza, arte e literatura da Amazônia. Cultura e mundos do trabalho nos oitocentos. Movimentos migratórios. Extrativismos, agricultura e meio ambiente. Modernidade, Urbanização e sua relação com a natureza: a belle-époque amazônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do fausto (1890-1920)**. Manaus: Valer, 1999.
 PEIXOTO, LuisBalkar Sá. **Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia**. Manaus: Valer, 2001.
 SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do velho intendente**. Belém: Paka-Tatu, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo**. Belém: Paka-tatu, 2002.
 LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência 1889-1916**. Belém: Açai, 2010.
 PENNINGTON, David. **Manaus e Liverpool – uma ponte marítima centenária**. Manaus: EDUA, 2009.
 PINTO, Emanuel Pontes. **Acriânia – a revolução do Acre e a ferrovia Madeira-Mamoré**. Belém: Paka-tatu, 2015.
 SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama. **Belém do Pará – História, Cultura e Cidade para além dos 400 anos**. Belém: Açai, 2016.

ARTIGOS

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.
 BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará — 1840/1860. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 73-11.

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I

EMENTA: A Revolução Industrial; Revolução Francesa e o debate historiográfico; A democracia e as formas de organização: doutrinas e práticas. Movimentos operários, as ideias políticas e os processos revolucionários na Europa oitocentista. Nações e nacionalismos no século XIX. Conflitos e guerras. Imperialismo: a internacionalização do capital e a construção dos espaços (Oriente). A sociedade do século XIX: Ciência e conhecimento; as artes e a cultura; as cidades e a modernidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**– 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

BELL, David. **A. Primeira Guerra Total:** A Europa de Napoleão e o nascimento dos confrontos internacionais como conhecemos. Rio de Janeiro, Record, 2012.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II:** da Enciclopédia à Wikipedia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios 1875-1914.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo:** O Oriente como Invenção do Ocidente. SP, Companhia das Letras, 2007.

ARTIGOS:

RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço: a nova ordem da Paris Hausmanniana. In: **Projeto história:** Revista do Programa de Pós-Graduados em História do departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. nº 18. São Paulo: EDUSC, 1999. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/10978/8098>

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre: UFRGS, n. 15, 2001/2002. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6609/3932>

TEORIA DA HISTÓRIA III

EMENTA: As teorias da história da segunda metade do século XX. Annales: Terceira e quarta gerações. Antropologia histórica. História das mentalidades. Nova história, novas abordagens e novos objetos. História e representações. Nova história cultural. A micro-história italiana e o jogo de escalas. Narrativa e pós-modernismo. Entre história e ficção. Os estudos culturais. A nova historiografia alemã. A nova história política e a história do tempo presente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História - ensaios de teoria e metodologia.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS; Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **A Micro-História Italiana: modos de uso**. Londrina: Eduel, 2012.

GERTZ, René, CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org.) **Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas**. Passo Fundo: EdUPF, 2007.

REMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha, 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. 9ª ed. Petrópolis:Vozes, 2009.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995.

ARTIGOS

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 11(5), 1991, p. 173-191.

COSTA, Emília Viotti da, A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**. Brasil: 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994. http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3742.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA III

EMENTA: A segunda guerra e a batalha da borracha na Amazônia. O desenvolvimentismo nos anos 50 e 60. Os projetos dos governos militares na Amazônia. Disputas políticas e movimentos sociais contemporâneos. Grandes Projetos na Amazônia. Conflitos fundiários, neoliberalismo e grandes projetos. Disputas políticas e movimentos sociais contemporâneos. Questões socioambientais. Estradas, modernidade e urbanização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Editora Globo, 2010.

FONTES, Edilza Oliveira. **O pão nosso de cada dia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TOLEDO, Peter.(org). **Ambiente e sociedade na Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará: a mordada a partir de 1964**. Belém: Paka-tatu, 2015.

MENDES, Armando. (org). **Amazônia, terra e civilização uma trajetória de 60 anos**. V.II. 2ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

SILVA, Hilton P. (org). **Por terra, céu e mar – histórias e memórias da segunda guerra mundial**. Belém: Paka-tatu, 2013.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia – A SPVA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro**. Belém: Paka-tatu, 2014.

ARTIGOS

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, JaxNildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54), 2005.

SOUZA, Cezar Martins. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. *REVISTA CONTEMPORÂNEA – DOSSIÊ 1964-2014: 50 ANOS DEPOIS, A CULTURA AUTORITÁRIA EM QUESTÃO*. Ano 4, nº 5, vol. 1, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/dossie-1964-2014-50-anos-depois-cultura-autoritaria-em-questao>

HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO (1889-1945)

EMENTA: Sociedade Brasileira e formação do estado republicano entre o fim do século XIX e primeira metade do XX. Primeira República. Era Vargas. Movimentos sociais, culturais e políticos e econômicos. Conflitos e mediações. Militares, operários, trabalhadores urbanos e rurais. Raça e nacionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da Vida Privada no Brasil. República:** da Belle Époque a Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 03, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CHALHOUN, Sidney. Trabalho, lar e botequim - O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Editora da Unicamp, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORIS, Fausto. **“A revolução de 1930: história e historiografia”**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados:** escritos de história epolítica. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Estático na Metrópole:** São Paulo, Sociedade e Cultura nos primeiros anos 20. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ARTIGOS

SIQUEIRA, Carla. “A imprensa comemora a República: memórias em luta no dia 15 de novembro de 1890” In. **Estudos Históricos**, n 14, pp. 161-182.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Dossiê A nova “velha” República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**, Niterói, Vol. 13, N. 26, 2009. <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=54>

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

EMENTA: A Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa. O período “entreguerras”: falência do Estado liberal e ascensão dos regimes totalitários. A Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra: Guerra Fria; descolonização da Ásia e da África; terceiro mundo. A sociedade do século XX:

Ciência, cultura e economia. A crise do mundo soviético e a nova ordem mundial. Cultura global e identidades individuais. O Oriente Médio.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ELIAS, Norbert., **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

PROST, A & VINCENT, G. **História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra aos Nossos Dias.** ARIÈS, P., DUBY, G. (org.). SP, Cia das Letras, 2015.

DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo. **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

SEGRILLO, Angelo. **O Declínio da URSS: um estudo das causas.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial: História e estratégias.** São Paulo: Contexto, 2011.

MATHEWS, Gordon. **Cultura global e identidade individual.** Bauru: EDUSC, 2002.

ARTIGOS:

SEGRILLO, Angelo. A confusão esquerda/direita no mundo pós-muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 3, 2004, pp. 615 a 632. Disponível em

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21847306>

DALIO, Danilo José. “Primavera Árabe”: Autocracia versus Mercado* **[REVISTA CONTEMPORÂNEA – dossiê regimes autoritários e sociedades]**. Ano 3, n° 3 | 2013, verão ISSN [2236-4846]. Disponível em:

http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/02_DANILO_DALIO_0.pdf

HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

EMENTA: Discutir a formação de um campo de estudos da história indígena e do indigenismo; Tratar acerca das políticas indígenas e indigenistas na América portuguesa, no Brasil imperial e republicano; compreender as perspectivas e categorias que alimentam essa discussão; Os povos indígenas na e em sala de aula. Ensino de história e povos indígenas: a temática indígena na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, FAPERJ, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, A.L. & GRUPIONI, L.D. B. (Org) **A Temática Indígena na Escola: Novos subsídios para Professores de 1º e 2º Graus.** Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERT, Bruce (org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SAMPAIO, Patrícia. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

ARTIGOS

ROLLER, Heather F. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. **Revista de história são paulo**, N° 168, p. 201-243, JANEIRO / JUNHO. 2013. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/59153>.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas: Tese de Livre Docência/UNICAMP, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NO BRASIL (1945-TEMPO PRESENTE)

EMENTA: Brasil pós Getúlio Vargas, período democrático, anos 1950 e o nacional-desenvolvimentismo. Crise institucional, Golpe político de 1964 e a Ditadura Militar, movimentos sociais e lutas políticas de oposição ao autoritarismo. A redemocratização. O neoliberalismo, Collor, FHC e Lula. Perspectivas culturais políticas e sociais e econômicas de formação do Brasil no tempo presente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge Ferreira (Org.) O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática (Col. O Brasil Republicano – Vol. 3).

LINHARES, Maria Y. História Geral do Brasil (Org). Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

D'INCAO, MariaAngela; MARTINS, Hermínio (Org). Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta M (Org). História do tempo presente. Rio de Janeiro: EDFGV, 2014.

FICO, Carlos. Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da vida privada no Brasil, 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio N. (Org.) 1964: visões críticas do golpe. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

ARTIGOS

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia hist.* [online]. 2012, vol.28, n.47, pp.43-59. ISSN 0104-8775. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, V. 1, n° 2, 1996, pp. 31-58. Disponível em: www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf

NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE

ESTRATÉGIAS DE ENSINO I: LEGISLAÇÃO, DIDÁTICA E CURRÍCULO

EMENTA: Legislação da educação no Brasil e do ensino de história. Propostas curriculares para os cursos de bacharelado e licenciatura em história. Currículo escolar na educação básica e outras modalidades previstas na LDB. Didática geral e especial no ensino de história. Legislação, didática e currículo na formação de professores em cursos de licenciatura. Teorias e modelos teóricos didáticos e curriculares. Documentos de área para a história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. Campinas, SP: Papirus, 2012.
BITTENCOURT, Circe M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.
GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petrópolis, Vozes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História e ensino de História. Belo Horizonte: autêntica, 2003.
CANDAUI, Vera. (org.) Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
GUAZELLI, Cesar Augusto B. et al. Questões de teoria e metodologia da História. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
PERRENOUD, Philippe. Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
FREITAS, Itamar. Histórias do ensino de história no Brasil. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

ARTIGOS

SILVA, Marcos A. **A história e seus limites:** notas sobre região e interdisciplinaridade. Revista USP, São Paulo, 33, XX-XX, Mar./Mai, 1997.
PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. **Ensinar história regional e local no ensino médio:** experiências e desafios. História & Ensino, Londrina, v. 13, 2007, p. 107-126.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO II- HISTÓRIA E LINGUAGENS: TEXTO DIDÁTICO, LITERATURA, ORALIDADES E MÍDIAS

EMENTA: História e Linguagens no Ensino de História. História e Historiografia dos livros didáticos no Brasil. Análise e uso de livros didáticos de História: aspectos editoriais, textuais, imagéticos e avaliativos. Uso das diferentes linguagens no Ensino de História: História e Literatura; História e Imagens; História e Audiovisuais; História e tecnologias digitais. Produção de material didático. Ênfase maior na pesquisa e discussão de livros didáticos e a prática docente nos diferentes níveis da educação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, M e GUIMARÃES, S. **Ensinar História no século XXI:** Em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.
FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História:** Experiências, reflexões e aprendizados- 13 ed. Campinas, São Paulo, Papirus, 2012.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (Org). **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BITTENCOURT, Circe Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias e STAMATTO, Inês (org). **O Livro didático de história: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFRRN, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- SIMAN, Lana Mara de Castro e FONSECA, Thais Nívia de Lima (orgs). **Inaugurando a história e construindo a nação - discursos e imagens no ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ARTIGOS

- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul/dez, 2005.
- FERREIRA, Carlos Augusto Lima (1999). **Ensino de História e as novas tecnologias da informação e comunicação: uma reflexão**. In: *Rev. Reg. de Hist.* v. 4, n. 2, pp. 139-157.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO III: GÊNERO, ETNIA E IDENTIDADES

EMENTA: Estudos de Gênero, etnicidade e identidade no ensino de História. Diálogos da história com outras ciências sociais sobre gênero, etnia e identidades. Estudos de gênero e de etno-história no Brasil: trajetórias dos negros, indígenas e migrantes na cultura brasileira; Leis Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e 11.645, de 10 março de 2008. Cultura e diversidade no Ensino de História. (Re)elaboração de identidades e afirmação étnica. Fontes e metodologia da história para pesquisa/ensino sobre gênero, etnia e identidades na cultura escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. **Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3ª Edição. 3. Reimp- Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARROIO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 555.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.
- WITTMANN, Luisa T. (Org.). **Ensino de História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

ARTIGOS

- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *HISTÓRIA, SÃO PAULO*, v.24, N.1, p.77-98, 2005.

MENDES, Maria Manuela. **Etnicidade cigana, exclusão social e racismo.** In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1458.pdf>

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

EMENTA: A ser realizado no 5º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, onde o aluno fará atividades de observação do cotidiano e da administração escolar. Análise dos aspectos escolares: estrutura, organização, funcionamento e perfil da comunidade escolar. Análise dos documentos escolares e da interação entre a escola e comunidade. O mesmo poderá ser realizado em escolas públicas e privadas, de 5ª a 8ª séries (6º ao 9º) ano do Ensino Fundamental, bem como 1º ao 3º ano do Ensino Médio da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, seguido pela elaboração de relatório final constando das atividades desenvolvidas durante o estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, Selma Garrido (et.a11.) **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola:** Uma construção possível- Campinas, São Paulo: Papirus, 2015.

OLIVEIRA, Margarida Dias (org.). **Como se formam os professores de História:** vivências e experiências de iniciação à docência. Natal, EDFURN, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ZABALZA, Miguel A. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional.** Porto Alegre, Artmed, 2004.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **A história na escola:** autores, livros e leituras. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALVES, Nilda (org.) **Formação de professores:** pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 2006.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras.** Campina: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

MIRANDA, Sonia Regina. **Sob o signo da memória.** Cultura escolar, saberes docentes e história ensinada. São Paulo: Editora da UNESP; Juiz de Fora: EDUFJF, 2007.

ARTIGOS

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores. **Card. Pesquisa:** São Paulo. Nº 94, p. 58-73, ago. 1995.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **O ensino de história fora da sala de aula.** In *Ensinar História.* São Paulo: Scipione, 2010, p. 149-160.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

EMENTA: A ser realizado no 6º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, onde o aluno observará a construção e aplicação do Projeto Político-Pedagógico da escola, a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de História e os temas transversais do Ensino Fundamental e Médio na instituição de ensino analisada, bem como demais documentos de área indicados pelo MEC. Analisará o perfil da História ensinada no campo de estágio: abordagens teóricas e metodológicas, uso dos materiais didáticos e práticas avaliativas. Fará análise da relação professor-aluno na sala de aula. O estagiário também deverá elaborar um projeto de intervenção no ensino-aprendizagem a partir da investigação do cenário escolar e de observação de uma

problemática evidenciada no ensino de História nesta instituição. O estágio poderá ser realizado em escolas públicas e privadas, de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, bem como 1º ao 3º ano do Ensino Médio da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, seguido pela elaboração de relatório final constando das atividades desenvolvidas durante o estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

VILLAS-BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Projeto de intervenção na escola: mantendo as aprendizagens em dia**. Campinas: Papirus, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra et al. (orgs). **Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar**. Porto Alegre: Est, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CANDAU, Maria Vera (org.). **A Didática em Questão**. 17ª Ed. Petrópolis/RJ. Vozes, 1999.

GONZALEZ ARROYO, M. **Currículo: território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CABRINI, Conceição et al. **O Ensino de História: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARTIGOS

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: entre saberes e Práticas. **Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74**, Abril/2001.

FONSECA, Selva Guimarães; RASSI, Marcos Antônio. “Saberes docentes e práticas de ensino de história na escola fundamental e média”. In: **Saeculum. Revista de História, 108 [15]**, João Pessoa, jul./dez. 2006.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III

EMENTA: A ser realizado no 7º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, o aluno deverá desenvolver atividade de estágio supervisionado por meio de Regência e execução de projeto de intervenção no ensino-aprendizagem em escolas de nível Fundamental, Médio ou na modalidade de Educação para jovens e adultos/EJA. Assim, o mesmo refletirá e executará os procedimentos voltados para a didática e prática de ensino no campo de estágio, por meio da seleção de conteúdos, planejamento, plano de curso, plano de aula, procedimentos de avaliação, uso de documentação histórica e diferentes linguagens no ensino de História, diálogo com metodologias atuais, a interdisciplinaridade, o diálogo com os temas transversais, o trabalho com os equipamentos das escolas, bem como atuará em todas as atividades da escola e da sala de aula. Por fim entregará o relatório final das atividades desenvolvidas durante o estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados- 13 ed**. Campinas, São Paulo, Papirus, 2012.

NIKITIUK, Sônia L. (org.). **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

STEPHANOU, Maria. **O ensino de História e a produção do conhecimento**. Teoria e Fazeres na escola em mudança. Porto Alegre. Ed. Da UFRGS, 2005.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.) (2004). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 1. ed., 4 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ARTIGOS:

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. “**Ensinar História hoje: Errâncias, conquistas e perdas**”. Revista Brasileira de História, vol. 30, pp. 13-33.

CERRI, Luis Fernando. **Recortes e organizações de conteúdos históricos para a educação básica**. Antíteses, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, pp. 131-15

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV

EMENTA: A ser realizado no 8º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, o aluno deverá desenvolver atividade de estágio supervisionado por meio de Regência em escolas de nível Fundamental, Médio ou na modalidade de Educação para jovens e adultos/EJA. Assim, o mesmo refletirá e executará os procedimentos voltados para a didática e prática de ensino no campo de estágio, por meio da seleção de conteúdos, planejamento, plano de curso, plano de aula, procedimentos de avaliação, uso de fontes e diferentes linguagens no ensino de História, diálogo com metodologias atuais, a interdisciplinaridade, o diálogo com os temas transversais, o trabalho com os equipamentos das escolas, bem como atuará em todas as atividades da escola e da sala de aula. Por fim entregará o relatório final das atividades desenvolvidas durante o estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005. pp.327-350;

FONSECA, Selva G. (Org.). **Ensinar e aprender História: formação, saberes e práticas educativas**. Campinas (SP): Átomo & Alínea, 2009.

_____. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, Vera Maria (org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VEIGA, Ilma Passos A. **Técnicas de Ensino: Por que não?** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **A história na escola: autores, livros e leituras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SILVA, Marcos A. da. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARTIGOS

MAGALHÃES, Marcelo de S. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. **Revista Tempo**. 2006, v. 11, n 21, p. 49-64.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poésis** - Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

EMENTA: A relação entre História e Educação. História das instituições escolares no Brasil, formais ou informais. Políticas e culturas educacionais no Brasil em perspectiva histórica. Conceitos e práticas pedagógicas historicamente observados na constituição do campo educacional no Brasil.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, CyntiaGreive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2015.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARTIGOS:

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 131-150, maio-agosto 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08>

GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cad. Cedes, Campinas**, vol. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a03v2876.pdf>

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

EMENTA: Metodologia de estudos e leituras. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos; princípios fundamentais da pesquisa científica: etapas da pesquisa. Orientações para apresentação de trabalhos de pesquisa e textos científicos. As regras de normatização do trabalho científico em História: resumo, resenha, fichamentos, artigos científicos, paper; usos da ABNT. Noções de informática básica para estudantes iniciantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. Ed, São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23ª ed. São Paulo: Nacional, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDEIROS, João Bosco. **Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão.** São Paulo: Atlas, 2002. 433 p

CARVALHO, Maria Cecília M. **Construindo o saber.** Metodologia científica fundamentos e técnicas. São Paulo: Papyrus, 1997.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, [2005?].

ARTIGOS

BARROS, José D'Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.16, p. 17 -35, dez. 2004 - ISSN: 1676-2584.

ABNT, VER MANUAL ATUALIZADO. <http://www.abnt.org.br/>

LIBRAS

EMENTA: Concepções biológicas, sociais, antropológicas e culturais da surdez. Culturas e identidades surdas. História da Educação de Surdos. Decreto N° 5.626/05. Educação bilíngue para surdos. Ensino de História para surdos. Pedagogia Visual aplicada ao ensino de história para surdos. Práticas de Libras: vocabulário básico e vocabulário histórico. Práticas de contato e ensino de história para a comunidade surda local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: Ideologias e práticas pedagógicas.** 1. Ed., 2 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FELIPE, Tanya A. **LIBRAS em contexto: curso básico, livro do aluno / Tanya A. Felipe, Myrna S. Monteiro – Brasília: Programa Nacional de Apoio á Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2006.**

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos / Ronice Muller de Quadros e Lodenir Karnopp.-Porto Alegre: Artmed, 2004.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, Maria Salete Fábio (org.). **Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos/ coordenação geral. SEESP/MEC.** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Ronice M. Quadros (Org), Brasília: Ministério de Educação 2006.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez.** Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.

REILY, L. **Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação.** Campinas/SP. Papyrus, 2004.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação do Surdo no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ARTIGOS

FELIPE, Tanya A..O discurso verbo-visual na língua brasileira de sinais - Libras. **Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso** [online]. 2013, vol.8, n.2, pp.67-89. ISSN 2176-4573.

LODI, Ana Claudia Balieiro; BORTOLOTTI, Elaine Cristina e CAVALMORETI, Maria José Zanatta.Letramentos de surdos: práticas sociais de linguagem entre duas línguas/culturas.**Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso** [online]. 2014, vol.9, n.2, pp.131-149. ISSN 2176-4573.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

EMENTA: Perspectivas históricas e conceituais da deficiência. Políticas públicas de Educação Especial. Legislações, ensino de História e o atendimento educacional das pessoas público-alvo da Educação Especial. A interface da educação especial no ensino de História na perspectiva da educação inclusiva. Alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. O processo de escolarização do aluno público-alvo da Educação Especial. Tecnologias assistivas e materiais didáticos acessíveis no ensino de História. O Atendimento Educacional Especializado. Formação de professores em licenciatura de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles De. **Prática pedagógica na educação especial:** multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

JANNUZZI, Gilberta. A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed., rev. **Campinas**, SP: Autores Associados, 2012. 211 p. (Coleção Educação contemporânea).

SMITH, Deborah Deutsch. **Introdução à educação especial:** ensinar em tempo de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008. xiv, 478 p. (Biblioteca Artmed. Educação Inclusiva).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles De. **Conhecimento e margens:** ação pedagógica e pesquisa em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2009. 192 p.

BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles De (Org). **Educação especial:** diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2015. 302 p

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva:** com os pingos nos "is". 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018. 174 p.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 152 p.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidades educacionais especiais. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 128 p.

ARTIGOS

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo. CAIADO, Katia Regina Moreno. Educação especial em escolas do campo: um estudo sobre o sistema municipal de ensino de Marabá-PA. **Revista Cocar**. Belém, vol. 8, n.15, p. 63-71/ Jan-Jul 2014 <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/336/313>

PROJETO DE PESQUISA EM HISTÓRIA

EMENTA: O planejamento da pesquisa e sua importância. As fontes e metodologias para a pesquisa histórica. Os historiadores e as fontes de arquivos. Análise Documental: tipologia, leitura, interpretação. Elaboração de projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de pesquisa:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA; Tania Regina (Org.) **O historiador e suas fontes.** – 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROSTEGUI, J. **A pesquisa histórica:** teoria e método. Bauro: Edusp, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes (e outra org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996

GATTI, Bernardete. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Plano, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria. **A Pesquisa em História.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ARTIGOS

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. O projeto de pesquisa: o conteúdo e seus itens. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia.** Ano 2, N.3, dezembro 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Como elaborar um projeto de pesquisa. **Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense/PPGH-UFF.**

MONOGRAFIA I

EMENTA: Leitura, análise e acompanhamento dos projetos de pesquisa por linha de pesquisa. Encaminhamento metodológico específico para cada projeto. Leituras e acompanhamento bibliográfico de cada projeto de pesquisa. Metodologia para elaboração de relatório de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARIÉS, P. **Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média.** Lisboa: Teorema, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem (1929).** Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de Si Escrita da História.** Rio de Janeiro; Editora FGV, 2004.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2. ed. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

ARTIGOS

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto história (10), São Paulo, Editora da PUC-SP, dezembro de 1993, pp.7-29

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos: I Journée d'Histoire des sensibilités, EHESS, 04/03/2004.

MONOGRAFIA II

EMENTA:Leitura, análise e acompanhamento dos projetos de pesquisa por linha de pesquisa. Encaminhamento metodológico específico para cada projeto. Leituras e acompanhamento bibliográfico de cada projeto de pesquisa. Metodologia para elaboração da redação final da monografia de graduação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras Escolhidas I. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne-Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EdUsc. 2004

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993

HUINZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARTIGOS

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

DUARTE, Regina Horta. **Lógica histórica, sujeito e criação: temas de pesquisa na história do Brasil, séculos XIX e XX**. História da Historiografia. n° 5, setembro, 2010.

EMENTAS DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

TÓPICO EM HISTÓRIA

Ementa: Debate de temas variados, metodologias e teorias no campo da História e da historiografia. Ementário a ser elaborada a partir de tema a ser definido e aprofundado por docente ministrante.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os Historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História (Ensaio)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e História**. SP: Cia das Letras/Sec. Mun. de Cultura, 1992.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO IBÉRICA

Ementa: objetiva-se analisar em perspectiva historiográfica os fatos que marcaram a formação das monarquias ibéricas, enfatizando acontecimentos desde o processo de reconquista às configurações dessas sociedades na primeira modernidade. Ainda visa compreender o fenômeno da expansão ultramarina dos reinos em questão e a conformação das estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais dos impérios. Por fim, refletir sobre o humanismo e as dinâmicas filosóficas da região em questão, bem como analisar as configurações e vicissitudes das políticas ibéricas no contexto de disputas europeias pela hegemonia no comércio mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália, séculos XV- XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

ELLIOT, John. **La España Imperial (1469/1716)**. Barcelona, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CURTO, Diogo/BETHENCOURT, F. **A Memória da Nação**. Lisboa: Sá da Costa, 1991.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita: séculos XV-XVIII**, Lisboa, ICS, 2007.

DOMINGUES, Francisco. **Colombo e a política de sigilo na historiografia portuguesa**. Lisboa, ICT-CEHCA/Série Separatas, no 232, 1992.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**, SP, Edusp, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. volume 1, Porto, Afrontamento, 1990.

WOOD, J. Russel. **Um mundo em movimento**. Lisboa, CNCPD, 2000.

TÓPICOS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DO MUNDO ATLÂNTICO

Ementa: a disciplina tem por objetivo discutir as relações sociais que se desenvolveram na confluência dos grupos humanos que se encontram no Novo Mundo na modernidade bem como os desdobramentos referentes a miscigenação racial e as configurações resultantes das relações

étnico-raciais nas Américas. Visa também entender a História das Raças e dos Racismos nas suas relações com as teorias de classificação da humanidade americana e os inventários confeccionados na América a respeito dos povos aqui estabelecidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 160 p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 296 p.
- SILVA, Bruno. **Genealogias mazombas: castas luso-brasileiras em crônicas coloniais**. Niterói: Ed.UFF, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DROUIN, Jean-Marc. De Linneo a Darwin: los viajeros naturalistas. In: SERRES, Michel. **Historia de la ciência**. Madrid: Cátedra, 1991. 650 p.
- EIGEN, Sara; LARRIMORE, Mark. Introduction. In: _____. **The german invention of race**. Albany: State University of New York Press, 2006. 229 p.
- ESPINOSA, Maria González. **La Ilustración y el hombre americano; descripciones etnológicas de la expedición Malaspina**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992. 192 p.
- EZE, Emmanuel Chukwudi (ed.). **Race and the enlightenment: a reader**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1997. 178 p.
- GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: história de uma polêmica, 1750-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 807 p.

HISTÓRIA DO PODER E DAS IDEIAS POLÍTICAS NA AMÉRICAS

Ementa: visa analisar a formação das hierarquias sociais no âmbito da América Colonial, dentro dos quadros do Antigo Regime Ibérico, privilegiando as definições de nobreza e de elites através de perspectivas historiográficas. Busca-se também verificar as estratégias de ascensão social colocadas em práticas por indivíduos componentes dos impérios coloniais, sobretudo os indígenas, negros e mulatos, destacando questões inerentes à pureza de sangue, qualidade e raça no âmbito das formações sociais que se desenvolveram na primeira modernidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BRADING, David. **Mineros y comerciantes en el México borbónico**. México: F.C.E., 1997.
- BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Bibliografia Complementar:

- ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1934.
- AMADO, Janaina. Diogo Álvares, o caramuru, e a fundação mítica do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, n. 25, p. 3-37, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BOXER, Charles Ralph. **O império marítimo português – 1415/1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRADING, David. **Orbe indiano: de la monarquía católica a la república criolla: 1492-1867**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

MÚSICA, CULTURA BRASILEIRA E IDENTIDADE NACIONAL

Ementa: Problemas Em Torno Do Conceito de Cultura. A Identidade Nacional. A estética modernista e a música brasileira. História e Historiadores Da Música Popular Brasileira. Samba e Política no Contexto Dos Anos 1930 e 1940. A Música Popular No Rádio e Na TV a Partir Dos Anos 1950. A Formação Da MPB No Bojo Da Emergência Da Bossa Nova, Da Canção De Protesto e Da Tropicália. O Nacional-Popular Na Canção Brasileira. Mercado Fonográfico e Dimensões Identitárias Da MPB a Partir Dos Anos 1970. O Rock Brasileiro e Suas Várias Dimensões Estilísticas Ao Longo Dos Anos 60, 70 e 80. As Manifestações Artístico-Musicais e Culturais Na Amazônia e Pará (Século XX).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** Um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. pp. 1-60.
 CERTEAU, Michel de. A Cultura Na Sociedade. In: CERTEAU, Michel de. **A Cultura No Plural**. São Paulo: Papyrus, 1995. pp. 191-258
 THOMPSON, Edward P. Introdução: Costume e Cultura. In: THOMPSON, Edward P. **Costumes Em Comum:** Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998. pp. 9-13.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HALL, Stuart. Globalização. In: _____. HALL, Stuart. A Identidade Cultural Na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. pp. 67-78.
 NAPOLITANO, Marcos. A Invenção Da Música Popular Brasileira: Um Campo De Reflexão Para a História Social. *Latin American Music Review*, Vol. 19, No. 1 (Spring – Summer, 1998), pp. 92-105.
 PARANHOS, Adalberto. Vozes Dissonantes Sob Um Regime De Ordem-Unida: Música e Trabalho No “Estado Novo”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 4, n.4, jun., 2002.
 SAGGIORATO, Alexandre. Anos De Chumbo: Rock e Repressão Durante o AI-5. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012. pp. 70-114.
 VIANNA, Hermano. O Mistério Do Samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora UFRJ, 1995.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa: O presente projeto visa fazer, de forma interdisciplinar, um trânsito pela linguagem artística das Histórias em Quadrinhos (HQ's) com narrativas de teor histórico e, relacioná-las com a História Medieval, História Moderna, História Contemporânea, História do Brasil (Colônia, Império e República), História Afro-Brasileira, Afro-Americana e Africana. Ao fazer isso, pretendemos debater aspectos da vida social de comunidades do passado retratadas pelas HQ's, possibilidade das HQ's serem lidas e estudadas como registros da época em que foram produzidas, as HQ's como ponto de partida para se discutir conceitos importantes para a História (“bárbaro”, “civilizado”, “Estado”, “império”, “expansionismo”, “tempo”). Por fim, proporemos estratégias de ensino que podem ser aplicadas na Educação Básica com Planos de Ensino e Planos de Aula, baseados nas possibilidades pedagógicas das HQ's em relação ao Ensino de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Alexandre. História e Quadrinhos: a coexistência da ficção e da realidade. In: VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo (Org.) **Muito além dos quadrinhos:** análise e reflexões sobre a 9ª arte. São Paulo: Devir, 2009. p.103-112.

BONIFÁCIO, Selma de F. **História e(m) Quadrinhos:** análises sobre a História ensinada na arte sequencial. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHINEN, Nobuyoshi. **O Papel do Negro e o Negro no Papel:** Representação e Representatividade dos Afrodescendentes No Quadrinhos Brasileiros. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRONZA, Marcelo. **O significado das Histórias em Quadrinhos na Educação histórica dos jovens que estudam no Ensino Médio.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

KRAKHECKE, Carlos André. **Representações da Guerra Fria nas Histórias em Quadrinhos Batman – o Cavaleiro das Trevas e Watchmen (1979-1987).** Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2009.

LOPES, Romildo Sergio. **Identidades Secretas:** Representações do Negro nas Histórias em Quadrinhos Norte-Americanas. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista. Bauru-SP, 2013.

HISTÓRIA DA MÚSICA NEGRA

Ementa: Este estudo objetiva investigar a História da Música Negra Norte-Americana e Afro-Brasileira (blues, jazz, soul, funk, disco, rap, reggae, samba, axé) ao longo do período contemporâneo e, pretende apresentar algumas Estratégias de Ensino voltadas para aulas acerca da História Afro-Americana e Afro-Brasileira. Essas estratégias, podem ser compreendidas como formas de estimularem a consciência cultural dos envolvidos, visando à inclusão de todos os educandos na escola, atendendo às diferenças individuais e as diversidades culturais, espaciais e temporais, com um atendimento prioritário àqueles excluídos historicamente. Tal abordagem se dará por meio da exploração da compreensão oral de músicas em inglês dos gêneros musicais citados e leitura de referências bibliográficas pertinentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Amanda Palomo. "Do blues ao movimento pelos direitos civis." **Revista de História**, Vol. 3, no. 1 (2011): 50-70.

BERENDT, Joachim E. **O jazz do rag ao rock.** São Paulo: Perspectiva, 1975. (Coleção Debates, vol. 109)

FÉLIX, João Batista de Jesus. **Chic Show e Zimbabwe e a Construção da Identidade Nos Bailes Black Paulistanos.** USP. São Paulo. 2000. Tese de Doutorado (Antropologia Social).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll:** Uma história social. Trad. A. Costa. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **História social do jazz.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Tempos Interessantes:** uma vida no século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

PARANHOS, Adalberto. Os Desafinados: Sambas e Bambas No “Estado Novo”. São Paulo: Intermeios, 2015.

PINHEIRO MS, MACIEL F. BLUES: Manifestação e inserção sociocultural do negro no início do século XX. In: _____. **Outros Tempos**–Pesquisa em Foco-História. 2011 Nov 25;8(12).

TEPERMAN, Ricardo. **Se Liga No Som: As Transformações Do Rap No Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda Brasileira).

ENSINO DE HISTÓRIA E MÚSICA

Ementa: A preocupação com processos de significação e ressignificação na música, seja ela classificada como urbana, popular, folclórica ou erudita, em suas diversas matizes estilísticas e de gênero, pode ser percebida nesses diferentes trabalhos. A realização social da música, têm-se consciência disso, concorre para a mobilização de um conjunto de pulsões individuais e experiências coletivas que desempenha papel ativo importante como elemento constituído e constituinte de um contexto histórico específico. Isso resulta o entendimento de que a análise da composição musical não pode perder de vista o “caráter simbólico da linguagem musical, marcadamente instrumental, ou os aspectos textuais” que a ela conferem determinada configuração formal, mantendo-se atento as suas “possíveis vinculações com o contexto histórico propriamente dito”. Então, ao manusear a música na sala de aula, objetivando ensinar História de formas diferenciada e inovadora e, melhorar a compreensão dos estudantes da Educação Básica e Ensino Superior sobre os mecanismos sociais de construção das múltiplas memórias das ações humanas na relação presente-passado, gera-se o entendimento mais claro sobre a relação música-sociedade-História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONTIER, Arnaldo Daraya. Edu Lobo e Carlos Lyra: O Nacional e o Popular Na Canção de Protesto (Anos 60). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. A Invenção Da Música Popular Brasileira: Um Campo De Reflexão Para a História Social. **Latin American Music Review**, Vol. 19, No. 1 (Spring – Summer, 1998), pp. 92-105.

NEVES, Santuza Cambraia. Da Bossa Nova à Tropicália: Contenção e Excesso Na Música Popular. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 15 (43), junho/2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PARANHOS, Adalberto. Vozes Dissonantes Sob Um Regime De Ordem-Unida: Música e Trabalho No “Estado Novo”. **ArtCultura, Uberlândia**, v. 4, n.4, jun., 2002.

SAGGIORATO, Alexandre. A Primeira Batalha: Música e Política No Brasil. In: SAGGIORATO, Alexandre. **Anos De Chumbo: Rock e Repressão Durante o AI-5**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2012.

SILVA, Bernard Arthur Silva da. Por Uma História Social Do *Heavy Metal* Na Amazônia: O Caso De Belém Do Pará. In: VARGAS, Herom, et al. (eds.). 2013 - Enfoques interdisciplinares sobre músicas populares em Latinoamérica: retrospectivas, perspectivas, críticas y propuestas. Actas del X Congreso de la IASPM-AL. Montevideo: IASPM-AL/CIAMEN (UdelaR).

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

Ementa: Arqueologia: definições e histórico da constituição de um saber disciplinar. Cultura material: definições, problemas e métodos. Teorias do pensamento arqueológico. Processualismo e Pós-processualismo. Agência da cultura material. Arqueologia e as múltiplas dimensões de abordagem: da paisagem, práticas funerárias, indígena, povos escravizados, ocupação de povos autóctones, etc... As definições clássicas de arqueologia histórica e pré-histórica. Arqueologia: métodos e técnicas. As relações inter, trans, multi e disciplinares entre arqueologia e demais campos do saber (história, antropologia, sociologia, geografia, geologia, paleontologia. Arqueologia, patrimônio e memória. O processamento da informação arqueológica. Técnicas e métodos de intervenção arqueológica: prospecção, sondagem, estudo e escavações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto Editora. 2006.
- HODDER, Ian (Ed.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press. 2009.
- TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- KLEIN, R. e EDGAR, B. **O despertar da cultura**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2005.
- MORRIS, Ian. **Death-Ritual and Social Structure in Classical Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.
- NEVES, EDUARDO GOES. **Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil**. In Silva, Aracy Lopes e Grupioni, Donizete. *Temática Indígena na escola*. MEC/MARI/UNESCO, São Paulo: Brasília, 2000:171-196.
- RENFREW, Colin & BAHN, Paul. **Archaeology – Theories, Methods and Practice**. London: Thames and Hudson Ltd. 1996.
- SNODGRASS, Anthony M. **An Archaeology of Greece – The Present State and Future Scope of a Discipline**. Berkley/Los Angeles/Oxford: University of California Press. 1992.

HISTÓRIA DAS EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS

Ementa: Estudo das experiências religiosas como fenômenos de projeção de consciência humana. Religião, Mito e Magia. Intolerância Religiosa. As experiências religiosas nas interações com espaços públicos e a questão da cidadania. O ensino religioso nas escolas da educação básica, fundamental, médio e superior. Fenomenologia da religião. Os estudos de religião e os campos teológicos e das ciências das religiões. Ateísmo, confissões religiosas e os debates na sociedade laica. Fundamentalismo, intolerância, violência e a questão social das experiências religiosas. Colonialismo e as dimensões religiosas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- de CASTRO, Eduardo Viveiros. **Metafísicas Canibais – elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- CHEVITARESE, **Judaísmo, Cristianismo e Helenismo**. Ensaio sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo. São Paulo: Annablume, 2007.
- GOMES, Flávio dos Santos e COSTA, Valéria Gomes. **Religiões Negras no Brasil**. Rio de Janeiro: Selo Negro Edições, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DICCIONARIO de religiones comparadas: I - Z. Dirección de S.G.F. Brandon; traducción de J Valiente Malla. Madrid: Cristiandad, 1975.
- DI GIORGI, Flavio et al. **Desenraizamento e religiosidade dos oprimidos: magia e bruxaria**. Braganca Paulista: Universidade São Francisco, 1994.
- GEERTZ. **Observando o Islã**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Bruxaria e história: as práticas mágicas no ocidente cristão**. Bauru: EDUSC, 2004.

HISTÓRIA E OUTRAS LINGUAGENS: AUDIOVISUAL, MÍDIAS DIGITAIS, ARTES, HQ'S, FOTOGRAFIA, DOCUMENTÁRIOS

Ementa: Cinema, documentários, mídias digitais, histórias em quadrinhos, música, imprensa e outras artes como documentação e bibliografia histórica. Aspectos culturais e sociais traduzidos em outros suportes materiais diferentes apenas do texto. Aspectos teóricos e metodológicos do trabalho científico com mídias audiovisuais. A natureza da documentação imagética, pictórica, fílmica, tirinhas/histórias em quadrinhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, José D'Assunção; NÓVOA, Jorge (orgs.). **Cinema-história:** teoria e representações sociais no cinema. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
 FERRO, M. **Cinema e História.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
 FEIGELSON, K.; NÓVOA, J. FRESSATO, S. (Org.). **Cinematógrafo:** um olhar sobre a História. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Cláudio de. **O cinema brasileiro no Estado Novo:** o diálogo com a Itália, Alemanha e URSS. Revista de sociologia e política, Curitiba, v. 12, p. 121-129, 1999.
 BORDWELL, David. Estudos de cinema hoje e as vicissitudes da grande teoria. In: RAMOS, Fernão Pessoa (org.). **Teoria contemporânea do cinema:** pós-estruturalismo e filosofia analítica. Vol I: São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005, p. 25-70.
 LAGNY Michele. O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs.). **Cinematógrafo:** um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.99-132.
 LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Caravana Farkas:** itinerários do documentário brasileiro. Tese de Doutorado (História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
 MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista brasileira de história,** São Paulo, vol.23, n.45, jul. 2003.

SOCIEDADES E REGIMES AUTORITÁRIOS

Ementa: Sociedades e regimes autoritários no século XX: debate sobre a construção social sobre regimes não democráticos de conotações ditatoriais e autoritários na Europa, América, Ásia e África a partir de situações de imposição, legitimidade, consenso e consentimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo:** anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
 GELLATELY, Robert; NATHAN, Stoltzfus (Orgs). **Social Outsiders in Nazi Germany.** Princeton, 2001.
 ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários.** Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. III: África e Ásia.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários.** Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. I: Europa.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. II: Brasil e América Latina.

TÓPICO ESPECIAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Ementa: Reflexão teórica e metodológica sobre História, Memória, Identidade, Patrimônio e Ensino. Lugares de Memória e Educação patrimonial; Patrimônio material e imaterial. História Oral e Memória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004

ABREU, R & CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral e tradição escrita**. São Paulo: Parábola: 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CPDOC, 2000.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. Belo Horizonte, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed Unicamp, 1990.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. São Paulo, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história. **A problemática dos lugares**. Revista Projeto História, São Paulo, (10), dez. 1993

TÓPICO ESPECIAL EM RELAÇÕES DE GÊNERO E HISTÓRIA

Ementa: A categoria gênero nos estudos históricos; Gênero e História das Mulheres: compreensões históricas; Gênero, Identidade e as representações sociais. Estudo das relações de gênero na sociedade e no espaço escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Míriam Pilar (org.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, S. S. **Femicídio: algemas invisíveis do público-privado**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.8, n.2/2000, pp. 09-41.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 15, n. 2, pp. 5-22, jul./dez., 1990.

TELES, Maria Amélia de Almeida e MELO, Mônica. **O que é Violência contra Mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

TÓPICO ESPECIAL EM HISTÓRIA: DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Ementa: Democracia e Direitos humanos numa perspectiva histórica. Polissemia conceitual. A condição humana. A noção de democracia e sua historicidade. Declarando os direitos: — Três declarações: 1776, 1789, 1948. Cidadania, participação democrática e Diversidade. Educação em Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. Brasília Ed. UnB, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil o Longo Caminho**. Ed. Brasiliense, RJ – 2002, 2ª edição.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

HISTÓRIA AMBIENTAL: TÉCNICAS, TECNOLOGIAS E A NATUREZA DO ESPAÇO

Ementa: As bases teóricas da História Ambiental; História Ambiental: Historiografia, Campo de Pesquisa, Métodos e Fontes; O Brasil na Nova Ordem Ambiental Internacional; Projetos de desenvolvimento nacional e regional; A natureza do espaço e a ideia de desenvolvimentismo; Meio ambiente e a ideia de progresso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina. **H. História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRASCO, Lorenzo et al. **Ambientalismo, novo colonialismo**. R. Janeiro: Capx Dei, 2005.

DRUMMOND, J. A. Por que estudar História Ambiental no Brasil? Ensaio temático. In: **Varia História**, Vol. 26, Janeiro de 2003.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços**, Florianópolis v. 12, n.13, p. 11-30, 2005.

LEONARDI, Victor. Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

HISTÓRIA DA CIÊNCIA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Aborda tópicos de História e Filosofia da ciência, com ênfase ao desenvolvimento da ciência no Ocidente e o surgimento da ciência moderna. O nascimento da ciência, a antiguidade e a influência na modernidade. O debate historiográfico; suas determinações culturais, suas limitações e contradições; modelos epistemológicos e seus diferentes critérios de racionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHALMERS, Alan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa**. S. Paulo: Ática, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DASTON, Lorraine. **Historicidade e objetividade**. São Paulo: Liberars, 2017.

FARA, Patrícia. **Uma breve história da ciência**. São Paulo: Fundamento, 2014.

HERMAN, Arthur. **A ideia de decadência na História Ocidental**. R. Janeiro: Record, 199

LA COTARDIÈRE, Philippe de. **História das ciências**. Lisboa: Texto & Grafia, 2011.

MAGALHÃES, Gildo. **Ciência e conflito**. S. Paulo: Bookexpress, 2015.

SILVA, C. C. (Org.). **Estudos de história e filosofia das ciências: subsídios para aplicação no ensino**. São Paulo: Livraria da Física, São Paulo, 2006.

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: IDEIA DE PROGRESSO E O PLANEJAMENTO REGIONAL.

Ementa: Análise de práticas e narrativas formuladas em políticas e projetos de desenvolvimento regional, seus agentes mediadores, o papel da mídia em suas diferentes manifestações. A ideia de progresso, suas leituras, críticas e formulações. O desenvolvimento industrial em suas dimensões sociais e na ocupação territorial. A produção energética como corolário de integração econômica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: UNESP, 2006.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologias**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

Bibliografia Complementar:

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 15, 1995.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: Entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

HUGHES, Thomas. **American Genesis: a century of invention and technological enthusiasm.** New York, Pinguin Books, 1989.

MAGALHÃES, Gildo (Org). **História e Energia: Memória, informação e sociedade.** São Paulo: Alameda, 2012.

MORAES, Antonio Carlos R. O sertão: um outro geográfico. **Terra Brasilis.** Vol. 04, nº 03, 2003.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA

Ementa: Viajantes e suas narrativas; História e Natureza na Amazônia, Instituições, Pesquisa e História: Arquivo Público do Pará, Instituto Histórico, Museu Emílio Goeldi, Universidades, Historiografia da Amazônia, escravidão e racismo. Historiografia da Amazônia, cultura e cidade. Historiografia da Amazônia e os movimentos sociais. Historiografia da Amazônia, religiosidade e cultura popular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional.** São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense.** Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo.** Rio de Janeiro: Conquista, 1960

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **A Cidade dos Encantados: Pajelanças, Feitiçarias e Religiões Afro-Brasileiras na Amazônia (A Constituição de um Campo de Estudo 1970-1950).** Dissertação de Mestrado, Unicamp. 1996.

LEONARDI, Victor. **Historiadores e os Rios: Natureza e Ruína na Amazônia Brasileira.** Brasília: Editora UNB, 2013.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Os Motins Políticos de um ilustrado liberal: história, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX.** 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010.

MORAES, Tarcisio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2009

PACHECO, Alexandre. A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em A Amazônia e a Cobiça Internacional – anos de 1960. *Revista História da historiografia*, vol. 10, p. 94-110, 2012.

TÓPICO TEMÁTICO EM: INCLUSÃO, DEFICIÊNCIA E DIVERSIDADE

Ementa: Perspectivas históricas da educação especial no Brasil, Direitos Humanos: diversidade e inclusão. Políticas Públicas para pessoas com deficiência. Educação inclusiva e contextos sociais. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANJOS, Hildete Pereira. (Org). **Olhando a Educação como um direito: deficiência, inclusão e diversidade.** Belém: Paka-tatu, 2015.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva, contextos sociais**. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANJOS, Hildete Pereira. **Histórias de todas e de cada uma**: construindo um trajeto para a educação especial. Curitiba: PR:CRV, 2014.

BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes. (Orgs). **Amazônias em tempos contemporâneos**: entre diversidades e adversidades. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. BOSA, Cleonice. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PONTIGGIA, Giuseppe. **Nascer duas vezes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RABELO, Lucelia Cardoso Cavalcante. Deficiência, estigma e preconceito: Há uma inclusão possível na sociedade atual? In: Fátima Denari. (Org.). **Contrapontos da educação especial**. 1ed. São Carlos: Pedro & João editores, 2012.

GEOGRAFIA HISTÓRICA: ESPAÇO, TEMPO E SOCIEDADE

Ementa: A Geografia na História Antiga e os viajantes até o século XVIII. 2) As representações antigas do mundo ocidental conhecido. 3) Os iluministas e a evolução do pensamento geográfico como ciência. 4) Os naturalistas e a geografia na História Moderna. 5) Aspectos conceituais e categorias: Paisagem, espaço, natureza e região. 6) O século XIX e a Geografia a serviço do Estado. 7) O território e o Estado como categorias de poder. 8) Estado alemão, imperialismo e determinismo geográfico. 9) A escola francesa, os Annales e o possibilismo. 10) A renovação da geografia e a história do presente no século XX. 11) Geografia histórica do Brasil e a formação socioespacial da nação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. Lisboa: Quixote, 1995.

FEBVRE, Lucien. **A terra e a evolução humana**: introdução geográfica à história. Lisboa: Cosmos, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Bauru: EDUSC, 2003

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmo, s/d.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 1 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Uma história dos Annales (1921-2001)**. Maringá: Eduem, 2004.

TEORIA E MÉTODO EM GEOGRAFIA HISTÓRICA

Ementa: 1) A materialização do tempo na produção do espaço geográfico; 2) espacialidades pretéritas que marcam espacialidades atuais; 3) Espaço e memória; 4) Relação sociedade e natureza; 5) Colonialidade do poder e do saber; 6) Patrimônio histórico e rugosidades espaciais; 7) Aspectos conceituais e categorias geográficas: Paisagem, espaço, região, lugar e território; 8)

A multidimensionalidade do poder e a dimensão política do espaço; 9) As técnicas, o tempo e o espaço geográfico; 10) Temporalidades e territorialidades socioespaciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTRO, I. E. de, GOMES, P. G. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6º ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, V. 4. Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, pp. 5-26, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In.: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ANEXO VIII- DOCUMENTOS LEGAIS QUE SUBSIDIARAM A ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE HISTÓRIA – XINGUARA**

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS (HORAS COMPLEMENTARES) DO CURSO DE HISTÓRIA DO IETU – UNIFESSPA

Define e regulamenta as atividades teórico-práticas (horas complementares) do Curso de História da Unifesspa (Instituto de Estudos do Trópico Úmido – Campus Xinguara), em conformidade com a Resolução nº 02 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Compreende-se por atividades teórico-práticas (horas complementares) todas aquelas de natureza acadêmica, científicas e culturais que buscam a integração entre ensino, pesquisa e extensão e que não estão compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas obrigatórias ou optativas do Projeto Pedagógico Curricular do Curso.

Art. 2º As atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) poderão ser desenvolvidas na própria Unifesspa ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, desde que contemplem as atividades previstas neste regulamento.

Art. 3º As atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-

aprendizagem, privilegiando o que rege o inciso III do artigo 12 da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015:

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Art. 4º A escolha das atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) é de responsabilidade do discente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O cumprimento das Atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) não confere crédito nem grau ao discente, mas constitui componente curricular obrigatório.

Art. 5º Para efeito de comprovação das atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) serão considerados os documentos originais apresentados à Coordenação do Curso e a uma comissão formada por professores do Curso, formalmente constituída, caso seja necessário.

Art. 6º A atribuição de carga horária referente às Atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) seguirá os seguintes procedimentos:

- a) Preenchimento pelo discente de formulário/requerimento encaminhado à Coordenação do Curso de História, acompanhado dos documentos comprobatórios necessários ao cumprimento da referida carga horária;
- b) Processo de análise pela Coordenação de curso ou Comissão responsável pela avaliação da documentação recebida e atribuição de carga horária.

c) Finalizada a contabilidade de horas complementares, a Coordenação do Curso e Comissão responsável enviará à PROEG e ao CRCA a carga horária alcançada pelo discente.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES, NATUREZA E CARGA HORÁRIA

De acordo com a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, o Conselho do Curso de História do IETU/Unifesspa regulamenta às 200 horas de atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão, e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso. A carga horária conferida pode ser preenchida pelo aluno durante todo o curso de graduação, não estando atrelada a nenhum período da matriz curricular:

ATIVIDADES	NATUREZA	PONTUAÇÃO
Iniciação à Docência	Atividades relacionadas à participação do aluno no programa Institucional de Monitoria (PIM). Bolsista ou voluntário de programas formativos.	De acordo com a carga horária da disciplina. Máximo de 40h.
Participação, em visitas programadas por professor, de espaços museológicos, sítios arqueológicos e exposições artístico-culturais.	Atividades de estudos do meio a partir de roteiros programados e oficializados por docente da Unifesspa.	4 h por participação e Máximo 40 h.
Preparação e Produção de material didático para ensino de História ou área afim, com orientação de professor do Curso de História.	Produção de material didático para ensino de História na forma de CDs e DVDs, <i>home pages</i> e textos impressos.	15 h por produto Até 3 produtos.
Diferentes Experiências Profissionais	Participação em Projetos institucionais que envolvam a experiência em arquivos, bibliotecas, institutos de pesquisa, fundações, associações e conselhos profissionais.	20 h por semestre cadastrado.
Iniciação à Extensão	Corresponde à participação em projetos de extensão como bolsista ou voluntário. Ouvinte de Curso de extensão com carga horária mínima de 8 horas.	40h por semestre cadastrado Mínimo de 8 h por participação

	Participação em cursos <i>on-line</i> na área de História ou áreas afins ofertados por IES reconhecidas pelo MEC ou em caso de instituições internacionais devidamente reconhecidas.	Máximo de 30h.
Integrante de grupo artístico-cultural reconhecido pela Unifesspa.	Membro de grupos vinculados à extensão universitário ou de outra natureza, desde que reconhecido pela Unifesspa.	10 h por semestre de participação.
Representante de ações universitárias - Unifesspa	Participação em atividades sócio esportivas e educativas na condição de representante da Unifesspa.	10 h por participação
Projetos de Iniciação Científica – PIBIC; Iniciação Acadêmica (Intervenção metodológica); Projetos Institucionalizados e reconhecidos pela Unifesspa	Participação em projetos de pesquisa e iniciação acadêmica como bolsista ou voluntário; outros projetos Institucionalizados.	40 horas por semestre cadastrado
Participação em eventos Acadêmicos	Participação como ouvinte em evento acadêmico de natureza local e regional;	15 h por participação
	Participação como ouvinte em evento acadêmico de expressão nacional e internacional.	20 h por participação
	Participação como monitor em evento acadêmico;	20 h por participação
	Participação em organização de evento acadêmico;	25 h por participação
	Apresentação de trabalho em evento acadêmico: local e regional;	10 h por trabalho
	Apresentação de trabalho em evento acadêmico: nacional e internacional	15 h por participação
	Relatório de pesquisa como produto final;	15 h/ por produto

Produção Científica e de Divulgação	<p>Organização ou autoria de capítulo de livro, coletânea ou obra coletiva de referência (enciclopédias, dicionários e anais), sob orientação de docente da Unifesspa ou de outra IES.</p> <p>Artigo completo em revista com ISSN e indexada;</p> <p>Revista QUALIS A1, A2, B1 e B2;</p> <p>Revista QUALIS B3, B4 e B5;</p> <p>Revista QUALIS C ou indexada</p> <p>Trabalho completo em anais de evento: local e regional;</p> <p>Trabalho completo em anais de evento: nacional e internacional</p> <p>Resumo publicado em anais de evento.</p>	<p>25 h por produto</p> <p>25 h por produto</p> <p>20 h por produto</p> <p>15 h por produto</p> <p>15 h por produto</p> <p>20 h por produto</p> <p>5 h/ por produto</p>
Grupos de Pesquisa, Núcleos de Estudo e Laboratórios.	Participação em grupos, laboratórios e núcleos de estudos e pesquisa da Unifesspa ou por outras IES/Reconhecidas pelo MEC.	20 h por semestre cadastrado enquanto membro.
Atividades estudantis	<p>Participação em Conselhos e Colegiados Acadêmicos;</p> <p>Organização de eventos culturais;</p> <p>Participação como conferencista, mediador ou debatedor em eventos acadêmicos e científicos.</p>	<p>15 h/ por semestre.</p> <p>10 h por participação</p> <p>10 h/ por evento</p>
Estudo Complementar	<p>Cursar disciplinas afins à área de História ministradas por outros cursos da Unifesspa ou por outras IES/Reconhecida pelo MEC.</p> <p>Participação em intercâmbio ou convênio cultural aprovado pela Unifesspa.</p>	<p>30 h por disciplina</p> <p>30 h por participação</p>

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os alunos que ingressarem no curso de Licenciatura em História de Xinguara por transferência ou reingresso, também ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária estabelecida neste regulamento, podendo solicitar à Coordenação do Curso a contabilidade das cargas horárias atribuídas pela instituição de origem, de acordo com a seguinte condição:

- a) Que as atividades teóricas-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes (horas complementares) estabelecidas pela instituição de origem possuam compatibilidade com as estabelecidas neste Regulamento;

Art. 8º A Coordenação do Curso ou a Comissão de Avaliação poderá formular exigências para a atribuição de carga horária, como a apresentação de outros documentos, ou solicitar esclarecimentos por escrito ao aluno, sempre que tiver dúvidas acerca da pertinência de uma atividade.

Art. 9º O prazo para prestação de contas das atividades e entrega dos documentos comprobatórios deve ser pelo menos um período antes da conclusão do curso. O aluno que não tiver alcançado o número necessário de horas deverá complementá-las ao longo do 8º período do curso, entregando o restante da documentação até um mês antes do final deste período citado.

PARAGRAFO ÚNICO: O não cumprimento das 280 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme o Capítulo II deste Regulamento e a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, impossibilita a conclusão do Curso e, por conseguinte, a colação de grau.

Art. 10º Os casos omissos por este Regulamento serão resolvidos pelo Conselho do curso de Licenciatura em História de Xinguara.

Xinguara, 22 de outubro de 2018.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA**

REGULAMENTO PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A presente deliberação define, implanta e regulamenta, no âmbito do Curso de Licenciatura em História da UNIFESSPA, Campus de Xinguara, o Trabalho de Conclusão de Curso.

I – Do TCC e da Matrícula

Art.1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atividade curricular acadêmica individual e obrigatória para a integralização do curso e encontra-se ligado às disciplinas de Monografia I e Monografia II, componentes da matriz curricular do curso de Graduação em História, Campus de Xinguara.

Parágrafo único – O TCC tem por finalidade investigar os temas de pesquisa que estejam vinculados às linhas de pesquisa definidas pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de História.

II - Do(a) Orientador(a)

Art.2º - Todos/as os/as docentes do curso de História estão aptos a orientar o Trabalho de Conclusão de Curso, com exceção aos professores afastados para capacitação em nível *strictu sensu* ou em licença por qualquer outro motivo legal.

Parágrafo Único: para credenciamento de professores externos ao curso para a orientação e composição de banca será efetuada consulta e deliberação junto ao Colegiado do Curso.

§ 1º - As orientações serão distribuídas entre os docentes do curso de História, tendo o número máximo de dois orientandos, salvo no caso em que o/a docente solicite mais orientações e o Colegiado do Curso delibere positivamente.

§ 2º - É facultado ao/à docente recusar a orientação, por ausência de afinidade temática ou por outro motivo específico.

Art. 3º - A distribuição das orientações de monografia deverá ser, preferencialmente, realizada entre os professores efetivos do curso de História/IETU. Também será possível professores substitutos orientarem trabalhos monográficos no âmbito do citado Curso.

Parágrafo único - O professor substituto poderá orientar desde que não ultrapasse o período previsto em contrato.

Art. 4º - O/a orientador/a tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I - Iniciar formalmente a orientação a partir do sétimo período do curso;
- II - Atender periodicamente seus/suas orientandos/as, em horário previamente fixado, conforme regulamentado pelo art. 10º. da Resolução 021/2014, de 01 de outubro de 2014, do CONSEPE da Unifesspa;
- III - requerer, à Coordenação do curso de História, a inclusão dos Trabalhos de Conclusão de Curso de seus/suas orientandos/as na pauta semestral de defesas, até vinte dias antes do final do período letivo;
- IV - decidir, juntamente com seu/sua orientando/a, a composição da banca examinadora do TCC;
- V - assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata final da sessão de defesa;
- VI - Supervisionar junto ao orientando(a) a entrega das cópias dos TCCs para os membros da banca examinadora
- VII - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 5º - A responsabilidade pela elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso é integralmente do/a discente, o que não exime o/a docente orientador/a de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo único – O não cumprimento do disposto no artigo 7º deste Regulamento autoriza o professor a solicitar o desligamento dos encargos de orientação, através de comunicação oficial à Coordenação do curso de História.

III - Do(a) Orientando(a)

Art. 6º - Considera-se orientando/a o/a discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura em História e que tenha elaborado um Projeto de Pesquisa do TCC no sexto

período letivo, como parte da disciplina de Metodologia: Projeto de Pesquisa, e da publicação de edital no início do sétimo período letivo com a lista de orientadores e orientandos.

Art.7º - O/a orientando/a tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I - solicitar orientação, conforme instruções contidas neste Regulamento, acessar o formulário disponibilizado pela coordenação na página eletrônica do Curso e protocola-lo durante o período de matrícula entre o sexto e sétimo períodos.
- II - solicitar a troca de orientador/a para o Colegiado da Faculdade de História, com parecer do/a ex-orientador/a no prazo de até a primeira semana do oitavo semestre letivo;
- III - frequentar as reuniões convocadas pelo/a orientador/a;
- IV - manter contatos periódicos com o/a professor/a orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, de acordo com horário previamente fixado, devendo justificar eventuais ausências;
- V - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Curso para entrega da versão para avaliação da banca do TCC, em três vias encadernadas;
- VI - elaborar a versão final de seu TCC de acordo com o presente Regulamento e as instruções da banca examinadora;
- VII - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;
- VIII - Sobre a supervisão do orientador(a) realizar a entrega das cópias dos TCCs para os membros da banca examinadora
- IX - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

IV – Da Subunidade ou Coordenação do Curso de História

Art. 8º - A Subunidade ou Coordenação do Curso de História é responsável pelo lançamento das disciplinas de Monografia I e II.

Art. 9º- À Subunidade ou Coordenação do Curso compete:

- I – elaborar e divulgar em murais o cronograma das defesas e o recebimento da versão final para o encerramento da disciplina;
- II – divulgar as linhas de pesquisa dos/das docentes;
- III – manter, na secretaria do Curso, arquivo atualizado com as cópias dos trabalhos monográficos concluídos (cópia digital);
- IV – manter atualizado o livro de atas das defesas;

V – providenciar o encaminhamento à biblioteca setorial de cópias dos TCC aprovados;

VI - homologar as bancas examinadoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso;

VII - tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento;

VIII - emitir as declarações necessárias ao Discente, Orientador e Banca Examinadora, conforme Resolução 051, de 28 de maio de 2015.

V - Do Projeto de TCC e sua apresentação

Art.10 – O/a discente deve elaborar seu projeto de TCC em seus aspectos formais de acordo com as orientações dadas pelo professor responsável da disciplina Projeto de Pesquisa em História.

Art.11 - A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT, devendo conter: capa, folha de rosto, sumário, introdução, justificativa, objetivos, revisão teórica, metodologia, cronograma, referências bibliográficas.

Art.12 - Aprovado o projeto de TCC, a mudança de tema (objeto de pesquisa) só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a trinta dias, contados da data de início do sétimo período letivo;

II - haver a aprovação do/a orientador/a;

III - existir a concordância do/a orientador/a em continuar com a orientação ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

Parágrafo Único - Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com autorização do/a orientador/a.

VI - Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art.13 - O Trabalho de Conclusão de Curso deve se constituir em uma monografia original que apresente, como exigências mínimas a problematização da questão, pesquisa em fontes primárias ou debate historiográfico com fundamentação teórica e que siga as normas técnicas estabelecidas pela ABNT.

Parágrafo único - Em caso de plágio no todo ou em parte, o TCC será recusado e a questão encaminhada para as providências administrativas e judiciais cabíveis ao caso.

VII- Da Banca Examinadora

Art.14 - O TCC é defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo/a orientador/a, que a preside, por outros dois membros com qualificação adequada para o julgamento do trabalho e um suplente, que assumirá na ausência de algum dos membros convidados.

I – Em casos em que não for possível a formação de banca examinadora composta por três professores, o TCC será defendido em sessão pública, perante Banca Examinadora constituída de, no mínimo, dois membros titulares, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão, conforme Art. 81 do Regulamento da Graduação da Unifesspa.

II - As bancas examinadoras serão propostas pelos orientadores conforme estabelece o § 2 do art. 81 do Regulamento da Graduação (Unifesspa) e o III do Art. 2º da Resolução nº 051, de 28 de maio de 2015, do CONSEPE/Unifesspa.

Parágrafo Único - Pelo menos um membro da banca deverá integrar o corpo docente do Curso de História do Campus de Xinguara.

VIII- Da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Art.15 - As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas.

Art.16 – A Coordenação do Curso de História deve elaborar calendário semestral fixando prazos para a entrega dos TCCs, designação das bancas examinadoras e realização das defesas, observando-se o calendário de defesa de TCC's com prazo máximo de 15 dias antes do encerramento do período letivo, conforme Art. 2º, **IV, da Resolução nº 051, de 28 de maio de 2015.**

§ 1º - O prazo máximo para a entrega da versão do TCC à banca examinadora deverá ser de Vinte dias antes da defesa.

§ 2º - Quando a versão do TCC for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo/a orientador/a e pelo/a Coordenação do Curso.

§ 3º - Caso o professor orientador compreenda e justifique devidamente a inaptidão do discente em fazer a defesa de TCC, a defesa ficará adiada em até 01 (um) ano, quando o/a discente deverá ser matriculado novamente na disciplina Monografia II, não sendo obrigatória a sua frequência às aulas.

Art.17 - Na defesa, o/a discente tem até vinte minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora tem até trinta minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o discente de igual tempo para responder a cada um dos examinadores.

Parágrafo único – O/a discente deverá solicitar ao/à orientador/a que, por sua vez, providenciará junto à Universidade, os equipamentos audiovisuais necessários para a defesa. A agenda deverá ser feita em até 72 horas antes da apresentação.

Art.18 - A atribuição do conceito dado ao TCC será feita após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§ 1º - O conceito final do/a discente é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora e sua aprovação exigirá conceito mínimo de REGULAR.

Art.19 - A banca examinadora, após a defesa oral, pode sugerir ao discente que reformule seu TCC.

Art.20 - A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas respectivo, ao final da sessão de defesa.

Art.21 - Não há recuperação da nota atribuída ao TCC.

Parágrafo único - Se reprovado, o/a discente poderá se matricular novamente na disciplina de Monografia II apresentando previamente seu Projeto de Pesquisa, conforme versa o art. 12 deste Regulamento.

IX- Da Entrega da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso

Art.22 - Para a conclusão do TCC o/a discente terá um prazo de 15 dias corridos para proceder as possíveis modificações apresentadas pela banca examinadora.

X - Das Disposições Gerais e Transitórias

Art.23 – Os/as participantes das bancas receberão documentação comprobatória que será expedida pela Coordenação do Curso de História.

Art.24 - Este Regulamento entra em vigor a partir de sua publicação.

Art.25 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História.

Colegiado do Curso de História
15 de Março de 2018

RESOLUÇÃO DE ESTÁGIO PARA AS TURMAS A PARTIR DE 2020

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA
FCH/IETU/UNIFESSPA/XINGUARA**

**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019 - REFERENTE AO ESTÁGIO
CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE HISTÓRIA -
FCH/IETU/UNIFESSPA/XINGUARA**

Define e regulamenta os procedimentos necessários à organização e sistematização do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA, da Faculdade de Ciências Humanas do Instituto de Estudos do Trópico Úmido - Campus de Xinguara em conformidade com a Legislação Federal, Lei 11.788. de 25.09.08, a Resolução nº 2 de 1º de Julho de 2015, o Regulamento de Ensino da Graduação da UNIFESSPA - Resolução nº 002 de 08 de janeiro de 2014 e a Resolução do CONSEPE/Unifesspa. nº 016, de 12 de agosto de 2014 que dispõem sobre a definição, classificação e regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado.

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Resolução estabelece os procedimentos necessários à sistematização do Estágio Curricular Supervisionado no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA. Campus de Xinguara.

**CAPÍTULO II
DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO**

Art. 2º. O Estágio Curricular Supervisionado está regulamentado nos termos do que dispõe a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Estágio de Estudantes.

Parágrafo único. Os Cursos de Formação de Professores da Educação Básica são regulamentados também pelo Parecer da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 que orienta quanto aos procedimentos e a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 3º. Conforme o Art. 13 da Resolução nº 2, de 10 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, § 6º, “o estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico”.

Art. 4º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no Curso de Licenciatura em História de Xinguara segue, portanto, a concepção de estágio proposto pela Legislação Federal - Lei 11.788, de 25.09.08, Art. 1º que pressupõe o “estágio como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”

§ 1º O estágio faz parte do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 5º. O Estágio, de acordo com o Regulamento de Ensino da Graduação da Unifesspa, Resolução nº 002 de 08 de janeiro de 2014, no art. 74, e a Resolução do CONSEPE/Unifesspa, Nº 016, de 12 de agosto de 2014, no art. 11, estabelecem respectivamente como objetivos do estágio curricular:

I - Possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;

II - Proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação;

III - Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional.

IV- A aplicação e a ampliação dos conhecimentos próprios da sua formação profissional;

V - A percepção da realidade do seu meio profissional e social e o desenvolvimento da sua capacidade crítica;

VI - A autonomia intelectual pela aproximação entre a formação acadêmica e a formação profissional;

VII - O desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à aquisição das competências profissionais e humanísticas;

VIII - O desenvolvimento do senso de responsabilidade e compromisso com sua carreira profissional.

Art. 6º. O Estágio Curricular Supervisionado obrigatório constitui-se em atividades de aprendizagem profissional, social e cultura I, ofertadas ao estagiário, mediante a observação, participação e envolvimento em situações que demandem resoluções teórico-práticas, seja intervindo ou interpretando modos de agir na área específica de estudo/trabalho.

Art. 7º. O Estágio Curricular Supervisionado, somente será desenvolvido em instituições e espaços formativos que tenham condições de propiciar experiências práticas na área de formação específica.

Art. 8º. De acordo com a Legislação Federal, Lei 11.788. de 25.09.08, art. 3º, “o estágio, tanto na hipótese do § 1º do Art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos”:

I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

CAPÍTULO III

DA CARGA HORÁRIA E NÍVEIS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 9º. De acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, Art. 13, a carga horária mínima para as atividades de estágio são 400 horas, conforme o disposto no § Iº, IIº “400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição”.

Art. 10º. O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História de Xinguara, de acordo com a Matriz Curricular, que consta do Projeto Pedagógico do Curso, possui uma carga horária de 408 (quatrocentas e oito) horas, tendo início no quinto período do curso e será realizado em escolas de Educação Básica do município de Xinguara conveniadas com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, sendo dividido em 4 (quatro) disciplinas: Estágio Curricular Supervisionado I - Estágio Curricular Supervisionado II - Estágio Curricular Supervisionado III - Estágio Curricular Supervisionado IV, executando-se, no que confere a sua carga-horária, de acordo com a seguinte organização:

Estágio Curricular Supervisionado I (102 horas);

Estágio Curricular Supervisionado - II (102 horas);

Estágio Curricular Supervisionado - III (102 horas);

Estágio Curricular Supervisionado - IV (102 horas);

Art. 11º. O Estágio Curricular Supervisionado do curso de História de Xinguara visa proporcionar ao futuro professor de História observação, análise, intervenção e prática na realidade de sua profissão. Assim, o mesmo está dividido em:

a) Estágio I - A ser realizado no 5º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, onde o aluno fará atividades de observação do cotidiano e da administração escolar. Análise dos aspectos escolares: estrutura, organização, funcionamento e perfil da comunidade escolar. Análise dos documentos escolares e da interação entre a escola e comunidade. O mesmo poderá ser realizado em escolas públicas e privadas, de 5ª a 8ª séries (6º ao 9º) ano do Ensino Fundamental, bem como 1º ao 3º ano do Ensino Médio da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, seguido pela elaboração de relatório final constando das atividades desenvolvidas durante o estágio.

b) Estágio II - A ser realizado no 6º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, onde o aluno observará a construção e aplicação do Projeto Político-Pedagógico da escola, a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de História e os temas transversais do Ensino Fundamental e Médio na instituição de ensino analisada, bem como demais documentos de área indicados pelo MEC. Analisará o perfil da História ensinada no campo de estágio: abordagens teóricas e metodológicas, uso dos materiais didáticos e práticas avaliativas. Fará análise da relação

professor-aluno na sala de aula. O estagiário também deverá elaborar um projeto de intervenção no ensino-aprendizagem a partir da investigação do cenário escolar e de observação de uma problemática evidenciada no ensino de História nesta instituição. O estágio poderá ser realizado em escolas públicas e privadas, de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, bem como 1º ao 3º ano do Ensino Médio da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, seguido pela elaboração de relatório final constando das atividades desenvolvidas durante o estágio.

c) Estágio III - A ser realizado no 7º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, o aluno deverá desenvolver atividade de estágio supervisionado por meio de Regência e execução de projeto de intervenção no ensino-aprendizagem em escolas de nível Fundamental, Médio ou na modalidade de Educação para jovens e adultos/EJA. Assim, o mesmo refletirá e executará os procedimentos voltados para a didática e prática de ensino no campo de estágio, por meio da seleção de conteúdos, planejamento, plano de curso, plano de aula, procedimentos de avaliação, uso de documentação histórica e diferentes linguagens no ensino de História, diálogo com metodologias atuais, a interdisciplinaridade, o diálogo com os temas transversais, o trabalho com os equipamentos das escolas, bem como atuará em todas as atividades da escola e da sala de aula. Por fim entregará o relatório final das atividades desenvolvidas durante o estágio.

d) Estágio IV - A ser realizado no 8º período do curso, com 102 horas, acompanhado pelo professor do curso e o professor da instituição concedente, o aluno deverá desenvolver atividade de estágio supervisionado por meio de Regência em escolas de nível Fundamental, Médio ou na modalidade de Educação para jovens e adultos/EJA. Assim, o mesmo refletirá e executará os procedimentos voltados para a didática e prática de ensino no campo de estágio, por meio da seleção de conteúdos, planejamento, plano de curso, plano de aula, procedimentos de avaliação, uso de fontes e diferentes linguagens no ensino de História, diálogo com metodologias atuais, a interdisciplinaridade, o diálogo com os temas transversais, o trabalho com os equipamentos das escolas, bem como atuará em todas as atividades da escola e da sala de aula. Por fim entregará o relatório final das atividades desenvolvidas durante o estágio.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 12º. Conforme o capítulo VII, Art. 77º, do Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa, Resolução nº 002 de 08 de janeiro de 2014, “o discente em Estágio Curricular Obrigatório ou Não Obrigatório será acompanhado por um docente do Curso ao qual está vinculado e por um profissional da área ligado à Instituição concedente do Estágio”.

Art.13º. O professor responsável pela disciplina deverá acompanhar o desenvolvimento dos alunos no estágio por meio de orientações, visitas ao campo de estágio, relatórios semestrais e demais trabalhos pertinentes à prática de Estágio Curricular Supervisionado.

Art.14º. Conforme o Art. 8º do Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa, Resolução nº 002 de 08 de janeiro de 2014, o Estágio Supervisionado obrigatório contará com a participação docente de duas formas:

I - mediante a supervisão, orientação e/ou acompanhamento individual do discente; estagiário;

II - mediante a supervisão, orientação e/ou acompanhamento simultâneo de um grupo de discentes estagiários.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO, DESENVOLVIMENTO E CAMPOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 15º. A frequência do Estágio Curricular Supervisionado será realizada por uma ficha de controle, preenchida e autenticada pelos profissionais responsáveis pela escola promotora do estágio e/ou acompanhamento direto realizado pelo professor responsável pela disciplina nas escolas participantes.

Art. 16º. Para a realização do Estágio Curricular Supervisionado, o estagiário deverá seguir o Plano de Estágio contendo atividades inerentes à formação específica, como também as orientações necessárias para a execução do estágio.

Art. 17º. Em consonância com a Legislação Federal, Lei 11.788, de 25.09.08, capítulo IV, Art. 10º: “A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar”:

I- 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Art. 18º. O registro do processo do estágio profissional supervisionado será o instrumento comprobatório de sua conclusão e considerado para encerramento do processo avaliativo.

§ 1º Esse registro deverá ser em forma de um relatório, onde constará todo o desenvolvimento da disciplina na escola, devidamente documentado e impresso (ou em outros formatos em comum acordo entre estudantes e professor(a)).

§ 2º O relatório deverá ser elaborado pelo aluno ao final do cumprimento de cada um dos quatro períodos de estágio.

Art. 19º. Os campos de estágio para cada semestre serão previamente escolhidos dentre aqueles com os quais a UNIFESSPA já tenha firmado convênio ou termo de cooperação/compromisso.

Art. 20º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado no local da sede do Curso - Xinguara/PA – ou em outros espaços desde que respeitado o disposto no Art. 19º.

Art. 21 º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não poderá ser realizado por discentes quando em regime de exercício domiciliar, conforme o disposto no Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa, resolução nº 002 de 08 de janeiro de 2014, Seção II, art. 42: “Não será concedido exercício domiciliar ao discente matriculado em atividade isolada e ao matriculado nas Atividades Curriculares de estágio curricular; pré-internato; internato; práticas laboratoriais ou ambulatoriais; ou naquelas cuja execução não possa ocorrer fora do ambiente da Unifesspa”.

Art. 22º. Os estágios, conforme está disposto no Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa, Resolução nº 002 de 08 de janeiro de 2014, capítulo V, art. 50: “por serem Atividades Curriculares de natureza prática, não poderão ser ofertados na forma de tutoria”.

CA P Í T U L O VI DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 23º. De acordo com a Legislação Federal, Lei 11.788, de 25.09.08, capítulo II, art. 7º “São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos”:

I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV - exigir do educando a apresentação periódica , em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso, conforme o disposto no capítulo II, Art. 8º da Legislação Federal, Lei 11.788, de 25.09.08.

Art. 24º. Para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. no que concerne ao seguro contra acidentes pessoais, está disposto na Resolução do CONSEPE/Unifesspa, nº 016, de 12 de agosto de 2014, capítulo V, Art. 16:

§1º - Considerando o Memorando Circular nº07/2016-DIPLAN/Unifesspa, de 03 de março de 2016, direcionado às Unidades Acadêmicas e Administrativas, que trata sobre “Novos Procedimentos sobre Seguro de Vida obrigatório na âmbito da Unifesspa” e “encaminhamentos da reunião do CONSEPE de 24/02/2016 (...) todos os alunos da graduação e pós-graduação desta Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará encontram-se segurados (...) não sendo mais necessário, portanto, o envio de solicitação de Seguro de Vida por parte das Unidades Acadêmicas”. Feitas exceções, apenas, para os casos de alunos com vínculos inferiores a 12 dias com a Unifesspa e “alunos de outras Instituições de Ensino que, eventualmente, desenvolvam atividades didático-pedagógicas na Unifesspa”. No primeiro caso, portanto, o aluno deve aguardar formalização do Seguro entre Unifesspa e empresa seguradora e, no segundo, os alunos “devem ter os dados enviados até o dia 20 de cada mês, para a validade do Seguro iniciar no dia 12 do mês subsequente”.

§2º Para estágio obrigatório , a responsabilidade pela contratação do seguro será da Unifesspa.

CAPÍTULO VII DA PARTE CONCEDENTE

Art. 25º - De acordo com a Legislação Federal, Lei 11.788, de 25.09.08, capítulo III, art. 9º “As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações”:

I - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

V - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

CAPÍTULO VIII DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE ESTÁGIO E DOS PROFESSORES DE DO ESTÁGIO

Art. 26. A Coordenação de Estágio será exercida por um professor(a) efetivo(a) do corpo de professores do curso de História, no período de 2 (dois anos), com alocação de 10 horas na carga horária para desenvolvimento das atividades inerentes à função, e terá as seguintes atribuições referentes ao Estágio:

I - Coordenar as ações que envolvam o Estágio Supervisionado; elaboração de documentos (termos de compromisso/ofícios, etc.), organizar os arquivos e pastas referentes à área;

II - Realizar os procedimentos necessários para a efetivação dos convênios de estágio e suas renovações;

III - Identificar os campos de estágio (escolas) que ofereçam as condições necessárias para a realização do Estágio Curricular Supervisionado, e realizar as respectivas parcerias, viabilizando a melhor forma de execução;

IV - Definir, conjuntamente com a subunidade, os professores que irão acompanhar o estágio;

V - Supervisionar e avaliar o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no curso de História;

VI - Responder junto à PROEG, quando solicitado, acerca de informações sobre o Estágio Supervisionado.

Art. 27º. São atribuições do professor de estágio:

I - orientar o estagiário acerca da estruturação e funcionamento do Estágio Curricular Supervisionado;

II - prestar assistência científica, técnica e pedagógica aos acadêmicos sobre o estágio;

III - orientar e avaliar o processo de realização dos Estágios Curriculares nas instituições concedentes;

IV - auxiliar o estagiário na identificação de oportunidades de projetos de intervenção e ação social;

V - orientar as atividades do estágio, organizando-as em forma de relatório;

VI - informar o estagiário quanto ao seu desempenho durante o estágio;

VII - acompanhar e auxiliar a coordenação de estágio na elaboração de documentos próprios da área junto à turma e os documentos pertinentes ao campo de estágio;

VIII - registrar, no Portal do Professor, a nota final obtida pelo estagiário nas atividades realizadas durante o estágio e a frequência;

IX - informar acerca das irregularidades que porventura forem verificadas durante o estágio, para estudo de caso, correção e aplicação de penalidades, se necessário, resolvendo juntamente com a coordenação do curso, coordenador(a) de Estágio e os demais professores, os casos omissos nesta Resolução.

CAPÍTULO IX DAS FUNÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 28º - O discente estagiário é integrante do corpo discente, devidamente matriculado no Componente Curricular de Estágio estabelecido pelo Projeto Pedagógico de Curso - PPC.

Art. 29º- São funções do discente estagiário:

I - Matricular-se no Componente Curricular de Estágio Supervisionado Obrigatório quando cumpridas as disciplinas pré-requisito;

II - conhecer o(s) local(is) de estágio, relativo(s) à sua formação;

III - apresentar-se ao local de estágio para cumprimento das atividades previstas no plano de ensino das respectivas disciplinas;

IV - desempenhar com eficiência as atividades curriculares referentes ao estágio;

V - Cumprir presença e participação dentro da carga horária estabelecida no PPC, e em

consonância com a instituição campo de Estágio, mediante cronograma apresentado previamente;

VI - obedecer às normas e regulamentos vigentes nas organizações às quais esteja vinculado para cumprimento do estágio;

VII - articular-se com o profissional responsável pela supervisão do estágio na unidade escolar, acordando horários, locais e as atividades que serão desenvolvidas ao longo do mesmo;

VIII - Manter o professor (a) orientador (a) do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório informado sobre o desenvolvimento do Estágio, e comunicar-lhe, com brevidade, a respeito de qualquer eventualidade que possa afetar as suas atividades no Campo de Estágio.

IX - comparecer com assiduidade às aulas no local das atividades do estágio, nos dias e horários previstos e combinados;

X - elaborar, desenvolver e avaliar as atividades das modalidades do Estágio Curricular Supervisionado, de acordo com as normas desse regulamento;

XI - assumir e atuar ativamente em todos os níveis do Estágio Curricular Supervisionado;

XII - cumprir as normas internas das instituições onde se realizará os estágios;

XIII - manter ética profissional em qualquer situação, e/ou atividade do estágio;

XIV - emitir parecer avaliativo, por meio de relatórios, quanto ao desenvolvimento das atividades dos níveis previstos no estágio;

XV - entregar o plano e o registro do relatório, na data determinada pela coordenação/professor do estágio, de acordo com a metodologia de apresentação de trabalhos científicos, além dos documentos comprobatórios a realização do estágio.

CAPÍTULO X

DOS CRITÉRIOS AVALIATIVOS PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 30º - De acordo com a resolução nº 016, de 12 de agosto de 2014, capítulo VI, art. 22, “A avaliação do desempenho do estagiário deverá considerar, no mínimo, os seguintes critérios”:

I - Frequência às atividades do Estágio;

II - Cumprimento do Plano de Atividades;

III - Relatório semestral das atividades desenvolvidas no Estágio;

§ 1º - O desenvolvimento das atividades de estágio implicará também na observância dos seguintes elementos:

I - participação e/ ou realização das atividades;

II - desempenho;

III - assiduidade;

IV - pontualidade;

V - colaboração no trabalho em equipe;

VI - responsabilidade;

VII - planejamento e organização.

VIII - O cumprimento de 100% da carga horária de atividades práticas do Estágio realizadas no Campo de Estágio, e o limite de 25% de faltas nas atividades teórico-metodológicas, realizadas na UNIFESSPA;

Art. 31 - Para a verificação qualitativa e quantitativa da aprendizagem do discente no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório serão utilizados os instrumentos/mecanismos definidos no Projeto Pedagógico do Curso, bem como os critérios apresentados na definição a seguir:

I - EXC - Excelente - Conceitos nove a dez;

II - BOM - Bom - Conceitos sete - oito virgula nove;

III - REG - Regular - Conceitos cinco - seis virgula nove; e

IV - INS - Insuficiente - Conceitos zero - quatro virgula nove.

§1º Considerar-se-á aprovado o discente que, na disciplina ou atividade correspondente, obtiver o conceito REG, BOM ou EXC.

§ 2ºO conceito SA (Sem Avaliação) será atribuído ao discente que não cumprir as atividades programadas.

§ 3º Registrar-se-á SF (Sem Frequência) no histórico escolar quando o discente não obtiver a frequência mínima exigida.

Parágrafo único: Conforme o Regulamento de Ensino da Graduação da UNIFESSPA - Resolução nº 002 de 08 de janeiro de 2014, Art. 98, § 2º: “A avaliação substitutiva não se aplicará a Atividades Curriculares de natureza essencialmente prática”, conforme enquadram-se as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 - Em nenhuma hipótese pode ser cobrada ao estagiário qualquer taxa referente às providências administrativas para a obtenção e realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Art. 33. Os casos omissos nesta resolução serão resolvidos, no que couber, pela Coordenação de Estágio, em primeira instância e em segunda instância pela subunidade.

Art. 34. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho da Faculdade de Ciências Humanas.

Xinguara, 24 de outubro de 2019.

ANEXO IX - QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS

QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS				
	DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PROPOSTO	CH	DISCIPLINAS DO CURRÍCULO VIRGENTE	CH
	Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo	68	Metodologia do Ensino de História	68
	Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: Texto didático, literatura, oralidades e mídias	68	Estratégias de Ensino III - História e Linguagens: Texto didático, literatura, oralidades e mídias	68
	Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades	68	Estratégias de Ensino I – Gênero, Etnia e Identidades	68
	História da América Colonial	68	Conquista e Colonização das Américas	68
	História da África I e II	68	História da África	68
	História Moderna	68	História Moderna I e II	68

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE OFERTAS (OU POSSIBILIDADE DE OFERTA) DA (S) ATIVIDADE (S) CURRICUAR (ES) PELA UNIDADE RESPONSÁVEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE XINGUARA

Ata da OITAVA reunião ORDINÁRIA do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, realizada ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove.

1 Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove, às quinze horas, reuniu-se a
2 Congregação do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, em Xinguara, na sala oito, onde foi
3 realizada a oitava reunião ordinária da congregação do Instituto de Estudos do Trópico
4 Úmido, em dois mil e dezenove, por convocação e sob a presidência do Prof.º **Eduardo de**
5 **Melo Salgueiro**, Diretor Geral do Instituto de Estudos do Trópico Úmido em Xinguara/PA e
6 com a presença dos senhores membros: Eduardo de Melo Salgueiro, Diretor Geral; Lucas
7 Jacomini Abud, Diretor Adjunto; Bruno da Silva, coordenador de Pós-Graduação; Eudes
8 André Leopoldo de Souza, Coordenador do curso de graduação de licenciatura em Geografia;
9 Anna Carolina de Abreu Coelho, Coordenadora do curso de graduação licenciatura em
10 História; Pedro Ancelmo Nunes Ermita, Coordenador do Curso de graduação bacharelado
11 Medicina Veterinária; Anaiane Pereira Souza, Coordenadora do curso de graduação
12 bacharelado Zootecnia; Claudio Henrique Fernandes, substituto da coordenadoria
13 administrativa; Cátia Oliveira Guimarães Abud, representante dos técnico-administrativo;
14 Rafael Benevides de Sousa, representante docente do curso de licenciatura em Geografia;
15 Andrey Minin Martin, representante docente do curso de licenciatura em História; Pedro de
16 Souza Quevedo, representante docente do curso de Medicina Veterinária; Eloise Mello Viana
17 de Moraes, suplente de representante docente do curso de Zootecnia; Daniel Brasil Justí,
18 representante docente no CONSEPE. Yan Gabriel Teixeira dos Santos, representante
19 discente. **Não compareceram os membros:** Caroline Nebo, com justificativa e Jeremias
20 Santana de Oliveira, sem justificativa. Na condição de ouvintes, os servidores: João Tiago
21 Correia Oliveira e Marcos Alexandre Gonçalves. Havendo quórum regimental, o Presidente
22 deu início à sessão. **1. Abertura** – O Senhor Presidente da Congregação Eduardo Melo
23 Salgueiro cumprimentou a todos os presentes, em seguida fez a leitura do expediente, assim
24 composto, **proposições: 4.1** – Processo Eletrônico: 23479.013401/2019-27. Assunto:
25 Relatório anual de atividades. Interessado: Laecio Rocha de Sena; **4.2** – Processo Eletrônico:
26 23479.013500/2019-17. Assunto: Prorrogação de vigência de Projeto de Pesquisa -
27 "Distinção de ambientes para o cultivo do Linho (*Linum usitatissimum*) no planalto
28 catarinense". Interessado: Professora Dra. Eloise Mello Viana de Moraes; **4.3** – Processo
29 Eletrônico: 23479.013726/2019-18. Assunto: Prorrogação de vigência de Projeto de Pesquisa
30 - "Metabólitos Secundários de Plantas da Caatinga e sua Influência sobre os Parâmetros
31 Fermentativos Ruminais". Interessado: Professora Dra. Anaiane Pereira Souza; **4.4** –
32 Processo Eletrônico: 23479.013784/2019-33. Assunto: Solicitação de carga horária referente
33 a projeto de pesquisa - "Avaliação da tolerância ao calor em bovinos de raças leiteiras, puros
34 e mestiços criados no Norte do Brasil". Interessado: Professor Dr. Eduardo Alves de
35 Almeida; **4.5** – Processo Eletrônico: 23479.013783/2019-99 Assunto: Solicitação de carga
36 horária referente a projeto de pesquisa - "Estudo da viabilidade climática para criação de aves
37 na região Sul e Sudeste do Pará". Interessado: Professor Dr. Eduardo Alves de Almeida; **4.6** –
38 Processo Eletrônico: 23479.013801/2019-32. Assunto - Prorrogação de vigência de projeto
39 de pesquisa - "síndactília em suínos: caracterização do gene lrp4 e do cromossomo y"
40 Interessado: Professor Dr. Aderbal Cavalcante Neto; **4.7** - Processo Eletrônico:
41 23479.013888/2019-48. Assunto: Solicitação de Renovação de projeto de extensão -
42 "Conhecendo o Curso de Zootecnia do IETU-Unifesspa, Campus de Xinguara". Interessado:
43 Professora Dra. Caroline Nebo; **4.8** - Processo Eletrônico: 23479.013273/2019-11. Assunto -
44 Prorrogação de Vigência de Projeto de Pesquisa - "Validação e desenvolvimento de equações

45 para a predição das emissões de metano entérico por bovinos". Interessado: Professor Dr.
 46 João Paulo Pacheco Rodrigues: **4.9** - Processo Eletrônico: 23479.013804/2019-76. Assunto:
 47 Prorrogação de Vigência de Projeto de Pesquisa - "Dinâmicas regionais recentes do Sul e
 48 Sudeste do Pará: heranças, agentes e perspectivas de desenvolvimento regional". Interessado:
 49 Professor Dr. Victor da Silva Oliveira: **4.10** - Processo Eletrônico: 23479.014415/2019-68
 50 Assunto: Inclusão de Listagem de disciplinas em PPC do curso de História 2017, já aprovado
 51 pelo CONSEPE. Interessado: Faculdade de Ciências Humanas: **4.11** - Processo Eletrônico:
 52 23479.014414/2019-13. Assunto: Aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de
 53 Licenciatura em História Diurno/Noturno 2018. Interessado: Faculdade de Ciências
 54 Humanas. **4.12** - Processo Eletrônico: 23479.014656/2019-15. Assunto: Pedido de ciência
 55 para inscrição em processo de redistribuição. Interessado: Professor Dr. João Tiago Correia
 56 Oliveira. **4.13** - Processo Eletrônico: 23479.014728/2019-16 Assunto: Promoção/Progressão
 57 funcional Docente. Interessado: Professor Dr. Eduardo de Melo Salgueiro. **5. Ordem do Dia**
 58 **5.1** - Processo: 23479.008030/2019-61. Assunto: Projeto de Extensão "Implementação das
 59 boas práticas agropecuárias, obtenção higiênica do leite e capacitação de pequenos
 60 produtores rurais que compõe a originação e captação de leite do laticínio GYVINAH em Rio
 61 Maria-PA". Sem a liberação de carga horária. Interessado: Professor Dr. Paulo Vinícius da
 62 Costa Mendes. **5.2**- Processo: 23479.008600/2019-13. Assunto: Aprovação do Projeto de
 63 extensão "Laboratório de Geomorfologia: geotecnologia aplicada". Sem a Liberação de
 64 Carga Horária. Interessada: Professora Dra. Andréa Regina de Brito Costa Lopes. **5.3** -
 65 Processo Eletrônico: 23479.012054/2019-15. Assunto: Relatório Final do Projeto de Pesquisa
 66 "A Inserção Intelectual Paraense nos círculos Europeus e a divulgação da Amazônia no
 67 exterior: uma análise da Revista Brasil-Portugal (1899 – 1914) Portaria emitida dia 01 de
 68 agosto de 2018. Interessada: Professora Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho. **5.4** - Processo
 69 Eletrônico: 23479.011628/2019-38. Assunto: Promoção/Progressão funcional Docente
 70 Interessado: Professor Dr. Bruno da Silva. **5.5** - Processo Eletrônico: 23479.011884/2019-25
 71 Assunto: Atribuição de Carga Horária para Professor Colaborador. Interessados: Professor
 72 Dr. Bruno da Silva e Professora Dra. Anna Carolina. **5.6** - Assunto - Aprovação dos Ad
 73 Referenduns. Ad Referendum n. **181/2019**. Aprova o Protocolo de Segurança de atividade de
 74 campo da disciplina de Zootecnia Geral, do curso de Medicina Veterinária do Instituto de
 75 Estudos do Trópico Úmido – IETU/Unifesspa, para visita a fazenda Estância Marca R. Ad
 76 Referendum n. **182/2019**. Aprova o Protocolo de Segurança de atividade de campo da
 77 disciplina de Zootecnia Geral, do curso de Medicina Veterinária do Instituto de Estudos do
 78 Trópico Úmido – IETU/Unifesspa, para visita ao Parque de Exposições Orlando Quagliato.
 79 Ad Referendum n. **183/2019**. Aprova o plano de trabalho docente 2019.4, do Instituto de
 80 Estudos do Trópico Úmido IETU/Unifesspa. Ad Referendum digital n. **0002/2019** – Aprova
 81 o Projeto de Extensão "Medicina Veterinária e suas possibilidades", sob a coordenação da
 82 professora Rejane dos Santos Sousa, sem a liberação de carga horária. Após a leitura do
 83 expediente, houve o pedido de retirada da proposição. **4.13 – Processo Eletrônico:**
 84 **23479.014728/2019-16**, pelo professor Eduardo de Melo Salgueiro. Em seguida foi realizado
 85 o pedido de quebra de interstício pelo professor Eduardo de Melo Salgueiro para o item **4.1** –
 86 Processo Eletrônico: 23479.013401/2019-27, o pedido de quebra de interstício foi justificado
 87 e aprovado por unanimidade. Seguindo o professor Andrey Minin Martin, solicitou a quebra
 88 de interstício para os itens, **4.10** - Processo Eletrônico: 23479.014415/2019-68 e **4.11** -
 89 Processo Eletrônico: 23479.014414/2019-13, os pedidos de quebra de interstício foram
 90 justificados e aprovados por unanimidade. Em seguida o professor João Tiago Correia
 91 Oliveira, solicitou a quebra de interstício para o item **4.12** - Processo Eletrônico:
 92 23479.014656/2019-15, o pedido de quebra de interstício foi justificado e aprovado por
 93 unanimidade. Após a organização da ordem do dia, o senhor presidente Eduardo de Melo
 94 Salgueiro, passou a palavra aos membros para que fizessem as comunicações. **3 -**
 95 **Comunicações:** O servidor Bruno da Silva: 1) Informou que devido as restrições
 96 orçamentárias, foi realizado uma reunião da Reitoria com as empresas terceirizadas, que
 97 prestam serviço para a Unifesspa e que as empresas aceitaram trabalhar pelo período de 90

98 dias e os valores devidos serão pagos tão logo seja sanadas as questões orçamentárias, tal
99 medida visa o funcionamento da Universidade até o mês de dezembro, diante dos
100 contingenciamentos realizados pelo MEC. 2) Informou que a Unifesspa entrou junto ao
101 Ministério Público para ajuizar uma ação contra a União, para que fosse revisto o corte das
102 FG-4, sendo que elas foram retiradas via Decreto e só poderiam ser retiradas por Lei. 3)
103 Informou sobre a disputa do terreno entre a Unifesspa e a prefeitura de Xinguara não houve
104 acordo na audiência e a disputa judicial continua. 4) Repassou o agradecimento pelo
105 envolvimento de todos na avaliação da Unifesspa e informou que a nota obtida foi de 4.39,
106 sendo que essa nota foi arredondada para conceito 4. O servidor Eduardo de Melo Salgueiro:
107 1). Informou que parte do valor que havia sido contingenciado, foi liberado pelo MEC. O
108 servidor Andrey Minin Martin: 1) Reforçou o agradecimento em nome da Comissão Própria
109 de Avaliação – CPA, pelo envolvimento de todos na avaliação da Unifesspa. 2) Informou
110 sobre a realização da Autoavaliação da Unifesspa e a necessidade do envolvimento de todos,
111 principalmente na mobilização para participação dos alunos. 3) Reforçou sobre a realização
112 da MUCANPA, que será realizada no dia 23 de novembro no encerramento da semana
113 acadêmica, e que existe a necessidade de montar uma comissão que ficará responsável pela
114 organização da MUCANPA. 4) Informou sobre a paralisação de 48 horas que ocorrerá nos
115 dias 2 e 3 de outubro. O servidor Rafael Benevides: 1) Solicita informações sobre as
116 avaliações do estágio probatório. O presidente Eduardo de Melo Salgueiro informa que as
117 avaliações serão apresentadas na próxima reunião da congregação. O servidor Cláudio
118 Henrique Fernandes: 1) Informou que a emissão de portarias passará a ser realizada via
119 SIGRH. 2) Informou que será desenvolvido um projeto para ampliar a divulgação de todas as
120 ações realizadas no IETU. O servidor Lucas Jacomini Abud: 1) Informou sobre o memorando
121 enviado aos coordenadores, relativo a uma demanda oriunda da PROEG, sobre o Plano de
122 Desenvolvimento de Pessoal. O servidor Marcos Alexandre Gonçalves: 1) Informou sobre a
123 atualização dos sistemas da Unifesspa e que o acesso aos computadores da Unifesspa, por
124 servidores e acadêmicos ocorrerá através do login e senha utilizados no SIGAA. **5 Ordem**
125 **do dia: 5.1** – Processo: 23479.008030/2019-61. Assunto: Projeto de Extensão
126 “Implementação das boas práticas agropecuárias, obtenção higiênica do leite e capacitação de
127 pequenos produtores rurais que compõe a originação e captação de leite do laticínio
128 GYVINAH em Rio Maria-PA”. Sem a liberação de carga horária. Interessado: Professor Dr.
129 Paulo Vinícius da Costa Mendes, para isso, a servidora Cátia Oliveira Guimarães Abud,
130 realizou a leitura do parecer, na condição de parecerista, e sugere a aprovação com correções
131 noprojeto. Assim, foi levado à votação e a congregação aprovou, por unanimidade o
132 encaminhamento da parecerista. **5.2-** Processo: 23479.008600/2019-13. Assunto: Aprovação
133 do Projeto de extensão “Laboratório de Geomorfologia: geotecnologia aplicada”. Sem a
134 Liberação de Carga Horária. Interessada: Professora Dra. Andréa Regina de Brito Costa
135 Lopes, para isso, o servidor Andrey Minin Martin, realizou a leitura do parecer, na condição
136 de parecerista, e sugeriu a aprovação da execução do projeto sob a coordenação da professora
137 Dra. Andréa Regina de Brito Costa Lopes. Assim, foi levado à votação e a congregação
138 aprovou, por unanimidade o encaminhamento do parecerista. **5.3** - Processo Eletrônico:
139 23479.012054/2019-15. Assunto: Relatório Final do Projeto de Pesquisa “A Inserção
140 Intelectual Paraense nos círculos Europeus e a divulgação da Amazônia no exterior: uma
141 análise da Revista Brasil-Portugal (1899 – 1914) Portaria emitida dia 01 de agosto de 2018.
142 Interessada: Professora Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho, para isso, o servidor Bruno da
143 Silva, realizou a leitura do parecer, na condição de parecerista, e sugeriu a aprovação do
144 relatório final do projeto de pesquisa. Assim, foi levado à votação e a congregação aprovou,
145 com 12 votos favoráveis e 02 abstenções o encaminhamento do parecerista. **5.4** – Processo
146 Eletrônico: 23479.011628/2019-38. Assunto: Promoção/Progressão funcional Docente
147 Interessado: Professor Dr. Bruno da Silva, para isso, o presidente Eduardo de Melo Salgueiro,
148 realizou a leitura do parecer, na condição de presidente da comissão de avaliação, e informou
149 que o pedido de progressão funcional docente foi deferido com a pontuação total de 1.049
150 pontos. Assim, foi levado à votação o resultado da avaliação de progressão funcional docente

151 e a congregação aprovou, com 13 votos favoráveis e 01 abstenção o encaminhamento do
 152 parecerista. **5.5** - Processo Eletrônico: 23479.011884/2019-25 Assunto: Atribuição de Carga
 153 Horária para Professor Colaborador. Interessados: Professor Dr. Bruno da Silva e Professora
 154 Dra. Anna Carolina, para isso, o servidor Rafael Benevides, realizou a leitura do parecer, na
 155 condição de parecerista, e sugeriu a aprovação da atribuição de 10 horas para o professor
 156 Bruno da Silva na condição de colaborador em projeto de pesquisa. Assim, foi levado à
 157 votação e a congregação aprovou, com 09 votos favoráveis e 03 abstenções o
 158 encaminhamento do parecerista. **5.6** – Assunto – Aprovação dos Ad Referenduns. Ad
 159 Referendum n. **181/2019**. Aprova o Protocolo de Segurança de atividade de campo da
 160 disciplina de Zootecnia Geral, do curso de Medicina Veterinária do Instituto de Estudos do
 161 Trópico Úmido – IETU/Unifesspa, para visita a fazenda Estância Marca R. O pleito foi
 162 levado à votação e aprovado por 13 votos favoráveis e 01 abstenção. Ad Referendum n.
 163 **182/2019**. Aprova o Protocolo de Segurança de atividade de campo da disciplina de
 164 Zootecnia Geral, do curso de Medicina Veterinária do Instituto de Estudos do Trópico Úmido
 165 – IETU/Unifesspa, para visita ao Parque de Exposições Orlando Quagliato. O pleito foi
 166 levado à votação e aprovado por 13 votos favoráveis e 01 abstenção. Ad Referendum n.
 167 **183/2019**. Aprova o plano de trabalho docente 2019.4, do Instituto de Estudos do Trópico
 168 Úmido IETU/Unifesspa. O pleito foi levado à votação e aprovado por 14 votos favoráveis e
 169 01 abstenção. Ad Referendum digital n. **0002/2019** – Aprova o Projeto de Extensão
 170 “Medicina Veterinária e suas possibilidades”, sob a coordenação da professora Rejane dos
 171 Santos Sousa, sem a liberação de carga horária. O pleito foi levado à votação e aprovado por
 172 unanimidade. **5.7** - Processo Eletrônico: 23479.013401/2019-27. Assunto: Relatório anual de
 173 atividades. Interessado: Laecio Rocha de Sena, para isso, o servidor Pedro Ancelmo Nunes
 174 Ermita, realizou a leitura do parecer, na condição de parecerista, e sugeriu a aprovação do
 175 relatório anual de atividades. Assim, foi levado à votação e a congregação aprovou, por
 176 unanimidade o encaminhamento do parecerista. **5.8** - Processo Eletrônico:
 177 23479.014415/2019-68 Assunto: Inclusão de Listagem de disciplinas em PPC do curso de
 178 História 2017, já aprovado pelo CONSEPE. Interessado: Faculdade de Ciências Humanas.
 179 Para isso, o servidor Andrey Minin Martin, realizou a contextualização do pedido,
 180 evidenciando a necessidade da inclusão da tabela com as disciplinas optativas. Sanadas as
 181 dúvidas, foi levado à votação e a congregação aprovou, por unanimidade o pleito. **5.9** -
 182 Processo Eletrônico: 23479.014414/2019-13. Assunto: Aprovação do Projeto Pedagógico do
 183 Curso de Licenciatura em História Diurno/Noturno 2018. Interessado: Faculdade de Ciências
 184 Humanas. Para isso, o servidor Andrey Minin Martin, realizou a contextualização do pedido,
 185 que se justifica devido a criação do curso de História no período noturno. Sanadas as dúvidas,
 186 foi levado à votação e a congregação aprovou, por unanimidade o pleito. **5.10** – Processo
 187 Eletrônico: 23479.014656/2019-15. Assunto: Pedido de ciência para inscrição em processo
 188 de redistribuição. Interessado: Professor Dr. João Tiago Correia Oliveira. Para isso, o
 189 servidor João Tiago Correia Oliveira, realizou a contextualização do pedido, evidenciando
 190 que o pleito já foi apreciado nos colegiados de Zootecnia e Medicina Veterinária, informa
 191 ainda que em seu concurso existe um segundo colocado aprovado e no interesse da
 192 instituição poderá ser convocado. Sanadas as dúvidas, foi levado à votação e a congregação
 193 aprovou, por unanimidade o pleito. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e
 194 cinquenta minutos foi encerrada a reunião, com a lavratura desta ata que, após lida e
 195 aprovada, segue assinada pelos presentes.

Anaiane Pereira Souza

 Andrey Minin Martin

Anna Carolina de Abreu Coelho
 Anna Carolina de Abreu Coelho

Cátia
 Cátia Oliveira Guimarães Abud

Claudio Henrique Fernandes
 Claudio Henrique Fernandes

Eduardo de Melo Salgueiro

Eudes André Leopoldo de Souza
 Eudes André Leopoldo de Souza

Eloise Mello Viana de Moraes

Lucas
 Lucas Jacomini Abud

Rafael Benevides De Sousa

Pedro de Souza Quevedo

Pedro Anselmo Nunes Ermita
 Pedro Anselmo Nunes Ermita

Yan Gabriel Teixeira dos Santos

Bruno da Silva
 Bruno da Silva

Daniel Brasil Justo
 DANIEL BRASIL JUSTO

ANEXO XI – DECLARAÇÃO DA (S) UNIDADE (S) RESPONSÁVEL (S) PELO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES REFERENTES A INFRAESTRUTURA FÍSICA E HUMANA



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Campus Universitário de Xinguara
Instituto de Estudos do Trópico Úmido

Declaração

O Instituto de Estudos do Trópico Úmido – IETU/UNIFESSPA, na representação do Diretor Adjunto **Prof. Dr. Lucas Jacomini Abud**, declara para os devidos fins que, no momento o IETU dispõe de infraestrutura física e humana apta para atender as demandas do curso de História.

Para que sejam produzidos todos os efeitos desta declaração, firmo o presente instrumento.

Xinguara, 21 de outubro de 2019.


Prof. Dr. Lucas Jacomini Abud

Diretor-Adjunto do Instituto de Estudos do Trópico Úmido – IETU
Portaria nº 1056/2018 – UNIFESSPA

ANEXO XII – MINUTA DE RESOLUÇÃO DO PPC-HISTÓRIA 2019

MINUTA DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº DE DE

EMENTA: Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa.

O Reitor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, nomeado pela Portaria nº 525, de 21 de junho de 2016, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e em conformidade com a delegação de competência prevista no art. 1º-A do Decreto nº 2.014, de 26 de setembro de 1996, com a redação dada pelo Decreto nº 6.642, de 18 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União; em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada em _____.____._____, e em conformidade com os autos do Processo nº 23479.006654/2015-11, procedente do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º O objetivo do curso de graduação em História é capacitar para o domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio, estabelecendo o compromisso em compreender a região e outras espacialidades historicamente construídas.

Art. 2º O perfil do egresso desejado pelo curso de História - Campus de Xinguara deverá estar capacitado ao exercício do trabalho docente, como professor de História, habilitado a operar os instrumentos da produção do conhecimento histórico, conhecedor das principais correntes teóricas e historiográficas. O graduado também deverá estar capacitado para o exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Profissionais aptos de estarem em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos).

Art.3º O currículo do Curso de Graduação em História prevê atividades curriculares objetivando o desenvolvimento das habilidade e competências, conforme direcionado pelo perfil de formação discriminado no Anexo I.

Art. 4º O curso de Graduação em História constituir-se-á de: Núcleo de Formação Histórico e Historiográfico; Núcleo de Formação Docente. Para contemplar os campos de saber e contribuir para a formação profissional, a matriz curricular do curso é formada por disciplinas obrigatórias e optativas. O total da carga horária do Curso de Licenciatura em História, incluídas as atividades Teórico-Práticas de interesse dos discentes, é de 3.272 horas, subdivididas em oito semestres.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado, do Curso de História de Xinguara, de acordo com a Matriz Curricular, que consta do Projeto Pedagógico de Curso, possui uma carga horária de 408 (quatrocentas e oito) horas, terá início no quinto período do curso e será realizado em escolas de Educação Básica, sendo dividido em 4 (quatro) etapas sendo: Estágio Curricular Supervisionado I (102 horas); Estágio Curricular Supervisionado – II (102 horas); Estágio Curricular Supervisionado – III (102 horas); Estágio Curricular Supervisionado – IV (102 horas), com carga horária de 272 horas práticas e 136 horas teóricas (aulas e orientações) na universidade. O estágio supervisionado de formação profissional será desenvolvido a partir do 5º semestre, de acordo com as ementas e a legislação em vigor. O objetivo geral do estágio supervisionado é garantir a aprendizagem significativa dos conteúdos da formação educativa (docente e profissionais da educação), vinculada à prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções do estagiário.

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma Atividade Curricular Obrigatória, que consistirá na aplicação prática das competências e habilidades adquiridas ao longo do curso revertidas para a produção de conhecimento de caráter histórico. O TCC será executado sob a forma de Monografia de Iniciação Científica, desenvolvido no âmbito das disciplinas Monografia I e Monografia II, ofertadas, respectivamente, no sétimo e oitavo semestre, integralizando uma carga horária de 204 horas. O trabalho TCC será realizado individualmente e será assistido por um professor orientador. O TCC se materializará em um texto escrito, por parte do discente, com estrita observância das normatizações acadêmicas de produção textual. Será observado também as conexões do TCC com a prática da pesquisa em História e com o instrumental historiográfico pertinente ao campo da História, sobretudo, considerando a pertinência do tema tratado. As questões do historiador e seus respectivos produtos textuais são embasados em indícios e testemunhos, de modo que a avaliação final do TCC levará em consideração o trabalho com as chamadas fontes históricas, entendidas aqui na sua mais ampla percepção, não só documentos escritos e canônicos, mas fontes orais, imagéticas, sonoras, lugares de memória e patrimônio.

Art. 7º A duração do Curso será de quatro anos.

Parágrafo Único: O tempo de permanência do aluno no curso não poderá ultrapassar 50% do tempo previsto para a duração do mesmo pela Unifesspa.

Art. 8º Para integralização do currículo do curso o aluno deverá ter concluído 3.272 horas, assim distribuídas:

1904 horas para o Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica

1088 horas para o Núcleo de Formação Docente

280 horas de atividades complementares

Art. 9º A presente resolução entra em vigor a partir de _____, contemplando os alunos ingressantes a partir do ano 2020 ou revogando-se todas as disposições em contrário.

ANEXO I -DESENHO CURRICULAR DO CURSO

NÚCLEO	ÁREA (NUCLEAÇÕES)	ATIVIDADES CURRICULARES	Carga Horária	
Núcleo de Formação Histórica e Historiográfica	Teoria e Metodologia da História	Introdução aos Estudos Históricos	68	
		Teoria da História I	68	
		Teoria da História II	68	
		Teoria da História III	68	
	História Geral	História Antiga	68	
		História Medieval	68	
		História da África I	68	
		História da África II	68	
		História Moderna	68	
		História Contemporânea I	68	
		História Contemporânea II	68	
	História Americana	Sociedades Autóctones das Américas	68	
		História da América Colonial	68	
		História da América Independente I	68	
		História da América Independente II	68	
	História do Brasil	História da América Portuguesa	68	
		História do Brasil Império	68	
		História do Brasil Republicano (1889-1945)	68	
		História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)	68	
		História indígena e do indigenismo	68	
		Historiografia brasileira	68	
	História da Amazônia	História do Sul e Sudeste do Pará	68	
		História da Amazônia I	68	
		História da Amazônia II	68	
		História da Amazônia III	68	
	Optativas	Optativa I	68	
		Optativa II	68	
		Optativa III	68	
	Subtotal			1.904 horas
	Núcleo de Formação Docente	Formação Básica da Licenciatura	História da Educação no Brasil	34
Libras			68	
Fundamentos da Educação Especial			68	
Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo			68	
Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias			68	
Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades			68	
Estágio Curricular Supervisionado		Estágio Curricular Supervisionado I	102	
		Estágio Curricular Supervisionado II	102	
		Estágio Curricular Supervisionado III	102	
		Estágio Curricular Supervisionado IV	102	

	Metodologia e Pesquisa em História e em Ensino de História	Metodologia do Trabalho Científico	34
		Projeto de Pesquisa em História	68
		Monografia I	102
		Monografia II	102
Núcleo de Formação Docente		1.088 horas	
SUBTOTAL POR NÚCLEOS		2.992	
		Atividades Complementares	280
TOTAL GERAL			3.272

ANEXO II - CONTABILIDADE ACADÊMICA

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA OFERTA	ATIVIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA				TOTAL
		TOTAL DO PERÍODO LETIVO	SEMANAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	
	Introdução aos Estudos Históricos	68	4	-	-	4
	Teoria da História I	68	4	-	-	4
	Teoria da História II	68	4	-	-	4
	Teoria da História III	68	4	-	-	4
	Historiografia brasileira	68	4	-	-	4
	História Antiga	68	3	1	-	4
	História Medieval	68	3	1	-	4
	História da África I	68	3	-	1	4
	História da África II	68	3	-	1	4
	História Moderna	68	3	1	-	4
	História Contemporânea I	68	3	1	-	4
	História Contemporânea II	68	3	1	-	4
	Sociedades Autóctones das Américas	68	3	1	-	4
	História da América Colonial	68	3	1	-	4
	História da América Independente I	68	3	1	-	4
	História da América Independente II	68	3	1	-	4
	História da América Portuguesa	68	3	1	-	4
	História do Brasil Império	68	3	1	-	4
	História do Brasil Republicano (1889-1945)	68	3	1	-	4
	História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)	68	3	1	-	4
	História indígena e do indigenismo	68	3	-	1	4
	História do Sul e Sudeste do Pará	68	3	-	1	4
	História da Amazônia I	68	3	1	-	4
	História da Amazônia II	68	3	1	-	4
	História da Amazônia III	68	3	1	-	4
	História da Educação no Brasil	34	2	-	-	2
	Libras	68	4	-	-	4
	Fundamentos da Educação Especial	68	4	-	-	4

Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo	68	3	-	1	4
Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias	68	3	-	1	4
Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades	68	3	-	1	4
Estágio Curricular Supervisionado I	102	1	5	-	6
Estágio Curricular Supervisionado II	102	1	5	-	6
Estágio Curricular Supervisionado III	102	1	4	1	6
Estágio Curricular Supervisionado IV	102	1	5	-	6
Metodologia do trabalho científico	34	2	-	-	2
Projeto de Pesquisa em História	68	3	1	-	4
Monografia I	102	-	6	-	6
Monografia II	102	-	6	-	6
Optativa I	68	4	-	-	4
Optativa II	68	4	-	-	4
Optativa III	68	4	-	-	4

ANEXO III -ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO

Semestre	Atividade Curricular	Total
1°	Introdução aos Estudos Históricos	68
	História Antiga	68
	História da Educação no Brasil	34
	Metodologia do Trabalho Científico	34
	História do Sul e Sudeste do Pará	68
	Sociedades autóctones das Américas	68
2°	História Medieval	68
	Historiografia Brasileira	68
	Estratégias de Ensino I – Legislação, Didática, Currículo	68
	Teoria da História I	68
	História da África I	68
3°	História da América Colonial	68
	História Moderna	68
	História da Amazônia I	68
	História da América Portuguesa	68
	Estratégias de Ensino II – História e Linguagens: texto didático, literatura, oralidades e mídias	68
	Fundamentos da Educação Especial **	68
4°	História da Amazônia II	68
	Libras **	68
	História do Brasil Império	68
	Teoria da História II	68
	História da América Independente I	68
5°	Projeto de Pesquisa em História	68
	História do Brasil Republicano (1889-1945)	68
	Teoria da História III	68
	Estratégias de Ensino III – Gênero, Etnia e Identidades	68
	Estágio Curricular Supervisionado I	102
6°	História do Tempo Presente no Brasil (1945-tempo presente)	68
	História da América Independente II	68
	História da Amazônia III	68
	História Contemporânea I	68
	Estágio Curricular Supervisionado II	102
7°	História Contemporânea II	68
	História da África II	68
	Monografia I	102
	História Indígena e do indigenismo	68

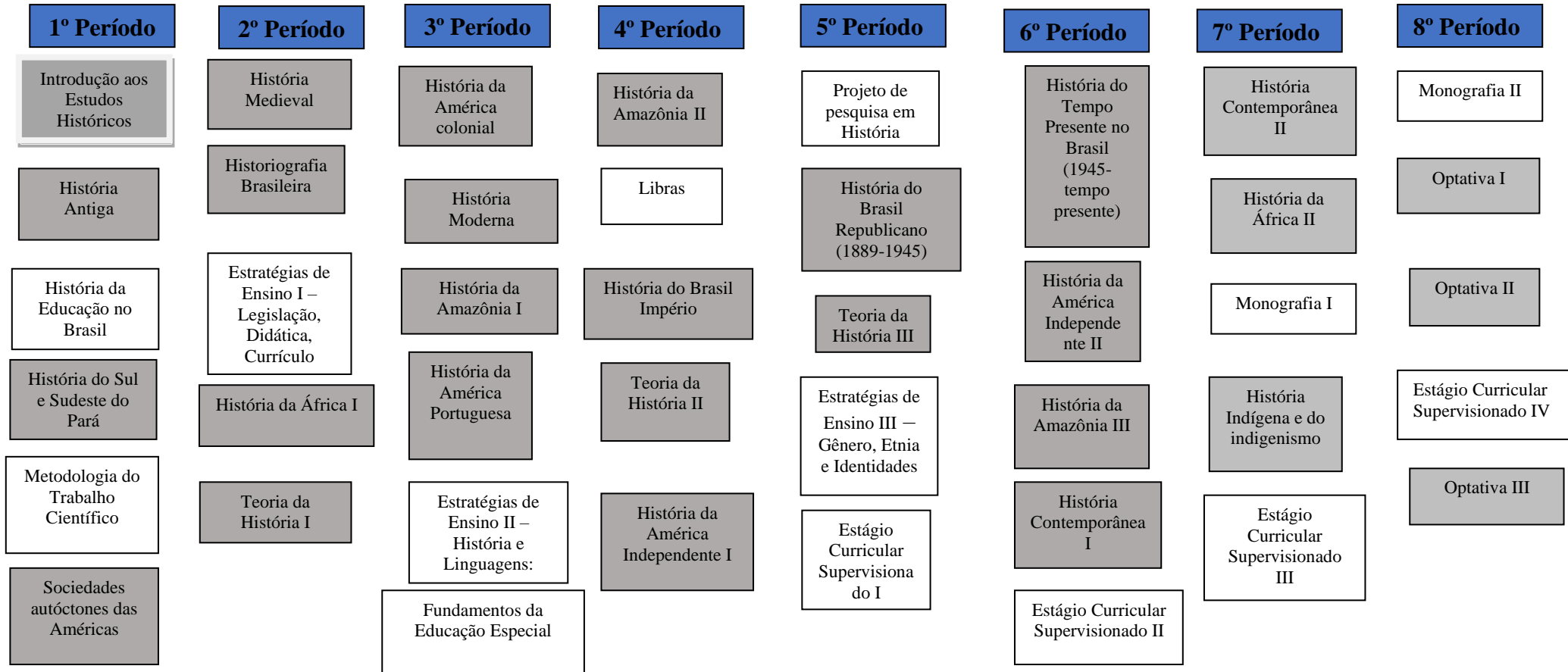
	Estágio Curricular Supervisionado III	102
8°	Monografia II	102
	Optativa I	68
	Optativa II	68
	Estágio Curricular Supervisionado IV	102
	Optativa III	68

* Ao longo do percurso acadêmico o discente deverá cumprir 280 horas de Atividades Complementares.

**Serão ofertadas no período intercalar, de acordo com a demanda do NAIA.

ANEXO IV- REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Representação Gráfica do perfil de formação



NÚCLEO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA E HISTORIOGRÁFICA



NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE



Emitido em 07/11/2019

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO Nº 53/2019 - IETU (11.74)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 07/11/2019 14:33)

CLAUDIO HENRIQUE FERNANDES

PEDAGOGO-ÁREA

3081854

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifesspa.edu.br/documentos/> informando seu número: **53**, ano: **2019**, tipo: **PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO**, data de emissão: **07/11/2019** e o código de verificação: **afb88e3fa0**